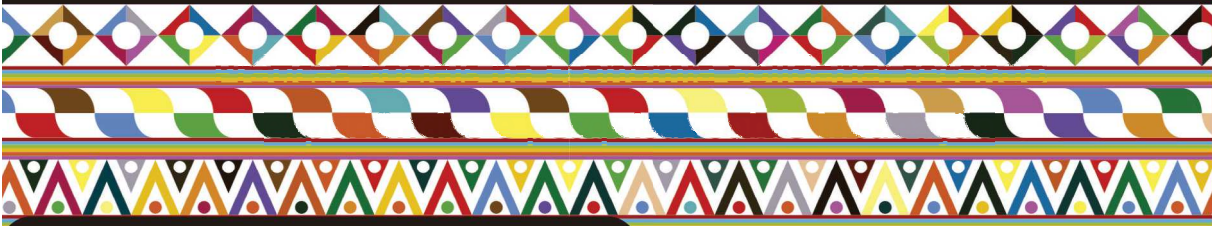


PRÁTICAS SOCIAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação



Organizadores:
Robinson Henrique Scholz
Maria de Lourdes Borges



UnilaSalle
Editora

Centro Universitário La Salle

Reitor: *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitora Acadêmica: *Vera Lúcia Ramirez*

Pró-Reitor de Desenvolvimento: *Renaldo Vieira de Souza*

Conselho editorial da Editora Unilasalle

César Fernando Meurer

Cristina Vargas Cademartori

Evaldo Luis Pauly

Rafael Kunst

Tamára Cecília Karawejszyk

Vera Lúcia Ramirez

Zilá Bernd

Capa

Égon Ferreira de Souza

Editoração

Ricardo Figueiredo Neujahr

Revisão final

Robinson Henrique Scholz

Maria de Lourdes Borges

Impressão

Gráfica Pallotti

Produção: Editora Unilasalle

Av. Victor Barreto, 2288- Canoas / RS

editora@unilasalle.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P912 Práticas sociais na economia solidária : tecendo experiências e pesquisas sobre incubação / organizadores Robinson Henrique Scholz, Maria de Lourdes Borges. – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2015.
246 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-89177-42-9

Bibliografia.

1. Economia. 2. Economia solidária – Práticas sociais.
3. Cooperativismo. 4. Incubadoras. 5. Autogestão. I. Scholz,
Robinson Henrique. II. Borges, Maria de Lourdes.

CDU: 334.73

Bibliotecário responsável: Samarone Guedes Silveira - CRB 10/1418

Robinson Henrique Scholz

Maria de Lourdes Borges

Organizadores

**Práticas Sociais na Economia Solidária: tecendo
experiências e pesquisas sobre incubação**

UnilaSalle
Editora

Canoas, 2015

**PRÁTICAS SOCIAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: TECENDO EXPERIÊNCIAS
E PESQUISAS SOBRE INCUBAÇÃO**

Robinson Henrique Scholz

Maria de Lourdes Borges

Organizadores

Incubadora de Empreendimentos Solidários
Tecnosocial Unilasalle
Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas

Financiamento:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Apoio:

Grupo de Pesquisa TESSIDO- Tecnologias Sociais,
Inovação e Desenvolvimento

(PPG Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle Canoas)

Sumário

Apresentação	07
Gestão cooperativa e suas práticas em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos	11
<i>Alexandra Carla Seghetto; Robinson Henrique Scholz</i>	
Desconexões teórico-metodológicas nas pesquisas no campo da economia solidária: levantamento da produção <i>strictu sensu</i> e uma experiência empírica na COOPCAMATE	33
<i>Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier; Maria de Lourdes Borges</i>	
Figuras, desordem, ordem, sentidos e dádivas: experiências narradas	55
<i>Sueli Cabral</i>	
Qualidade de vida do catador no seu espaço de trabalho: reflexões e intervenções em uma cooperativa de reciclagem	71
<i>Daiana Schwengber; Patrícia Silva de Deus; Katiúce de Jesus Pereira</i>	
Logística reversa de pós-consumo aplicada na coleta seletiva compartilhada do município de Canoas (RS): um estudo a partir da COOPERCAN	89
<i>Guilherme Garces de Mello; Robinson Henrique Scholz</i>	
Redefinição do layout do armazém e otimização do processo produtivo na reciclagem: um estudo de caso na Cooperativa de Trabalho Mãos Dadas	115
<i>Arthur Rogerson Souza dos Santos; Nathália dos Santos; Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier; Simone Ferigolo Venturini; Taís Oliveira; Vinícius Follmann; Fábio Luís da Silva Maia</i>	

Intervenção psicológica e psicopedagógica em uma cooperativa de reciclagem: realidade e desafios	129
<i>Patrícia de Deus; Daiana Schwengber; Julio Cesar Walz</i>	
Valores na economia solidária: uma revisão sistemática da produção brasileira	141
<i>Daiana Schwengber; Ana Claudia Braun; Maria de Lourdes Borges</i>	
Análise do perfil dos empreendedores de economia solidária que participam do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas (RS)	163
<i>Roseana Benelli Pessy; Robinson Henrique Scholz</i>	
Avaliação de desempenho: um estudo da aplicabilidade da ferramenta para o apoio à gestão da Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio - COOTRE	189
<i>Matheus Pereira Dias; Robinson Henrique Scholz</i>	
Projeto Criarte: uma experiência de saúde mental e economia solidária em Canoas (RS)	215
<i>Tainá Michele Becker; Égon Ferreira de Souza; Tiago Daniel de Melo Cargnin</i>	
Trajetória do cooperativismo e a economia solidária	227
<i>André Gross; Maria de Lourdes Borges; Cleusa Graebim</i>	
Sobre autores e autoras	243

Apresentação

O presente livro contém diferentes desafios, começando pelo seu título: “Práticas Sociais na Economia Solidária: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação”.

O primeiro desafio se encerra na expressão ‘práticas sociais’, uma vez que, neste livro, ela tem o objetivo de denotar o interesse sobre a maneira como os trabalhadores e demais envolvidos agem em seu dia a dia, bem como a vida social acontece no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários.

O segundo desafio se refere a um aprofundamento sobre o contexto da economia solidária. Contexto esse que apresenta alguma complexidade ao seu entendimento, pois se trata de ambiente organizacional e associativo em que há claras demandas de muitas ordens circulando dinamicamente para além das econômicas, tais como emocionais, sociais, comunitárias, políticas, familiares, grupais, individuais dentre outras. Dada à complexidade, é preciso que se leve a campo diferentes ferramentas de pesquisa para que cada ambiente e cada momento possa ser não somente analisado, mas realizada uma intervenção levando em consideração suas idiossincrasias e seu momento atual.

Sendo assim, ergue-se o terceiro desafio deste livro, que é o de tecer experiências e pesquisas sobre incubação. O verbo tecer envolve entrelaçamento. Entrelaçar, por um lado, diferentes experiências, olhares, entendimentos, ações e intervenções de diversas ordens no campo da incubação, tais como da gestão operacional, estratégica e da gestão de pessoas, da autogestão, da (não)autogestão, da saúde mental,

implantação e suas veredas. Entrelaçar também, por outras pesquisas que buscam entender outros estudos, os quais buscam analisar como o campo da economia solidária e da incubação de empreendimentos econômicos solidários está sendo investigado, como está evoluindo ou suas fragilidades.

Os desafios citados se inserem em um projeto maior que visa a busca pela consolidação de empreendimentos de economia solidária, que procura compreender e fortalecer a capacidade empreendedora de tais empreendimentos, bem como sua atuação sustentável e independente. O projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas, financiado pela Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, juntamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, tem como proposta a assessoria técnica e formação para os empreendimentos incubados, bem como o fortalecimento do campo da economia solidária no município de Canoas (RS) e região. Por sua vez, o projeto se insere na linha de pesquisa Estratégias Regionais e Desenvolvimento Sustentável (Resolução CONSEPE n.º 240/2010) do Unilasalle Canoas, a qual está vinculada ao Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento (GP TESSIDO), sendo um dos grupos do PPG Memória Social e Bens Culturais (PPG MSBC), do Centro Universitário La Salle – Canoas/RS. Nesse sentido, o presente livro representa não somente um dos resultados do projeto e a interação com o PPG MSBC, com a linha de pesquisa do Unilasalle, mas também, e principalmente, a busca pelo aprofundamento do desenvolvimento endógeno nos empreendimentos incubados e nas comunidades em que estão inseridos, buscando promover, assim, a dinâmica relacional empreendedora no contexto da economia solidária e das tecnologias sociais.

Portanto, este livro representa o resultado da busca diária em tecer rendas. Rendas monetárias para os integrantes dos empreendimentos, renda como obra delicada feita de diferentes fios que vão tramando um importante e vital aspecto da vida dos muitos trabalhadores da economia solidária.

Maria de Lourdes Borges

Gestão cooperativa e suas práticas em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos

Alexandra Carla Seghetto

Robinson Henrique Scholz

1 Introdução

Este estudo é resultado das vivências dos autores no empreendimento solidário pesquisado, por meio das práticas de incubação realizadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. A pesquisa foi realizada ao longo de sete meses, tendo como objetivo norteador analisar quais as práticas de gestão são desenvolvidas na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio – COOTRE, localizada no município de Esteio, RS, Brasil. Os resultados da pesquisa podem contribuir no desenvolvimento de um modelo de gestão para a cooperativa, que seja coerente com os valores e princípios do cooperativismo.

A constituição de cooperativas e o projeto político da economia solidária, segundo Singer (2002), têm surgido como respostas à retração do mercado de trabalho, contrapondo-se ao modelo vigente de produção e de acúmulo de capital. Os empreendimentos de economia solidária se configuram como uma organização autogestionária, na qual todos os cooperados devem decidir em conjunto às questões políticas, estratégicas e produtivas relacionadas ao seu trabalho. Por isso, diferem-se das demais organizações, principalmente pela busca constante da autogestão, a qual reflete no cotidiano de trabalho por meio do comportamento como participação nas tomadas de decisão, espaços para a discussão coletiva, transparência das informações dos rendimentos financeiros, entre outras decisões que são tomadas coletivamente. A busca diária pela

autogestão nos empreendimentos de economia solidária não é suficiente para sustentar tal empreendimento, é necessário que além da autogestão, os cooperados adquiram conhecimentos específicos de gestão para a tomada de decisão individual ou coletiva.

Frente a todo esse processo de inclusão socioeconômica, faz-se necessária uma atenção significativa e que possa contribuir para com a cooperativa, objeto de estudo, apresentando um modelo de gestão voltado para sua realidade, como resultado da pesquisa. Ao buscar uma melhor compreensão em relação ao modelo de gestão que será apresentado, visando encontrar soluções aplicáveis ao empreendimento, é que surge o problema de pesquisa: quais práticas de gestão que os cooperados poderão desenvolver para tornar possível um modelo de gestão cooperativista? A investigação em que esse artigo se propõe a realizar tem como objetivo geral analisar as práticas de gestão da cooperativa COOTRE. Compõe como objetivos específicos: a) refletir a caminhada do empreendimento na ausência da atual gestão; b) analisar o posicionamento dos cooperados perante a atual gestão; c) compreender de que forma a cooperativa desenvolve seu gerenciamento.

Devido à relevância do assunto, justifica-se a realização dessa pesquisa no sentido de investigar os mecanismos de gestão aplicados, bem como possibilitar a apresentação de um modelo de gestão adequado à realidade da cooperativa investigada. Esse modelo tem como finalidade orientar, não necessariamente implantar, pois cada cooperativa possui uma realidade e uma expectativa em suas práticas gerenciais. Estima-se que o modelo apresentado venha a contribuir para melhorar e facilitar a gestão da cooperativa. O estudo emprega a metodologia qualitativa, exploratória, tendo como estratégia de pesquisa o método de estudo de caso, que conforme Yin (2010), permite uma investigação profunda que possibilita encontrar melhorias para a questão levantada. As técnicas de coleta de dados aplicadas foram: dez entrevistas em profundidade, 22 observações participantes e documentos da cooperativa. Os resultados foram obtidos por meio de análise de conteúdo.

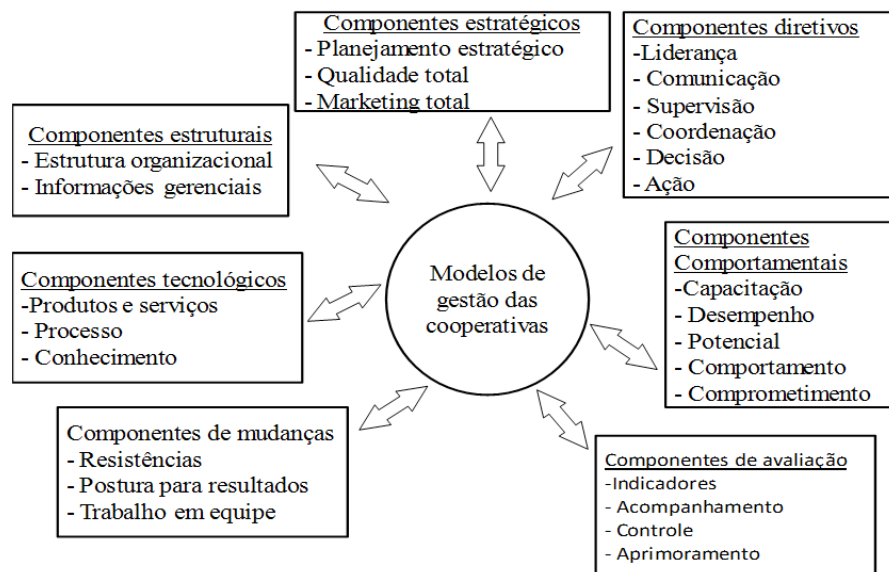
Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente esta

introdução e posteriormente o referencial teórico, o qual apresenta a importância de um modelo de gestão cooperativista. Na seção seguinte, é descrito o método aplicado à pesquisa, seguindo da análise e discussão dos dados, para no final, apresentar as considerações finais da pesquisa.

2 Modelo de gestão aplicado a cooperativas

Com a atual realidade da economia e do mercado em que o Brasil está vivenciando na metade da segunda década do século XXI, as empresas em geral têm buscado novos modelos de gestão, que utilizem modernos instrumentos administrativos. Portanto, as cooperativas não podem ficar de fora desse processo evolutivo de novos modelos de gestão, para manter-se competitivas no mercado atual e futuro. Assim, segue abaixo um modelo de gestão cooperativa, desenvolvido por Oliveira (2001):

Figura 1: Modelo de gestão para uma cooperativa



Fonte: Oliveira (2001, p. 68).

O modelo apresentado contribui para uma gestão comprometida com a excelência de seus produtos e serviços. Serve para direcionar

eficazmente a cooperativa rumo ao sucesso, sempre pensando na sustentabilidade e sobrevivência do empreendimento em longo prazo, atenta às necessidades das partes interessadas, e com foco nos cooperados que a mantêm “viva”. Este modelo não é padronizado, ou seja, não pode ser aplicado em todos os espaços ou uma solução pronta de como realizar os processos para atingir excelência na gestão, pelo contrário, mostra apenas o caminho, uma forma de fazer, deixando o como fazer para trás.

2.1 Componentes Estratégicos

É fundamental um planejamento estratégico para qualquer empreendimento, onde o mesmo se construa e se mantenha sólido no decorrer do tempo e em longo prazo, refere-se aos planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização. As organizações possuem uma preocupação com a qualidade de seus produtos e serviços oferecidos, a ferramenta de qualidade é aplicada nas organizações para melhorar seus processos.

Outro componente importante é o marketing, a divulgação do serviço prestado pela cooperativa, é fundamental no sentido de sensibilizar a população em relação à geração de materiais recicláveis e a sua correta separação, e mesmo no sentido de dirigir um olhar para as pessoas que trabalham neste universo caracterizado como desigual. Para Kotler *et al.* (2007) marketing é administrar relacionamentos lucrativos com o cliente.

2.2 Componentes Estruturais

Na estrutura organizacional, podem ser definidas: a forma como a autoridade é atribuída através das relações de dependência hierárquica e de cooperação; a forma como as atividades são especificadas e distribuídas; e, ainda, a forma como são estabelecidos os sistemas de comunicação no interior das organizações.

A função de organização no nível institucional trata a empresa em sua totalidade, isto é, como um sistema aberto e integrado. Recebe o nome de desenho organizacional. A palavra desenho denota uma forma, um padrão, uma estrutura ou algo parecido e que é utilizada pela empresa para alcançar um ou mais objetivos. O desenho organizacional aborda a configuração da estrutura organizacional da empresa e dos processos utilizados para fazê-la funcionar e alcançar resultados. De um lado, a estrutura organizacional representa os órgãos e unidades que compõem a empresa tanto quanto suas relações de interdependência; de outro, o seu funcionamento envolve as funções e atividades necessárias para levar ao alcance dos objetivos da empresa. O desenho organizacional envolve a definição da estrutura básica da empresa e como a tarefa empresarial será dividida e atribuída entre departamentos, divisões, unidades, equipes e cargos (CHIAVENATO, 2010, p. 195).

A estrutura organizacional contribui para a organização das atividades definidas pela cooperativa, como o caso em investigação, no sentido de poder definir responsabilidades e tarefas para a gestão do empreendimento.

2.3 Componentes Diretivos

O processo de conduzir um grupo, o componente liderança, está relacionado ao sucesso ou fracasso de uma determinada equipe e como conseguir alcançar determinado objetivo.

A ativação de um empreendimento de economia solidária requer processos democráticos de gerenciamento e condução das atividades desempenhadas pelos associados. Essa pulsão dada ao empreendimento é resultado das lideranças que assumem esse papel e conduzem os processos de trabalho. Esse exercício ou atitude de liderança possui alguns aspectos importantes, assim como os movimentos que fazem com que o líder tenha poder (ou não) no desenvolvimento de um empreendimento (SCHOLZ; BROCHIER; ROMERO, 2014, p. 26).

O cotidiano de uma organização é um processo de interação constante entre as pessoas situadas no ambiente externo e no interno, sendo que essa interação exige uma boa comunicação entre os sujeitos.

A comunicação é um recurso fundamental para o bom andamento de todos os processos. Para que as tarefas sejam executadas com êxito, é necessário que a comunicação em âmbito organizacional seja de perfeita compreensão e que ela possua um fluxo eficiente, no sentido de que a mesma transcorra de forma harmônica. Independente do porte, qualquer organização precisa de informações para executar as operações, elaborar planos e avaliar resultados. Já para Robbins *et al.* (2010), a comunicação tem quatro funções básicas dentro de um grupo de trabalho ou organização: o controle, a comunicação age no controle do comportamento das pessoas de diversas maneiras; a motivação, quando há comunicação, a motivação entre os colaboradores aumenta, pelo fato de saber o que deve ser feito; a comunicação também possibilita a expressão emocional de sentimentos e a satisfação de necessidades sociais; na função informação os indivíduos precisam tomar decisões ao transmitir dados para que se identifiquem e avaliem alternativas.

No processo decisório, a informação assume tal relevância à medida que, se adequada, diminui a incerteza provocada pelo ambiente. Nesse sentido, decisão é o delineamento de uma ação em função dos elementos que o tomador de decisão tem disponíveis, que levam a caminhos alternativos a determinado resultado. Tomadas de decisões normalmente geram informações e conhecimentos mais amplos. O que caracteriza uma cooperativa é a união de pessoas para realização de um objetivo comum, os membros comprometem-se a contribuir com bens e serviços, que cedem ao coletivo, para obterem benefícios a todos do grupo. Assim, a ação é a capacidade de tomar e implementar as decisões necessárias para a solução das situações verificadas.

2.4 Componentes Tecnológicos

O componente produto/serviço corresponde à razão de ser da cooperativa, quando se considera a interação entre os cooperados e os geradores dos materiais pós-consumo e demais envolvidos. Para Casas (2012) serviços constituem uma transação realizada por uma pessoa ou

por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem.

As mudanças associadas à crescente demanda das organizações que incorporam em suas tarefas mudanças internas e externas, estas impactam na forma de como os processos estão projetados, documentados ou desenhados. Para Paim (2009), processo corresponde a um desenho, que formaliza o seu objetivo global o nível de qualidade e o prazo de entrega.

2.5 Componentes Comportamentais

Os projetos de capacitação elaborados pelas entidades de apoio são essenciais para o fortalecimento dos empreendimentos solidários. A interferência como fatores motivacionais internos e externos estão fortemente ligados ao desempenho do cooperado, a relação entre a produtividade, qualidade de vida no trabalho, satisfação, absenteísmo, rotatividade, comprometimento e outros aspectos psicológicos, estão diretamente associados com a motivação do cooperado. Esses aspectos quando não bem trabalhados, podem trazer mudanças comportamentais nos e dos cooperados. O desempenho é o resultado efetivo que um profissional apresenta quanto às atividades de um cargo e função, em determinado período, em relação aos resultados negociados e estabelecidos para uma atividade, área ou cooperativa, aqui pautado pela solidariedade e pela autogestão (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Já para Oliveira (2001), potencial é o conjunto de conhecimentos que um profissional tem para desempenhar outras atividades, correlacionadas ou não a seu atual cargo e função. Para Wagner (2006) define o comportamento organizacional como um campo de estudo voltado a prever, explicar, compreender e modificar o comportamento humano no contexto das organizações.

Analisando esses componentes, percebe-se que estes fazem parte do comportamento organizacional de uma instituição, que para Robbins

et al. (2010), é o campo de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura organizacional têm sobre o comportamento das pessoas dentro das organizações, com o propósito de usufruir desse conhecimento para melhorar a eficácia do empreendimento.

2.6 Componentes de Mudanças

A maioria dos cooperados que são inseridos dentro dos empreendimentos solidários, são pessoas de baixa renda (como no caso dos catadores aqui em estudo), as quais não possuem conhecimento quanto às ideologias de uma cooperativa. Para Adams (2010) em ambientes tensos de trabalho e convivência, possivelmente haja maior resistência ao cultivo de momentos coletivos necessários para praticar os princípios de autogestão.

A resistência à mudança pode ser positiva se levar a discussões abertas e ao debate. Essas respostas normalmente são preferíveis à apatia e ao silêncio, e podem indicar que os membros da organização estão engajados no processo, oferecendo aos agentes de mudança uma oportunidade para explicar seus esforços nesse sentido. Os agentes de mudança também podem usar a resistência para transformar a mudança e encaixá-la nas preferências de outros membros da organização. Quando eles tratam a resistência apenas como ameaça, em vez de tratá-la como um ponto de vista a ser discutido, isso pode aumentar o nível de conflitos disfuncionais (ROBBINS *et al.*, 2010, p. 257).

2.7 Componentes de Avaliação

Mediante a comparação de resultados com padrões estabelecidos é possível medir, controlar e avaliar o desempenho e o resultado das estratégias, projetos e ações, com a finalidade de realimentar os tomadores de decisões, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em outras funções do processo administrativo das cooperativas, para assegurar que os resultados satisfaçam às metas e aos objetivos estabelecidos. Para Cassarro (2001), controlar é avaliar o

desempenho real frente ao previsto no planejamento, possibilitando a adoção de ações corretivas.

Conforme o referencial teórico apresentado, percebe-se que há um universo de questões gerenciais a ser explorado no que tange um modelo de gestão cooperativista. Vimos que há um conjunto de atividades de natureza diferente que devem ser realizadas, estas atividades compõem uma complexa tarefa, cuja execução adequada que integram a organização da cooperativa. Os componentes que foram apresentados estabelecem as diretrizes que orientam as práticas do empreendimento, os mesmos são significativos para a evolução do ambiente de trabalho.

Para se conduzir a interpretação sobre a temática, a seção três a seguir trata sobre o método que foi utilizado para a pesquisa realizada.

3 Método

Nessa seção, é apresentado o delineamento da pesquisa, bem como as técnicas de coleta e análise de dados. No sentido de garantir essa integração, o presente artigo tem como cenário a Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio - COOTRE, situada na cidade de Esteio (RS), que atua no segmento de coleta, triagem e comercialização de resíduos sólidos urbanos há mais de dez anos. O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com alguns cooperados do empreendimento da área da produção e do conselho de administração. O método de pesquisa qualitativo foi o mais adequado para o tipo de estudo, pois para Bauer e Gaskell (2012), a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais e é considerada pesquisa *soft*.

Assim, dentre as estratégias de pesquisa, foi adotado o Estudo de Caso, o qual é usado em muitas situações, para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (YIN, 2010). É uma estratégia de pesquisa que permite o investigador reter as características holísticas e significativas

dos eventos da vida real.

As técnicas de coleta de dados que foram aplicadas nesse artigo são: a) a entrevista em profundidade, a qual permite explorar um ou mais temas com maior profundidade, tendo como propósito compreender as reais condições e visão sobre o tema que é empregado; b) a observação participante que complementa e valida as informações levantadas; e c) a técnica documental, a qual serve para mapear as ações já realizadas pela cooperativa.

A entrevista em profundidade é fundamental da pesquisa qualitativa e tem como objetivo primário entender o significado das respostas do entrevistado em contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições do pesquisador (ROESCH, 1996). De acordo com Bauer e Gaskell (2012), o pesquisador não orienta a investigação através de perguntas predeterminadas, e sim, coloca as perguntas como que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Pelo envolvimento da autora dessa pesquisa com a cooperativa, a observação participante é a segunda técnica empregada, a qual é “quando o observador tem a permissão para observar, entrevistar e participar no ambiente de trabalho em estudo” (ROESCH, 1996, p. 152). A técnica documental, segundo Roesch (1996), é a técnica mais utilizada em trabalhos de pesquisa, que configuram os dados secundários sendo constituídos por documentos como relatórios anuais da empresa, e-mails, manuais, políticas organizacionais, definições de projetos. Ou seja, retrata as ações que foram desenvolvidas pelas organizações, a maneira e a visão empregada pelos executivos na construção da imagem da empresa, aqui no caso, da cooperativa.

Para a interpretação dos dados, foi aplicada a análise de conteúdo. Essa técnica leva em consideração os “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes de realizar qualquer quantificação (BAUER; GASKELL, 2012). A técnica realiza uma codificação através de procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis que criará uma nova informação desse texto (ROESCH, 1996). As técnicas de análise aplicadas nesse artigo seguem a proposta de Yin (2010), que demonstra ser essa a

etapa pela qual se deve realizar o exame, a classificação e a categorização dos dados levantados e recombina as evidências com as propostas iniciais do estudo de caso. A seguir é apresentado o empreendimento e, posteriormente, as análises e discussão dos dados.

3.1 Apresentação da Cooperativa – COOTRE

A Associação de Recicladores de Esteio – ARCA, foi fundada no ano de 2003, tendo como sede a Associação de Moradores do Bairro Votantim. No decorrer do ano de 2005, transferiu-se para o Centro de Triagem pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, localizada na cidade de Esteio. A composição da referida Associação se iniciou com oito associadas, realizando a coleta seletiva um dia por semana. Entre os anos de 2005 e 2012, a ARCA buscou formação e capacitação junto ao poder público municipal, fóruns regionais de catadores, movimento nacional dos catadores, parcerias (Unilasalle, Gerdau, CAMP, entre outras). A formação de uma nova coordenação, consciente do trabalho cooperativo, proporcionou um grande crescimento do grupo. Desde 2012, a ARCA realiza a Coleta Seletiva de Esteio com mais de trinta cooperados, através de um contrato estabelecido com a Prefeitura Municipal de Esteio. Em 2013, finalizou seu processo de formação tornando-se uma cooperativa, passando a chamar-se Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio – COOTRE. O empreendimento de economia solidária atua na coleta, triagem e comercialização de resíduos sólidos urbanos.

4 Análise e discussão dos dados

Essa seção tem grande relevância para o artigo, pois apresenta a análise das evidências que visa trazer elementos capazes de elucidar o problema que norteou essa pesquisa: quais práticas de gestão que os cooperados poderão desenvolver para tornar possível um modelo de gestão cooperativista? Conforme Bauer e Gaskell (2012), o objetivo amplo da análise é procurar sentidos e compreensão, o que é realmente

falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente. O primeiro passo nesse sentido está relacionado com a busca da resposta ao objetivo geral: analisar as práticas de gestão da COOTRE. Para consolidar estas respostas, com clareza, exatidão e objetividade, por parte do pesquisador, foi necessário analisar os objetivos específicos conforme seus critérios analíticos que são tratados nessa seção.

A relação dos entrevistados que contribuíram com informações relativas ao empreendimento segue abaixo por ordem de data no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos entrevistados

Entrevistado	Função	Data	Nome*
1	Presidente	08/09/2014	Renata
2	Supervisor	08/09/2014	João
3	Operacional/esteira	16/09/2014	Rosangela
4	Operacional/esteira	16/09/2014	Natalia
5	Preseiro	09/10/2014	Alex
6	Secretária	09/10/2014	Maria
7	Operacional/esteira	09/10/2014	Helena
8	Operacional/funil	09/10/2014	Rafael
9	Preseiro	09/10/2014	Daniel
10	Operacional/esteira	23/10/2014	Patrícia

* Os nomes dos entrevistados são fictícios para proteger sua identidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.1 Refletindo a caminhada do empreendimento

Analisando o primeiro objetivo específico: como refletir a caminhada do empreendimento na ausência da atual gestão, percebe-se que a ativação de um empreendimento de economia solidária requer

processos democráticos de gerenciamento e condução das atividades desempenhadas pelos associados. Esse esforço é resultado das lideranças que assumem esse papel e conduzem os processos de trabalho (SCHOLZ *et al.* 2014). Essa evidência pode ser verificada na fala da Entrevistada 3:

Eu gosto de trabalhar aqui, mas a gente tenta, caminha sem a Renata, às vezes é difícil, quando vê, a gente já discute, a fulana não tá me entendendo. Eu mesmo sem a Renata não trabalho aqui, porque ela é um livro aberto, ela fala: - vocês tem que saber as coisas – mas a gente não se entende. Se a Renata não ficar aqui, eu arrumo outro serviço e vou embora. A Renata não xinga ninguém, mas se ela sobe na esteira, deusulivre, é uma máquina motora, todo mundo trabalhando.

Nesse sentido, pode-se observar que um dos aspectos que conduz esse comportamento é a carência da autogestão entre os cooperados e a falta de autonomia na coletividade.

Outra evidência de que as atividades são, essencialmente, as tomadas de decisão coletivas, seja qual for o nível hierárquico ou a natureza organizacional. Esse aspecto pode ser observado na narração do Entrevistado 9:

Às vezes as mulheres começam a bombardear lá pra baixo, dizendo que os preneiros são todos vagabundos, ao invés de elas trabalharem, elas fala mais, daí é onde estraga a relação das pessoas. O relacionamento na prensa é tranquilo, só quando um faz uma picuinhezinha, daí rola atrito aqui dentro, esses daí são os caciques aqui dentro, é tá cheio de cacique aqui dentro, tem muito cacique pra pouco índio. Todo mundo quer mandar e acabam não fazendo nada, a autogestão não entra na cabecinha deles, de que eles têm que produzir mais pra ganhar mais.

Nota-se que falta compreensão por parte de alguns membros do empreendimento quanto ao entendimento a respeito dos princípios da economia solidária – autogestão, democracia, participação, igualitarismo e cooperação. Alguns se concentram no modelo capitalista utilitarista em realizar as atividades e/ou se preocupar com a atuação de trabalho do colega ao lado, o quanto ele está produzindo ou deixando de produzir. O comportamento está ligado à percepção de pessoas que fazem julgamentos sobre o outro (ROBBINS *et al.* 2010). A seguir, percebe-se como

é possível evidenciar essa realidade na fala do Entrevistado 8:

Olha, se alguém conversou comigo eu não me lembro, não sei nem o que é isso daí, uma forma de trabalho da cooperativa é trabalhar todo mundo junto né, não é só um, um cuida do outro. Olha, eu sei mais ou menos, não paro muito pra vê isso aí, mas se tu quiseres eu paro pra vê, eu paro e começo a vê isso aí, é só uma vez que tu vem aí, todas as informações é passada o que é vendido [...].

Pode-se observar claramente que o nível de esclarecimento no que tange os princípios cooperativistas é de baixo conhecimento por parte de alguns cooperados. Mas ao contrário de alguns dos membros, observa-se a seguir um relato que evidencia que o cooperativismo é pautado de solidariedade e de autogestão (BERGONSI; LACERDA, 2007), como se pode ver na fala abaixo:

Eu entendo nos dois, na parte administrativa e na prensa, a gente faz uma troca, a gente assinou um contrato com a prefeitura, todo mundo pensa, debate e dá sua opinião, a gente assina uma ata vai pro cartório carimbado tudo certinho, até o caminhão que sai nós temos que debater o caminhão, pra onde vai o caminhão. (ENTREVISTADO 5).

Através desses depoimentos, percebe-se que existem evidências concretas de que o empreendimento está imaturo para trilhar o caminho sem a presença permanente da atual líder, embora haja uma pequena parcela entre alguns membros que possuem pretensão e segurança em dar continuidade nas atividades da cooperativa. Como se pode verificar na fala do Entrevistado 2: *“A gente tenta ajuda, mas as vezes as pessoas não se ajudam, elas são resistentes para algumas coisas”*. Por vezes se instalam barreiras entre a relação à capacidade de aprendizado por não estarem acostumados com a vivência da economia solidária ou pelo grau de autodesvalorização, entre outros motivos (ADAMS, 2010). Um desses aspectos está relacionado à motivação, que, quando não bem trabalhado pode trazer mudanças comportamentais dos cooperados.

5.2 Posicionamento dos cooperados perante a atual gestão

No segundo objetivo específico, verifica-se como os cooperados se posicionam diante da atual gestão do empreendimento. Para atuar no cargo de presidência da cooperativa é importante ter habilidade para identificar, adquirir e aplicar conhecimentos nos processos e transparência das informações dos resultados obtidos (OLIVEIRA, 2001). Abaixo segue a fala do Entrevistado 9, posicionando-se quanto o desempenho da atual presidência:

A Renata é uma pessoa muito boa, ela sabe administrar tudo certo, só que ela dá muita chance pras pessoas. As pessoas se arrastam, daí as pessoas fazem um chorinho pra ela, daí bate o coração dela, e tem muita gente que se escora, esse é o único erro dela. Em questão de gerenciar cálculo ela é atendida, todas as informações são divulgadas para os cooperados.

Foi possível evidenciar que há transparência das informações dos resultados obtidos como os rendimentos financeiros da cooperativa, divulgados por meio de documentos como planilhas de produção e informações expostas no mural de informações. A informação clara e a transparência nos processos de produção e gestão administrativa são fundamentais para aplicar à autogestão (ADAMS, 2010). Esta evidência sobre a transparência é percebida a seguir, destacando-se a satisfação de fazer parte da cooperativa:

Gosto de trabalhar aqui, é ruim sem a Renata, aqui eu trabalho no lado do papel e no lado do plástico, não tem muito atrito, não tem muita briga. Quando a Renata tá aqui eles são mais trabalhador, quando ela não tá eles se esconde, é bom o jeito que ela administra bá não sei o que é aqui sem ela, sem a Renata eu acho que não vai pra frente. Tem o coordenador de produção, mas ele não consegue não é pulso firme, e a Renata já não, se ela fala uma vez tá falado, todos nós ficamos sabendo quanto deu o pagamento, quanto de material foi vendido, às vezes eu tô na esteira às vezes eu tô na prensa, eu gosto de trabalhar em todos os lugares. A esteira tinha que abaixar um pouco eu acho, a parte do telhado é muito baixa. A Renata é boa, nós se entendemos, mas sempre tem um que não aceita, por exemplo, vem um e diz hoje nós vamos ficar trabalhando até as sete e vem o outro e diz a hoje não, aí começa o atrito, isso é decidido por votação (ENTREVISTADA 10).

Pode-se observar nesse relato a importância de compartilhar todas as informações quando se pensa em um empreendimento de trabalho popular solidário. A comunicação é um recurso fundamental para o bom andamento de todos os processos. Para que as tarefas sejam executadas com êxito, é necessário que a comunicação seja de perfeita compreensão e que ela possua um fluxo eficiente. A decisão coletiva é uma forma de processo coletivo entre o grupo. Um exemplo desse recurso é visto na fala da Entrevistada 4: *“A Renata ela fala sobre todos os custos e despesas, aí deu tanto de produção, aí a gente precisa melhorar nisso pra aumenta a produção. Ela deixa a gente informado em tudo, como ela disse a gente precisa de tudo. Todas as reunião que ela vai ela luta pela gente, se ela levar um xingão ela fala pra gente”*.

Pode-se verificar na fala que o grau de confiança, credibilidade e respeito que os membros do grupo têm pela atual gestão. O líder tem se tornado figura impactante para a busca de resultados, e para atingir esses resultados, é fundamental a interação entre os seus liderados, mas se tratando de economia solidária, o líder tem o papel de pensar no coletivo, visando os princípios desta outra economia e da autogestão e na colaboração recíproca entre os membros.

5.3 Compreendendo o gerenciamento da cooperativa

Parte-se para o último objetivo específico, que é analisar a forma que a cooperativa desenvolve o seu gerenciamento. Segundo Chiavenato (2010), a estrutura organizacional representa o seu funcionamento e envolve as funções e atividades necessárias para levar ao alcance dos objetivos da empresa. Na tentativa de compreender como a cooperativa desenvolve seu gerenciamento, é possível observar que a mesma é gerida pela atual presidente do empreendimento, sendo a responsável por toda parte administrativa. Como se pode observar na fala da Entrevistada 1 (presidente da cooperativa): *“[...] a parte burocrática toda é comigo, eu gosto mesmo é de tá lá em cima botando a mão na massa mesmo, eu já falei pra eles que qualquer hora eu vou largar isso aqui tudo, por isso*

que eu quero que eles aprendam, mas eles parecem ser meio resistentes quanto a isso". Por meio do relato foi possível observar a vontade que a liderança tem de que seus cooperados tenham espontaneidade em adquirir conhecimento para serem líderes, e conseqüentemente reduzir o trabalho imposto a ela. Os agentes de mudança também podem usar a resistência para transformar a mudança e aproveitar às preferências de outros membros da organização (ROBBINS *et al.*, 2010). Este é um fato que se pode observar na fala abaixo:

A Renata é muito importante aqui, sem ela não anda, não anda mesmo, mas eu acho que cada um de nós tem que ter consciência da um tempo pra ela, eu trouxe até dois filhos pra trabalhar aqui. A gestão é perfeita aqui, não tem nada de defeito. Pra mudar o pensamento deles, eles têm que aceitar as ideias, as opiniões diferentes, tem muito cabeça dura aqui, acho que as pessoas sabem o que é autogestão, acho impossível não saber, é nosso local de trabalho, é difícil às pessoas ter vontade de saber o que tem que ser feito. Eu quero comprar um caminhão usado pra fazer as coletas de noite, porque esses catadores de rua pegam os papéis de noite, eu quero fazer uns cursos no ano que vem daí eu posso ajudar ela. Eu vou fica aqui até quando ela estiver (ENTREVISTADA 7).

Percebe-se que na fala acima os cooperados têm a percepção da importância da presidente, e ao mesmo tempo, se posicionam de forma a adquirir conhecimentos e habilidades que possam auxiliar a atual gestão em ações futuras. É importante destacar que é preciso muito trabalho e esforço por parte do grupo para que se atinja o objetivo do cooperativismo.

Quando eu cheguei aqui, vi que tudo era nas costas da Renata, desde a coleta, triagem e prensa, daí eu me propus a ela que ela poderia contar comigo. Daí eu me inscrevi no curso de computação, daí eu trabalho tanto na secretaria quanto na produção. De lá pra cá a gente vem se revezando, ela fica com a prática mais burocrática aqui de Esteio. Eu fui poucas vezes aqui com ela, eu participo mais na reunião do fórum, quando é movimento nacional, procuro ajuda ela, e acho assim que teria que ter mais pessoas pra ajudar (ENTREVISTADA 6).

Nesse sentido, observa-se que é possível o desenvolvimento dos cooperados a partir da maneira que os mesmos vão se inserindo nos

empreendimentos solidários, vivendo novas experiências, colocando em prática as ideologias do cooperativismo, aprimorando-se por meio de atividades de capacitação e/ou formação, e potencializando seu desempenho em outras atividades correlacionadas ao cargo na cooperativa (OLIVEIRA 2001). Assim, os cooperados podem colocar em prática outras tarefas pertinentes ao empreendimento, não se restringindo apenas a uma atividade. Pode-se ver no trecho a seguir, da Entrevistada 3: “[...] sem ela eu não fico aqui, eu não vejo mais ninguém como presidente a não ser a Renata, acho que ninguém, e uma porque ela não para, pode bota outra pessoa no lugar dela, mas ninguém vai aguentar, nem ela às vezes já não aguenta, ela gosta de ta lá em cima produzindo, acho que ninguém aguenta”. Nesse sentido, pode-se observar que os cooperados não se sentem capazes de atuar como representantes pela cooperativa, são dependentes emocionalmente da presidente.

6 Considerações finais

Ao desenvolver essa pesquisa, muitos caminhos foram percorridos, muitas inquietações foram buscadas na tentativa da resolução do problema abordado. Principalmente no que tange o desenvolvimento de um modelo de gestão ou processos administrativos em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos. No decorrer do estudo, foram encontrados alguns obstáculos tanto no que se refere à busca de teorias relacionadas ao assunto, quanto às dificuldades encontradas na gestão da cooperativa. A participação entre os membros não se dá de maneira fácil na adesão à autogestão, pois esta não é um tipo de conceito imposto ou ideal de como os fatos devem ocorrer, mas sim, uma orientação. Existem diversos níveis de autogestão e os empreendimentos refletem essa perspectiva dos níveis.

No que se refere à pesquisa, portanto, a partir dos resultados extraídos da análise dos dados, é possível verificar que há uma visão utilitarista e capitalista por parte de alguns membros da cooperativa. Com base no objetivo geral, foi verificado que a cooperativa cumpre com o seu

papel no que tange o modelo cooperativista como: transparência nas informações; relação do processo de partilha; ocorrência de reuniões ordinárias e extraordinárias (conforme previsto no estatuto da cooperativa); participação de todos; compartilhamento das decisões entre os membros; ocorrem por parte de alguns cooperados práticas autogestionárias; a adesão ao empreendimento é livre e voluntária; e formação do sujeito.

Dentro desse contexto analisando a questão problema: quais as práticas de gestão que os cooperados poderão desenvolver para tornar possível um modelo de gestão cooperativista? A partir da análise do objetivo geral, pode-se compreender que as práticas apontam para a necessidade da autogestão. E se sugere que sejam realizadas ações que fortaleçam o nível de entendimento quanto às práticas autogestionárias, como: efetuar reuniões periódicas com a participação de todos os membros do empreendimento; incentivar os cooperados quando ocorrem os cursos de formação e capacitação oferecidos pelas entidades de apoio; efetuar o rodízio das tarefas para os cooperados adquirirem conhecimento entre outras áreas, especialmente a área de gestão; e buscar a compreensão de algumas áreas da administração para aplicar no empreendimento. Por isso, conclui-se que para se conseguir colocar em prática um modelo cooperativista, é preciso potencializar a autogestão de cada sujeito e que a mesma seja de fato praticada entre todos os membros, pois é princípio da economia solidária.

Concluindo, a participação da sociedade é fundamental para o fomento dos empreendimentos solidários voltados para coleta de materiais recicláveis. Assim, contribuem com os atores das cooperativas que são consideradas pessoas vistas em posição social de desvantagens, desprovidos das oportunidades que a sociedade de consumo oferece, e para a redução dos impactos ambientais causados pelas atividades humanas.

Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 10. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

BERGONSI, Suely Soares, LACERDA, Gustavo Biscaia. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagem. Curitiba: Proec, 2007.

CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Marketing de Serviços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de informações para tomada de decisões**. 2001. São Paulo.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

PAIM, Rafael. **Gestão de processos**. Pensar, agir e aprender. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso / Sylvia Maria Azevedo Roesch; colaboração Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. São Paulo: Atlas, 1996.

SCHOLZ, Robinson Henrique; BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio; ROMERO, Mychel da Siva. Dádiva, inovação social e liderança solidária compartilhada em cooperativas de catadores. SCHOLZ, Robinson Henrique (org.). **Economia solidária e incubação**: Uma construção coletiva de saberes. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 25-46.

SINGER, Paul. **Introdução** à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WAGNER III, John; HOLLENBECK, John R. A. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

Desconexões teórico-metodológicas nas pesquisas no campo da economia solidária: levantamento da produção *strictu sensu* e uma experiência empírica na COOPCAMATE

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier

Maria de Lourdes Borges

1 Introdução

A Economia Solidária tem demonstrado cada vez mais sua importância para a sociedade brasileira atual, especialmente em época de aumento do desemprego (OTU, 2015). Nesse sentido, a Economia Solidária pressupõe um modelo de oportunidade igualitária para todos que nela se inserem (SINGER, 2008). Os dados são expressivos: conforme o SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o Brasil possui 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) cadastrados em seu sistema. Este número foi divulgado em 2013, após um levantamento realizado entre os anos de 2010 e 2012.

Nesses EES, estão 1.423.631 trabalhadores e trabalhadoras que buscam uma alternativa de trabalho e geração de renda. Em 2003, a criação da Secretaria de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possibilitou mudanças nas políticas públicas de trabalho e emprego e a garantia de direitos de cidadania, quando o trabalho associado ganhou reconhecimento junto às demais políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Tal representatividade, no que tange a criação de políticas públicas para a geração de trabalho e renda a partir da economia solidária, despertou também interesse de pesquisas no meio acadêmico, já que é um campo novo e, portanto, fértil de dados ainda não explorados. Assim, este artigo objetiva *propor uma discussão sobre as desconexões teórico-*

metodológicas em teses e dissertações no contexto da Economia Solidária no Brasil. Para atingir tal objetivo, utilizou-se o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT) para a coleta de dados. A escolha do banco de dados justifica-se pelo tipo de pesquisa (teses e dissertações) que a BDTD armazena, visto que são trabalhos, em sua maioria, desenvolvidos com prazos longos (em anos) e que, portanto, permitem a inserção do pesquisador no campo, neste caso, da economia solidária.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: primeira esta seção, que apresenta a introdução, em seguida o referencial teórico sobre economia solidária e pesquisa participante. Na quinta seção, o método é apresentado, em seguida as discussões e finaliza com as considerações finais.

2 A economia solidária no Brasil

O Brasil possui 19.708 EES cadastrados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), sendo este número divulgado em 2013 após um levantamento realizado entre os anos de 2010 e 2012. Nestes EES, estão 1.423.631 trabalhadores e trabalhadoras que buscam uma alternativa de trabalho e geração de renda.

A criação da Secretaria de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em 2003, possibilitou mudanças nas políticas públicas de trabalho e emprego e a garantia de direitos de cidadania, quando o trabalho associado ganhou reconhecimento junto às demais políticas públicas de geração de trabalho.

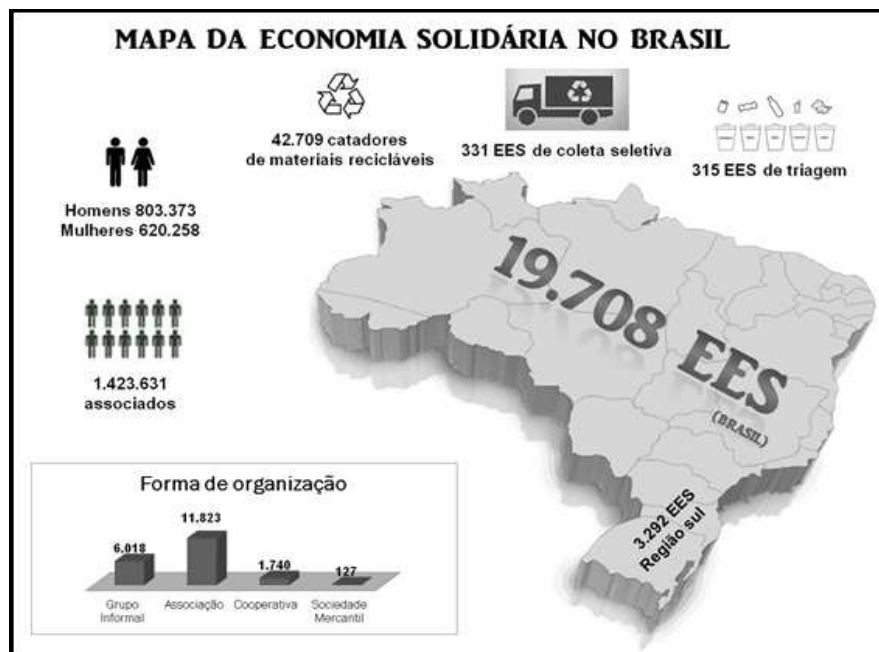
A SENAES possui um sistema de informações cujo principal objetivo é a constituição de uma base nacional de informações em Economia Solidária, e, desde a sua implantação, em 2004, consolida informações sobre EES em todo o Brasil. Um primeiro levantamento realizado em 2005 identificou 14.954 EES, o segundo levantamento realizado em 2007 identificou mais 6.905, totalizando 21.859 EES. Já o terceiro levantamen-

to ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, e mapeou mais 11.663 novos EES no Brasil. Portanto, entre 2005 e 2012, sendo 33.522 EES foram identificados no Brasil.

No terceiro mapeamento, além de identificar novos EES, o SIES revisitou os EES já cadastrados no sistema, sendo que dos 21.859 cadastrados, apenas 7.839 EES foram atualizados e incluídos na nova base de dados 2010-2012, pois os demais não foram localizados: deixaram de existir ou não atendem aos critérios do SIES uma vez que assumiram outras formas organizacionais. Assim, a nova base de dados do SIES, denominado Mapa da Economia Solidária no Brasil, possui 19.708 EES cadastrados.

O resultado do Mapa é a aplicação de um questionário de 171 questões que abordam a identificação e característica do EES e dos sócios, tipo de atividade, investimento e gestão. A Figura 1 apresenta alguns dados do Mapa da Economia Solidária no Brasil embasado no SIES:

Figura 1: Mapa da economia solidária no Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme apresenta a Figura 1, a maior parte do EES são associações (60%), cooperativas (8,8%) e sociedades mercantis (0,6%). Observa-se que o número de grupos informais é relativamente alto (30,5%), mas isto também significa dizer que 70% dos EES do país são formalizados.

Entre os 19.708 EES estão 1.423.631 associados, o que apresenta uma média de 72 associados por empreendimento, sendo que 56,4% (803.373) são homens e 43,6% (620.258) são mulheres. Referente à categoria social dos sócios dos EES do Brasil, a maioria dos sócios são agricultores familiares (55%), seguido por artesãos, com (18%), entre outros. Cabe aqui destacar os catadores de material reciclável que representam (3%) na categoria social dos sócios no país.

Entre outras informações que o mapa apresenta, destaca-se que dos 19.708 EES do Brasil, 331 atuam na coleta de materiais recicláveis e 315 na triagem de matérias recicláveis. Ainda, 3.292 (16,7%) dos 19.708 EES estão localizados na Região Sul.

3 A economia solidária

A economia solidária pressupõe uma estrutura de trabalho de maneira coletiva, cujo objetivo dos trabalhadores é de garantirem seu próprio sustento. Ou seja, busca-se através do trabalho coletivo uma alternativa para a geração de trabalho e renda. Deste modo, a economia solidária ajuda na promoção do desenvolvimento econômico e social do país (SINGER, 2011).

Para Arruda (2003, p. 237), a economia solidária:

É um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie.

Em sua maioria, os grupos de trabalho são formados pela necessidade da geração de trabalho e renda e pautados por significâncias

presentes na cooperação, na solidariedade, na reciprocidade e na partilha. O Ministério do Trabalho e Emprego- MTE (2014) define a economia solidária como uma maneira diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver, através do trabalho cooperativo e igualitário. Trata-se de uma opção de geração de renda e uma solução para a inclusão social. São diversas práticas econômicas e sociais que se estruturam de forma coletiva, formando uma rede, desde a produção até a comercialização, bem como o fomento financeiro. No entendimento conceitual da economia solidária, a igualdade é à base dos processos, uma vez que a posse do trabalho deve ser coletiva. Neste contexto, presume-se a presença da organização e da cooperação de indivíduos para o trabalho (SINGER, 2008).

O MTE (2014) cita a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade como características da economia solidária:

Cooperação: distribuição de responsabilidades e resultados.

Autogestão: exercício de papel participativo nas ações rotineiras e nas e ações estratégicas.

Dimensão Econômica: princípio motivador para o empenho de recursos pessoais, produção e consumo.

Solidariedade: envolve um conjunto de aspectos que fortalecem tal característica: partilha igualitária dos resultados; valorização e desenvolvimento para os participantes; retorno à comunidade, preservação do ambiente e, entre outros, o respeito ao trabalhador.

Nesse contexto, a economia solidária pode ser vista como uma nova maneira de desenvolvimento sustentável, indo de encontro aos preceitos do capitalismo. Dessa forma, talvez, ajude a minimizar a distinção de raça, gênero, idade, compartilhando os resultados econômicos, políticos e culturais procurando a igualdade.

No que tange o desenvolvimento prático da economia solidária, há oito princípios que são seus pressupostos (GAIGER, 2004):

- Democracia: os cooperados exercem a autoridade moral.

- Participação: o individual torna-se parte da coletividade.
- Igualitarismo: permite as relações iguais.
- Autossustentação: desenvolve a autonomia no trabalho coletivo.
- Desenvolvimento humano: os processos e as interações no trabalho coletivo propiciam o crescimento como indivíduo.
- Responsabilidade social: promove a compreensão das obrigações como parte de uma sociedade.
- Cooperação: desenvolvem-se as práticas colaborativas.
- Autogestão: oportuniza que o próprio cooperado/trabalhador faça a gestão do empreendimento.

Assim, estes princípios reforçam os objetivos pelos quais a economia solidária se desenvolve, ou seja, majoritariamente pela necessidade de geração de trabalho e renda. Singer (2008, 2011) menciona que a economia solidária passou a ser uma alternativa ao modo de produção. Contudo, entende-se que a alternativa pode ser uma necessidade, e, neste caso, a necessidade pode ser um limitador para a compreensão real da economia solidária, quando em sua prática no dia-a-dia dos EES. Também, observa-se que na vida cotidiana de uma cooperativa, nem sempre as coisas acontecem como os autores idealizam em seus conceitos, nem tudo acontece na “vida real” como está descrito na literatura.

3.1 Estudos sobre Economia Solidária

São relevantes e crescentes os estudos realizados sobre o tema economia solidária nos últimos anos. Por se tratar de uma nova realidade social, o tema acabou por despertar o interesse da pesquisa acadêmica, principalmente em estudantes de mestrados e doutorados que, com diferentes focos de estudo, ajudaram a influenciar o estado da arte. Pesquisadores experientes também se interessaram por este foco de estu-

dos, o que gerou uma crescente nas pesquisas de mestrado e doutorado (GAIGER, 2012). A tabela um apresenta os números:

Tabela 1 - Dissertações e teses no Brasil sobre Economia Solidária

Quinquênios	Dissertações	Teses	Totais	Médias Anuais (teses e dissertações)
1996-2000	30	6	36	7,2
2001-2005	160	35	195	39,0
2006-2010	307	97	404	80,8
Totais	497	138	635	-

Fonte: Gaiger (2012, p. 20).

A Tabela 1 demonstra um relevante crescimento na realização de pesquisas sobre o tema economia solidária em teses e dissertações entre 1996 e 2010. No quinquênio (1996-2000) 36 pesquisas (teses e dissertações) foram defendidas. Entre (2001-2005) 195 defesas, foram 159 pesquisas a mais que no período anterior. E no período de (2006-2010) foram 404 trabalhos defendidos, mais que o dobro dos quinquênios anteriores. Verificando a média anual, passou de 7,2 trabalhos em (1996-2000) para 80,8 em (2006-2010), representando um crescimento de 1122%.

Sob o ponto de vista social, tal vertiginoso crescimento de estudos pressupõe que a economia solidária também esteja se desenvolvendo a passos largos. Dessa forma, a economia solidária contribuiria para menores índices de desemprego, maior inclusão social, aumento da igualdade, entre outros avanços. Do ponto de vista acadêmico, o crescimento das pesquisas no campo da economia solidária pode demonstrar a fertilidade das diferentes áreas (saúde, gestão, direito, políticas públicas) relacionadas com a temática em questão, gerando ampliação dos campos de pesquisa no que tange o desenvolvimento social e local.

Diante desse contexto de crescimento das pesquisas no âmbito acadêmico, questiona-se o quanto, de fato, estas pesquisas colaboram para o desenvolvimento social e local? Quais as contribuições da pesqui-

sa acadêmica sobre economia solidária no campo empírico investigado?

Partindo do pressuposto teórico de alguns dos princípios da economia solidária, tais como: participação, democracia, cooperação e autogestão, presume-se que a realização de pesquisas no campo da economia solidária utilizem metodologias participativas que visem o seu desenvolvimento por meio do envolvimento dos participantes para a construção coletiva.

4 Pesquisa Participante

A Pesquisa Participante (PP) busca, no seu desenvolvimento, auxiliar seus participantes por seus próprios meios a reconhecerem seus problemas, bem como analisá-los criticamente e buscar as soluções. Dessa maneira, na PP, os problemas são indicados pelos próprios participantes, sem que haja a interferência determinística de um pesquisador (BOTERF, 1987).

Para Boterf (1987), não existe uma fórmula ou “receita” exata de como se desenvolve a PP, mas sugere uma estrutura metodológica que pode nortear um trabalho. São elas: a) construção metodológica e institucional da pesquisa; b) conhecer o contexto e os participantes da pesquisa; c) identificação e análise crítica dos problemas prioritários a serem resolvidos através de um trabalho coletivo; e d) planejamento e implantação de um plano e ações para a resolução de problemas, através de atividades educacionais. Ao final de cada fase, um *feedback* deve ser realizado, assim, o processo passa por constante avaliação, podendo ser reformulado conforme as necessidades. A Pesquisa Participante (PP) é um processo permanente, visto que se propõe a três momentos: o diagnóstico, a análise crítica e a ação, que são sistemas de permanente estudo, reflexão e transformação (BOTERF, 1987).

Além disso, Freire (1999) menciona que desenvolver pesquisa com grupos populares, nos quais os participantes se inserem, promove ação para o autoconhecimento e da realidade em que vivem. Em depoimento,

Freire (1999, p. 36) entende que “[...] fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares”. Durante o processo da pesquisa, acontece uma troca de conhecimentos, permitindo que educador e educando se ‘eduquem’.

A PP contempla um sistema de investigação, de educação e de ação. Representa uma investigação através de um processo educacional para a promoção da ação. Estimula a geração do conhecimento, bem como seu uso para academia e a realidade, ou seja, para ciência e para a vida. A PP é um método que aborda a realidade, visto que se propõe ao desenvolvimento de ação a partir das necessidades do contexto (HAGUETTE, 2005).

Brandão (2006) diz que a PP é uma opção de ação participante. Refere-se à participação dos sujeitos neste tipo de pesquisa, os quais não são considerados apenas agentes passivos beneficiários da pesquisa, mas de fato são eles que dão razão de existir à PP, através da sua participação crítica e ativa. Entende-se que assim as construções coletivas geram redes de pessoas engajadas para gerar conhecimento e construir saberes. Essas pessoas são fontes geradoras inesgotáveis de conhecimentos e saberes, mas, às vezes, são esquecidas como seres humanos (BRANDÃO, 2006) nos processos tradicionais de pesquisa. Destaca-se, porém, que a PP é frequentemente confundida com Pesquisa-Ação (PA). Em função dessa confusão, entende-se necessário um esclarecimento sobre suas diferenças.

Thiollent (1987) faz uma distinção entre Pesquisa-Ação (PA) e Pesquisa Participante (PP), destacando alguns aspectos, conforme apresenta o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Pesquisa Participante x Pesquisa-ação

Aspectos	Pesquisa Participante	Pesquisa-ação
Objetivo	A PP possui um enfoque na relação pesquisador/pesquisado, para estabelecer confiança na relação.	Na PA a preocupação é com a relação investigação/ação, focando na atuação da pesquisa.
Foco	Na PP o foco da participação está em como o pesquisador vai participar do contexto.	Na PA pressupõe ações voltadas para a transformação
Proposição	Ações emergem dos sujeitos.	Numa PA, as ações são planejadas e se propõem mudanças.
Posicionamento ontológico	Pessoas são responsáveis por si mesmas. Percebem por si só suas necessidades.	Pesquisador é o condutor da pesquisa.
Relação	PP nem sempre é uma PA.	PA é sempre uma PP.

Fonte: Thiollent (1987).

Destaca-se que, em nosso entendimento, a principal diferença está na ação/transformação. Numa PP, o pesquisador participa se inserindo no contexto, mas pode não haver ações transformadoras a partir desta inserção, uma vez que depende de como os participantes vão agir e interagir durante a intervenção. Por outro lado, na PA existe um plano específico de uma ação buscando a transformação, assim os esforços estão focados na realização do plano/objetivo e não na participação do pesquisador, como é no caso da PP.

Portanto, a PA tem foco em um problema ou busca um resultado específico circunscrito. Já na PP, a necessidade emerge do contexto e pode ser sobre de questões mais subjetivas, uma vez que busca que os sujeitos se deem conta de seus problemas e que eles tenham a pró-atividade para solucioná-los por meio de um processo educacional. Também, quanto ao posicionamento ontológico, na PP as ações emergem dos

sujeitos, como protagonistas de sua própria história, já na PA o pesquisador é que conduz o trabalho. Ainda, uma PP nem sempre é uma PA, ou seja, pode não haver transformação, mas uma PA é sempre uma PP, pois o pesquisador participa do contexto. Entretanto, é ponto pacífico que ambas possuem uma característica em comum: precisam da participação coletiva para existir enquanto método.

5 Método

Considerando o objetivo proposto neste trabalho, buscaram-se na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), num período de 5 anos, teses e dissertações, contendo no título o termo ‘economia solidária’. Este banco de dados foi escolhido pelo tipo de pesquisa (teses e dissertações) que a BDTD conserva, pois são trabalhos, em sua maioria, desenvolvidos em cursos *strictu sensu* com prazos longos (em anos) e que, portanto, permitem a inserção do pesquisador no campo, neste caso, da economia solidária.

Portanto, utilizou-se o descritor “Economia Solidária” no campo título, entre os anos de 2010 e 2015. Esta busca resultou em 111 teses e dissertações defendidas no período selecionado, 78 dissertações e 33 teses. Foi necessário o ajuste da amostra, pois nove trabalhos estavam publicados em duplicidade e dois não foram possíveis consultar o arquivo. Portanto, a amostra ajustada passou para 100 trabalhos, sendo 73 dissertações e 27 teses. Após o ajuste da amostra, realizou-se um novo filtro a fim de identificar os métodos utilizados no desenvolvimento das pesquisas selecionadas. Este filtro resultou uma nova amostra de 78 trabalhos (teses e dissertações) que realizaram trabalhos empíricos, ou seja, os pesquisadores foram a campo para coletar dados. Por fim, outro filtro foi realizado para identificar as técnicas de coleta de dados que foram utilizadas no desenvolvimento das pesquisas selecionadas. Este último filtro, supracitado, norteou as análises deste trabalho, apresentadas a seguir.

5.1 Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho – COOPCAMATE

A COOPCAMATE é um empreendimento econômico solidário, atua no campo da reciclagem de resíduos sólidos urbanos e está localizada no Bairro Mathias Velho na Cidade de Canoas. A cooperativa iniciou o trabalho de reciclagem em 1986 com cinco moradores realizando a coleta seletiva no Bairro. Em 1995, com mais catadores envolvidos no trabalho da coleta, o grupo formalizou-se associação e recebeu, em comodato, uma área de 600m² com uma pequena sede (hoje é o refeitório da cooperativa) da Associação de Moradores do Bairro Mathias Velho. Pouco tempo depois, uma empresa multinacional alemã doou/construiu um galpão de 400m²- a obra foi projetada especificamente para o trabalho de reciclagem. A cooperativa mantém no mesmo lugar a sua sede. Em 2003, instituiu-se cooperativa. Em 2010, a COOPCAMATE inicia sua participação no Programa de Coleta Seletiva Compartilhada de Canoas, que consiste no recebimento de verba pública, através de contrato, para o transporte dos materiais das residências até a associação. A COOPCAMATE possui estatuto devidamente registrado e um regimento interno com as normas que norteiam o trabalho e os associados no empreendimento. Uma nova diretoria é eleita a cada quatro anos. Apesar do alto índice de rotatividade, a cooperativa conta com 25 cooperados, aproximadamente.

6 Discussões

6.1 Levantamento *Strictu Sensu*

Atrelado ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil, está à produção de pesquisa em nível *strictu sensu* (teses e dissertações) sobre o tema. Considera-se que o contexto econômico solidário pressupõe ações em prol de uma construção coletiva, participação, democracia, cooperação, entre outros (MTE, 2014). Nesse sentido, entende-se ser necessária a utilização de metodologias participativas para o desenvolvimento de pesquisas em tal contexto. Mas, como estas pesquisas se

desenvolvem de fato na prática? Questiona-se o quanto elas apresentam conexão teórico-metodológica no desenvolvimento destes trabalhos. Esta discussão parte de uma inquietação originada no desenvolvimento da pesquisa de dissertação da autora, que se propôs ao desenvolvimento de uma pesquisa participante em um EES.

Após definição da amostra, cada um dos 100 trabalhos foi examinado individualmente, a fim de conhecer a metodologia e as técnicas de coleta de dados utilizadas em seu desenvolvimento. Encontraram-se as seguintes informações:

- 78 trabalhos apresentavam-se como pesquisa empírica, ou seja, os pesquisadores foram a campo para desenvolver suas pesquisas;
- 22 trabalhos apresentavam-se como pesquisa teórica, restringindo-se à pesquisa bibliográfica;
- Nenhum trabalho, entre os 78 empíricos, utilizou o termo ‘pesquisa participante’ para nomear sua metodologia, porém, ao analisa-los minuciosamente, considera-se que dois trabalhos se tratavam de Pesquisa Participante (PP), coerente com o entendimento de Haguette (2005);
- Um trabalho apresentou-se como Pesquisa – Ação (PA);
- 44 dos 78 trabalhos empíricos utilizaram a observação participante como técnica de coleta de dados e destes 44, 36 também fizeram entrevistas individuais no contexto pesquisado. Os demais somaram à observação participante as técnicas de grupo focal, fotos e documentos;
- 34 trabalhos utilizaram apenas a entrevista como técnica de coleta de dados no campo.

O Quadro 2 apresenta os três trabalhos identificados como pesquisa Participante (PP) e Pesquisa – Ação (PA):

Quadro 2: Pesquisa Participante (PP) e Pesquisa – Ação (PA) e Economia Solidária na BDTD entre 2010 e 2015.

Tipo de Pesquisa / Instituição	Autor/Ano	Título	Metodologia	Técnica de Coleta de Dados	Descrição
Tese / Universidade Estadual Paulista	Márcia Campos Andrade (2013)	O encontro da loucura com o trabalho na economia solidária: a produção de práxis de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na saúde mental.	Pesquisa Participante (entendimento desta Autora)	Observação participante	Construção de uma práxis produtiva (produção de ganchos para lona de caminhão) no âmbito do Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva.
Dissertação / Universidade Federal de São Carlos	Valdemir dos Santos Lima (2013)	Estratégias para gestão de pessoas e economia solidária: o estudo da cooperativa de trabalho dos catadores de material reaproveitável de Rio Claro - SP	Pesquisa Participante (entendimento desta autora)	Observação Participante	Analisar as relações de trabalho do coletivo pertencente a uma cooperativa de catadores de material reciclável, e propor estratégias de gestão ao grupo COOPERVIVA,
Dissertação / Universidade Estadual Paulista	Geisa Zilli Shinkawa (2012)	Etnomatemática e economia solidária: o caso de um grupo de fabricação de sabão caseiro	Pesquisa - Ação	Observação participante e entrevistas semi-estruturadas	Identificar saberes matemáticos e traçar ações pedagógicas visando sanar algumas dificuldades matemáticas, na direção de favorecer a autogestão (em matemática) do grupo.

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT).

A partir dos dados apresentados, observa-se que apenas 3 de 78 trabalhos empíricos utilizaram PP ou PA para o desenvolvimento de suas pesquisas. Fica claro o reduzido número de trabalhos que utilizaram metodologias participativas, como por exemplo, a PP ou PA, já apresentadas no referencial teórico deste artigo. Os demais 75 trabalhos detiveram-se em diagnóstico, ou seja, estiveram no campo, coletaram dados e finalizaram suas pesquisas apresentando um diagnóstico, sendo que demonstraram se houve a promoção ou estímulo de ações após o diagnóstico, e nem fica claro se retornaram os resultados das pesquisas aos contextos pesquisados.

Na prática isto pode estar demonstrando que os pesquisadores se aproximam do campo, por interesse próprio, neste caso, o desenvolvimento de sua pesquisa; realizam interferências no campo, tais como:

paradas na produção, reuniões de apresentação, entrevistas, observação participante e talvez nunca mais retornem. Conjectura-se o quanto estas pesquisas podem até mesmo confundir os participantes uma vez que diferentes pessoas circulam nos grupos abordando diferentes temas. Além disso, esses contextos são propícios à exploração por diversos tipos de pesquisas e projetos, dado o contexto de formação (trabalho coletivo), tipo de atividade, gênero predominante nos grupos (em sua maioria mulheres), entre outros.

Questiona-se: o que fica como experiência para o contexto dos empreendimentos da economia solidária a partir deste tipo de pesquisa em que acontece a inserção do pesquisador no campo? Talvez, nada. E neste ponto, concentra-se a inquietação que rege esta pesquisa, de como as pesquisas se desenvolvem em contextos econômicos solidários. Questionam-se ainda quais são os verdadeiros propósitos de uma pesquisa científica, observando-se a utilização de diversos tipos de objetivos que definem as pesquisas neste campo da economia solidária, tais como: “identificar como”, “como acontece”, “de que maneira”, “como”, mas para que servem estes diagnósticos? Que retorno, ou seja, que avanços tais pesquisas geram ao contexto pesquisado? Sabe-se que os empreendimentos disponibilizaram tempo e confiança, sendo que muitas vezes criaram expectativas, ou mais preocupante ainda, participaram e nem sabiam do que se tratava. Além disso, essas pesquisas podem deixar uma imagem de que estes contextos são cobaias, e que em última instância são explorados.

Por outro lado, questiona-se o que deixam para o contexto as pesquisas que utilizam metodologias participativas? Supõe-se que o aprendizado exista, pois se houve um trabalho coletivo, que partiu das necessidades dos integrantes do campo pesquisado, se houve participação, se houve construção a partir dos saberes dos participantes, algo fica, pelo menos, como experiência aos participantes. E, é neste tipo de pesquisa que se deve perceber o respeito com os participantes, pois se trata de uma pesquisa, quando aplicada com cuidado ético, onde o foco é o participante, ele é o protagonista de sua própria transformação. As neces-

sidades do grupo de indivíduos envolvidos é que norteiam o desenvolvimento da pesquisa (PP), que conduzem os processos de aprendizagens.

Destaca-se também, nos dados encontrados, a maneira como aconteceu à coleta de dados nos trabalhos analisados, pois a maioria utiliza a observação participante e entrevistas. A observação participante, segundo May (2004), é um processo que precisa ser vivenciado, percebido, para que se possam compreender as ações do contexto observado. É necessário que se estabeleça uma relação com o contexto, sendo pressuposto que o pesquisador deve ser aceito pelo grupo. Nesses casos, a entrevista é utilizada quando se pretende investigar práticas, crenças ou valores (DUARTE, 2004). Observação participante e entrevistas, juntos ou separados, são técnicas que exigem a inserção do pesquisador no campo, uma vez que ambas as técnicas necessitam de tempo, aceitação e confiança do grupo para serem realizadas.

Portanto, realizar uma pesquisa no contexto econômico solidário exige, no mínimo, a compreensão de que as pessoas que lá estão trabalhando não são os dados de uma pesquisa, estas pessoas são geradoras de dados, ou seja, sem a sua participação não haverá pesquisa. Diante de uma postura libertadora, a pesquisa é uma ação para o conhecimento, pois de um lado está à realidade e, do outro, o pesquisador, e a única forma de conhecer esta realidade de fato, é fazendo parte dela (FREIRE, 1999).

4.2 Uma experiência empírica na COOPCAMATE

O projeto de dissertação intitulado: “*Temos que sonhar juntos, porque sozinho a coisa não rende*”: em busca de uma consciência crítica para a autogestão em uma cooperativa de catadores”, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da autogestão, por meio de uma intervenção na COOPCAMATE, é aqui apresentado com exemplo de pesquisa que utiliza a Pesquisa Participante (PP) como método para seu desenvolvimento.

A partir de uma experiência vivida durante o estágio realizado na Incubadora de Empreendimentos Solisários, do Tecnosocial Unilasalle (2011-2012), a pesquisadora (Mestranda em Educação do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas) e autora deste trabalho, construiu um vínculo laboral com a COOPCAMATE, o que permitiu o retorno da mesma em 2015 para o desenvolvimento de sua pesquisa. A referida pesquisa norteia-se pelos seguintes objetivos específicos:

a) Descrever a maneira como ocorre o atual processo de autogestão da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos de Canoas.

b) Analisar o processo de autogestão da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos de Canoas, discutindo as contribuições teóricas de Paulo Freire.

c) Desenvolver e analisar uma intervenção, visando o desenvolvimento do processo de autogestão a partir das demandas dos participantes de uma Cooperativa de Resíduos Sólidos Urbanos de Canoas com base teórica em Paulo Freire.

A fim de atender os objetivos (a) e (b) específicos da pesquisa, foi previsto para março de 2015 o início de visitas semanais, previamente agendadas à cooperativa, sendo que cada visita foi integralmente registrada em diário de campo. Também em março, previu-se a realização de entrevistas com seis cooperados e três integrantes da equipe da Incubadora/Tecnosocial Unilasalle. Além disso, uma pesquisa documental nos registros de atividades da Incubadora de Empreendimentos Solisários, do Tecnosocial Unilasalle na COOPCAMATE e nos documentos da própria cooperativa, tais como: estatuto, regimento interno, registro de presenças, fichas cadastrais, entre outros, foi planejada. Através da análise de conteúdo, os dados serão analisados para a construção de um diagnóstico contendo além de informações técnicas do empreendimento, informações que descrevam como atua o grupo e a coordenação no que tange a autogestão, suas relações de trabalho e no trabalho, que deverá posteriormente ser apresentado ao grupo.

O objetivo específico (c) inicia-se a partir da apresentação do diagnóstico, prevendo-se que haja a participação do grupo nas discussões a partir das informações contidas no diagnóstico. É nesta etapa da pesquisa que de fato a PP se desenvolve, pois partirá dos participantes dela as demandas para a construção coletiva das ações no grupo e para o grupo. A pesquisadora fará sua participação neste processo de construção através do diálogo, utilizado nesta pesquisa como ferramenta de estímulo a reflexão. Esta fase de desenvolvimento da pesquisa também será registrada em diários de campo e ao seu final, prevê-se a realização de novas entrevistas, sendo que estes novos dados serão analisados novamente através da análise de conteúdo. Desta forma será possível comparar as informações da primeira análise que compôs o diagnóstico com os dados coletados ao final da pesquisa. Também se prevê uma devolutiva ao grupo.

Assim, através de uma PP, os resultados esperados desta pesquisa são: compreender como se acontece processo de autogestão da COOPCAMATE. Também, discutir as contribuições teóricas de Paulo Freire acerca deste processo, no que tange os níveis de consciência, o diálogo e a *práxis*. E, por fim, estimular o desenvolvimento da autogestão por meio de uma intervenção, visando o desenvolvimento do processo de autogestão na cooperativa.

5 Considerações finais

Foi realizada uma análise dos dados coletados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT) a fim de propor uma discussão sobre a desconexão teórico-metodológica em teses e dissertações no contexto da Economia Solidária. Os resultados das análises indicam que nas teses e dissertações analisadas não foi observada uma conexão teórico-metodológica, como sugere as metodologias participativas para o desenvolvimento de pesquisas no contexto econômico solidário.

As evidências indicaram a predominância de trabalhos voltados para diagnósticos e não para o desenvolvimento de ações no campo ou para o campo pesquisado. Dessa maneira, considerando o contexto econômico solidário, onde alguns dos princípios básicos são: a democracia, a solidariedade, a participação e a igualdade. Pode-se entender que esses princípios pressupõem o desenvolvimento de pesquisas científicas a partir de metodologias participativas, porém, os trabalhos analisados não apresentaram conexão teórica- metodológica.

Contudo, o fato de não haver a plena utilização da pesquisa participante nas pesquisas no campo da economia solidária, não significa dizer que não houve inserção, participação no campo, pois as técnicas de coletas de dados, em sua maioria, exige a participação do pesquisador, como por exemplo, a observação participante e as entrevistas.

Para Schmidt e Toniette (2008) as pesquisas do tipo participante pressupõe relação de colaboração e interlocução entre pesquisador e pesquisado, legitimando o respeito e atenção para as diferentes vozes da pesquisa, principalmente as vozes dos pesquisados. Entendemos que para haver maior conexão teórico-metodológica, as pesquisas participantes são indicadas no contexto econômico solidário.

Assim, destaca-se a proposta de Pesquisa Participante na COOPCAMATE, supracitada. Esta experiência, em construção, pretende, ao seu final, reafirmar a importância da conexão teórico-metodológica da pesquisa empírica discutida neste trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da autogestão do grupo. E também, contemplar as estatísticas da BDTD – IBCIT como PP.

Referências

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BDTD - IBICT. Biblioteca **Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: < <http://bdttd.ibict.br/vufind/Search/s?join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=Economia+Solid%C3%A1ria+++&type0%5B%5D=Title&sort=year&filter%5B%5D=publishDate%3A%22%5B2010+TO+2015%5D%22>>. Acesso em jul.2015.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa Participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> >. Acesso em: out.2014.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Disponível em < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf> > Acesso em jun. 2014.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p. 34.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária**. Disponível em < http://base.socioeco.org/docs/gaigerbib_1_.pdf >. Acesso em out. 2014.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2005.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OTU 2015. **Carta ao mercado** de trabalho. Observatório do Trabalho Unilasalle. Disponível em: http://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Carta_Unilasalle_Novembro_2014.pdf Acesso em: 24 jul. 2015.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; TONIETTE, Marcelo Augusto. A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética. In: GUERRIERO, Iaro Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval, ZICKER, Fábio (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 102.

SINGER, Paul. Entrevista: Economia Solidária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n. 62, p. 288-314, 2008.

SINGER, Paul. Políticas Públicas para a Economia Solidária no Brasil. In: SIDNEY, Lianza e ADDOR, Felipe (Orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 143.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRAN-DÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Figuras, desordem, ordem, sentidos e dádivas: experiências narradas

Sueli Cabral

1 Introdução

“Tudo é precioso para aquele que foi,
por muito tempo, privado de tudo”

Friedrich Nietzsche

Respeitando as exigências científicas que todo artigo demanda, o objetivo destas linhas é o de contar uma história. Uma história que, como afirmam Jovchelovitch e Bauer (2002), possui uma cronologia, um enredo e “pequenas histórias dentro de uma história maior” (p. 92). Considerando, portanto, tal peculiaridade, seu sentido reside justamente naquilo que une esses pequenos fragmentos narrados.

Apresenta-se, assim, uma história temporal, espacial, finita e incompleta. Seu enredo é marcado pelo que foi dito e, muitas vezes, pelo que foi silenciado. Seu sentido e sua compreensão residem em ‘lugares’ imprevisíveis e não ordenados. Conta-se uma história que foi narrada por interlocutores e construída pela pesquisadora para além do esquema de perguntas-respostas. Dessa forma, conta-se essa história pelo seu movimento e pela sua complexidade, revelando representações e interpretações do mundo e das coisas da vida.

Optou-se pelo paradigma qualitativo, uma vez que, sob essa perspectiva, é possível compreender, de forma mais singular, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do contexto pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais, implícitos nas opiniões dos sujeitos da pesquisa e dada a complexidade do objeto de estudo.

Para que esta história fosse contada, portanto, o recurso metodológico utilizado foi a etnografia e através de inúmeras visitas, observações e entrevistas, o quebra-cabeças foi montado. Parte-se assim da perspectiva não apenas da pesquisadora, mas igualmente dos seus interlocutores como uma possibilidade de desvelar as representações próprias ao campo, o que exige que o observador vá além dos discursos e observe os rituais (formais ou não) do grupo analisado. Sendo assim, a etnografia pode oportunizar o reconhecimento e conhecimento, dando a inteligibilidade necessária para a compreensão.

Entendeu-se que fazer uso dos pressupostos da etnografia como uma possibilidade de desvelar as representações próprias ao campo, era o mais pertinente e desafiador, pois exige que o observador vá além dos discursos e observe os rituais (formais ou não) do grupo analisado. Sendo assim, a etnografia pode oportunizar o reconhecimento e conhecimento, dando a inteligibilidade necessária para a compreensão.

Sobre etnografia, em especial a urbana, Magnani (2002, p. 18) afirma que

[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se vêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise.

Por fim buscou-se compreender e apreender os significados das falas dos entrevistados, que ligados ao contexto estudado e delimitado pela abordagem conceitual, oportunizou desvelar um pouco mais as experiências dos sujeitos que trabalham com o lixo.

2 Contexto do estudo: Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio – COOTRE

A Associação de Recicladores de Esteio (ARCA) foi fundada no ano de 2003 e suas atividades embrionárias ocorreram na comunidade da Barreira, no município de Esteio, RS, Brasil. No ano de 2005, a ARCA foi transferida para o Centro de Triagem pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, localizada na cidade de Esteio, na Av. Luiz Pasteur, nº 7275- Bairro Votorantim, com uma área total de 20.400m², um pavilhão de apoio com 70m², de posse da Prefeitura Municipal de Esteio.

Mais do que apresentar dados sobre a realidade de um grupo de trabalhadores vinculados a uma Associação/Cooperativa, o que se quer é apresentar aqui um recorte da realidade de um grupo de trabalhadores – com todas as suas ressonâncias e dissonâncias. Contudo, seria impossível falar do presente sem situar o leitor ou a leitora deste estudo, sobre as motivações e ações que culminaram em seu surgimento.

Portanto, se faz aqui um breve relato que procura trazer à tona o que poderiam ser fragmentos de sonhos não realizados ou mais um recurso para explorar e compreender a tríade *homem-lixo-trabalho*. Parte-se da perspectiva, como já dito, fundamentada na ideia de que a ordem e a desordem estão conectadas e tramam um tecido de constituição heterogênea e repleta de *possibilidades relacionais*.

Inicialmente, portanto, a ideia de uma associação surgiu na comunidade denominada Barreira – que atualmente faz parte do bairro Primavera, pertencente ao Território da Paz do município de Esteio – e, conforme relata uma das fundadoras do grupo inicial:

Era um espaço não público, era privado, [...] E, nesse espaço, tinha muito lixo, tinha ratos, tinha tráfico, as famílias não se conheciam e não confiavam uma na outra. A gente começou a organizar por grupos, depois de muita discussão, eles se organizaram por comissões. Comissão da saúde, comissão da assistência, comissão do lazer e comissão de habitação. Cada comissão se reunia uma vez por semana, e nós íamos para fazer uma grande reunião de coordenação, que era numa igreja da Assembleia de Deus, para discutir o que cada comissão tinha feito e quais as perspectivas

de trabalho, e daí fazíamos os encaminhamentos. Por exemplo: habitação, que entrava a parte de obras e saneamento, definiam que tinha que chamar todos os secretários e o prefeito, pra discutir uma forma de retirada do lixo, que ficava bem no canto, perto do arroio, pra eles poderem construir as suas casas com segurança (ENTREVISTADA 1. 30, outubro, 2014).

O processo de organização dos moradores da comunidade de Barreira foi lento, mas gradual. Muitos já trabalhavam com o lixo, até porque a *matéria-prima era* abundante nas ruas e até nas casas, contudo, eram sujeitos que trabalhavam sozinhos e, como rotina, vendiam ao entardecer o que conseguiam angariar durante o dia. A renda diária, que era mínima, era parte do cotidiano.

Por fim, uma das comissões elegeu, como forma possível de iniciar um processo de melhoria nas condições de vida das pessoas da comunidade, a organização de um grupo de moradores que já trabalhavam com o lixo e que estavam dispostos a iniciar um processo de trabalho coletivo organizado. Vislumbraram, em médio prazo, tanto o aumento de renda - pessoal e ou familiar - quanto a possibilidade de exercer atividades pertinentes à comercialização de resíduos em condições mais salubres.

Surgiu a ideia, então, da gente reunir o lixo, o que cada um conseguia juntar e vender juntamente pra conseguir um melhor preço, sabe?! Foi assim que surgiu essa ideia. Eu não era catadora, mas vou entrar nessa também, e onde eu morava não permitia isso, juntava no meu pátio. Por algum tempo, começamos a juntar em uma rua perto da minha casa, avisávamos as pessoas, era o início, né. Pensávamos em coleta seletiva, mas tudo tem que ter um início. E, mesmo assim, não tinha para onde levar, e continuávamos com o mesmo problema. Vamos formar uma associação e buscar recursos. Conseguir um lugar para trabalhar, mas dentro da comunidade. Eu me lembro bem da tentativa da gente conseguir um galpão. Mas teve um problema. Tiramos um grupo que fosse ver onde que haveria espaço para construir um grande galpão. Tínhamos pensado em madeiras [...] Tinha a ideia de fazer um galpão grande com reciclagem de um lado e reforço escolar com os filhos do outro, e atividades lúdicas com as crianças. Essa comissão conseguiu ver que tem um espaço que é público, um depósito. Mas, na época, não foi liberado pra nós fazermos (ENTREVISTADA 2. 31, outubro, 2014).

Destaca-se que o desenho inicial possuía uma diretriz importante: a associação deveria estar no mesmo território em que seus associados moravam, proporcionando trabalho, renda e proximidade com as atividades diárias dos filhos, mas, de acordo com as entrevistadas, decisões – mais políticas do que técnicas – foram tomadas em detrimento aos anseios da comunidade.

Tínhamos mães que precisavam trabalhar e pais também, né, porque tinha vários homens que precisavam trabalhar, mas sem se afastar dos seus filhos. Por quê? Se afastando dos filhos, isso era uma preocupação das mães, que ali não tinha espaço de lazer, não tinha quase ônibus para poder participar dos projetos da prefeitura. A preocupação era construir, criar uma associação, que teria trabalho e, ao mesmo tempo, cuidado com os filhos (todas nós, tínhamos essa necessidade, tu precisas trabalhar, não ter uma qualificação profissional, não ter oportunidades e não ter com quem deixar os filhos, não tinha creche). A comunidade queria estar próxima aos filhos, no começo, se pensou uma coisa bem simples, que o caminhão poder trazer e retirar o material para vender coletivamente, como a Secretaria da Habitação, em nenhum momento, sentou com a associação. Era a implantação da hípica naquele momento, a reciclagem ficava entre a hípica e a total. E tinha sim um declínio, mas se podia fazer um espaço para o caminhão passar. O encanamento começou a quebrar e se o caminhão passasse poderia ter algum prejuízo. Só que, em nenhum momento, sentou com toda a ARCA, foi acontecendo essa saída da hípica pro meio ambiente, foi definido pela gestão pública e não pela comunidade. E, ao mesmo tempo, uma decisão para criar um trabalho dentro da comunidade para que as coisas mudassem e vai para outra, uma secretaria, também da mesma gestão, e começa uma história completamente contra a atuação desse nosso projeto. Porque, na época, a Secretaria da Saúde, a Iracema e Claudia, representavam e começaram todo esse projeto. Na verdade, era um trabalho comunitário. Então não se tinha uma definição de secretaria, tinha um turno que a gente atendia a comunidade nas reuniões. São os pensares diferentes e os rolos, né? Nos tínhamos a preocupação que a comunidade decidisse. E aproveitaram essa situação em período de férias. Em março, já tínhamos definido o espaço, que era já de uma reciclagem. A justificativa deles era de como dar recursos para essa associação e não dar para outra lá da pedreira, que já existe (ENTREVISTADA 1. 30, outubro, 2014).

Em 2003, no ano de sua fundação, a ARCA era constituída apenas

por oito associadas, que realizavam não apenas o processo de triagem e classificação, mas igualmente a própria coleta em algumas residências previamente cadastradas. Em 2005, após a formalização do contrato com a Prefeitura Municipal de Esteio, a associação passou a ter um caminhão, um cadastramento mais organizado e a regularidade semanal de recolhimento nos bairros/residências que, voluntariamente, optavam pela coletiva seletiva¹, totalizando, nesse período, o recolhimento de aproximadamente oito toneladas mensais, que geravam uma renda mensal/individual em torno de R\$ 80,00.

Entretanto, a mudança do local das atividades, da Barreira para o Votorantin, e a não concretização de um espaço próximo que pudesse agregar os filhos dos associados, resultou na desistência dos participantes que estavam na comissão inicial. A associação, para muitos, havia perdido a identidade e o sentido.

As mães foram e não levaram mais os filhos e elas acabaram não indo pra ARCA, questão da droga, falta de creche, tudo isso, muita gente que era da associação acabou não participando. Muito da ida pra lá era questão financeira. Acho que fizeram capacitações, mas não mais aquele reforço escolar, estar na comunidade, várias pessoas passaram a não vender mais o seu material para ARCA. A distância da comunidade, do deslocamento, tu estás numa associação e é por tua conta, o município deu o espaço, mas não ajudou, quem é catador trabalha de dia e vende à noite para conseguir comer, depois de uma semana, não trabalha mais. O município poderia ajudar com uma cesta básica. Outra, a ARCA, o objetivo maior mesmo era mudanças na comunidade, porque, como associação, a gente poderia ir no CEASA, pedir roupas, fazer projetos e, quando essa parte administrativa ficou com poder público, isso perdeu a identificação e o sentido. Eu fiquei por pouco tempo trabalhando e não consegui me integrar naquilo de só trabalhar e não ter outra ideia e acabei saindo (ENTREVISTADA 3. 31, outubro, 2014).

No período compreendido entre os anos de 2005 e 2012 – com

¹ Até hoje, na cidade de Esteio, a Coletiva Seletiva é voluntária, não compulsória, ou seja, o morador faz um cadastro na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Esteio, a qual, juntamente com a COOTRE, faz a organização das rotas. Conforme o site: <http://www.esteio.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=177>. Acesso em 08.01.15.

fases que oscilavam de intensidade – os associados da ARCA buscaram formação e capacitação junto ao poder público municipal, a fóruns regionais e nacionais de catadores e a parcerias, como, por exemplo, o Centro Universitário La Salle- Unilasalle Canoas; o Grupo Gerdau; o CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional; entre outras.

Em 2013, o processo de formação culminou na alteração de *status* de associação para cooperativa. Assim, a ARCA passou, em 2014, a ser formalmente denominada Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio (COOTRE). Contudo, em função de algumas licenças exigidas por lei, esse processo não está plenamente concluído. Atualmente, a prefeitura cede três caminhões, manutenção e motoristas, além de repassar um valor mensal de R\$ 12.500,00 referente à prestação de serviços de coleta seletiva. Dessa forma, os cooperados recebem uma renda média de aproximadamente R\$ 1.100,00.

Durante o ano de 2014, período em que o estudo de campo, a cooperativa contava com 28 trabalhadores estavam na condição de cooperados. As funções na cooperativa são desempenhadas de comum acordo entre os associados e baseiam-se em um sistema de rodízio, em que todos os sujeitos envolvidos executam as atividades necessárias para a realização do trabalho, com exceção das atividades administrativas, que são realizadas por três cooperativados, mas que, igualmente, executam atividades na produção.

A criação da associação e, posteriormente, da própria cooperativa, bem como a breve descrição dos elementos que a constituíram, não compõem a centralidade da pesquisa realizada entre 2013 e 2014², mas, sem dúvida, fornecem – mesmo que pequena- elementos que contribuem na consolidação da economia solidária e essencialmente das pessoas que neste processo estão envolvidas.

² Artigo composto a partir de tese de doutoramento da autora Sueli Cabral, apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em janeiro de 2015, com o título TERRITÓRIOS INSÓLITOS: O LIXO, O TRABALHO E SEUS GUARDIÕES, com orientação da professora Dra. Marília Veríssimo Veronese.

3 Quando a desordem é dádiva

O empenho, portanto, é o de compreender o real que ocorre a partir de uns lócus de circunstâncias, de coisas interdependentes, onde o todo é uma unidade complexa e não se reduz à soma das partes. Tal como a complexidade não deseja vencer a contradição, mas servir-se dela como elemento dinâmico, objetiva-se compreender as representações geradas pelo lixo construídas especialmente pelos sujeitos que convivem com ele diariamente a partir de elementos que se unem, numa lógica centrada no cotidiano, que promove a fusão grupal e assegura uma união de elementos que possibilitam a conjunção entre o reconhecimento e a descoberta.

Ao afastar o lixo e colocá-lo longe dos olhares de uma sociedade asseptizada e hierarquizada, ele foi necessariamente aproximado de pessoas com diversas denominações – lixeiros, moradores de favela, pobres – que, com frequência, nos alertam que o culto à limpeza – especificamente desta limpeza que afasta aquilo que não se quer ver ou ser – possui uma dimensão política, ética e estética geralmente não consideradas:

[...] a pedra angular dessa hierarquização será constranger uma parte da população a consumir o que é refugio de outra. O que chamamos de dejetos na verdade são valores. Aqueles que estão no alto da hierarquia valorizam-se, sobretudo, pelo que rejeitam possuir, tocar ou consumir. Em uma sociedade de consumo plenamente realizada, as camadas se diferenciam hierarquicamente menos pelo que gastam consomem do que pelos restos que espalham ou que transferem umas para as outras (RODRIGUES, 1999, p. 93).

Assim, nas representações *do e sobre o lixo* estão contidas relações sociais e simbólicas que, se por um lado o instituem como dejetos, por outro podem reconhecê-lo como elemento de emancipação. Portanto, o lixo se constitui numa figura semiológica de desordem inscrita num sistema de signos e vigiada por controles mais simbólicos do que reais (CABRAL, 2015).

A afirmação acima se torna mais clara quando aproximamos da tese de Balandier (1997a, p. 103) de que “a desordem e o caos não estão

somente situados, estão exemplificados: à topologia imaginária, simbólica, associa-se a um conjunto de figuras que manifestam sua ação dentro do próprio espaço policiado”. Tal aproximação permite a percepção de que o lixo e o convívio diário com este podem ser traduzidos como figuras, figuras ordinárias da ação humana e do próprio cenário em que ela ocorre. Nessa perspectiva, não só o lixo, mas os próprios sujeitos envolvidos surgem como *figuras de desordem* (CABRAL, 2015).

Figuras repletas de ambivalência por aquilo que delas é dito e o que elas designam, “sendo objeto de desconfiança e medo em razão de sua diferença e de seus status inferior, causa de suspeita e geralmente vítima de acusação” (BANLANDIER, 1997a, p. 104); figuras que, como agentes de desordem, trazem um conjunto de outras figuras como o medo, o terror e a invisibilidade que por suas intensidades e durações se identificam cada vez mais com o caos, com o contágio, com a ameaça, a incerteza e o inexplicável.

Pensar estas pessoas reais num espaço real e em circunstâncias reais, enquanto figuras de desordem, é antes de tudo pensar para além de estigmas sem, contudo, descartá-los, pois se tornam relevadores e importantes. Assim, acredita-se assim que *pensar e agir para além deles* seja inicialmente (mas não permanentemente) pensar sobre eles a partir das ambivalências da tríade *homem-trabalho-lixo* que constituída pela desordem, da incerteza e ambiguidades compõe-se igualmente por relações de aliança e amizade entre os sujeitos, pela correspondência existente, por laços sociais, enfim pela dádiva.

Considerando a ampla discussão a respeito da categoria *dádiva* ou utilizando a expressão de Caillé (1998,2002) o *paradigma da dádiva*, entende-se ser relevante ressaltar alguns pontos de compreensão que este estudo carrega sobre o tema.

O modelo econômico praticado pela grande maioria dos países (se não na sua totalidade) pode ser sintetizado como um sistema capitalismo hegemônico e, por conseguinte, dirigido por interesses de mercado e um consumo descomedido, imolando bens naturais não renováveis,

promovendo cada vez mais a mercantilização da condição humana, promovida pela racionalização instrumental das relações sociais.

Há uma aporia nas relações pessoais, promovendo o *não envolvimento*, o *não comprometimento* ou as *não promessas*, liberam-se, assim, os laços sociais da perspectiva do *longo prazo*, contudo, sem nos sentir impedidos de obter o que desejamos do outro. Trata-se de convier com a liberdade, de entrar ou sair de uma relação (seja qual for) e ir à procura de outra sem deixar ou criar fissuras, uma vez que está permeada pela superficialidade, no pagamento imediato e permanente da dívida e, dado que não compromete o futuro, não se insere num sistema de obrigações (GODBOUT, 1998).

Para Godbout (1998, p. 39-40):

Existe hoje em dia um paradigma dominante, o neoliberalismo. Nas ciências humanas, ele possui diversos nomes: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica. Esses diversos nomes designam aspectos diferentes do paradigma. Mas existe um núcleo comum a todas essas teorias: elas dizem respeito ao que circula, procuram explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade. [...] O que contém esse modelo? Existem inúmeras variantes. Duas noções são fundamentais, a de preferência e a de otimização. Segundo a primeira noção, o indivíduo age de acordo com suas preferências e é o único a saber quais são. Nesse paradigma, usa-se a palavra preferência para nomear o interesse, os valores, os fins, as necessidades, as paixões.

Apesar de não ser absoluta esta forma de ser no mundo evidentemente alimenta é alimentado por uma forma de *interpretar o mundo*, assim as ciências sociais – aplicadas ou não – nos habituaram a desvelar o mundo social a partir de estratégias racionais que “procuraram maximizar a satisfação de seus interesses materiais” (GODBOUT, 1999, p. 23), por exemplo, uma visão utilitarista e otimista dominante.

Caillé (1998; 2002) aponta que existem dois paradigmas conflitantes que buscam orientar as ciências sociais e a filosofia moral e política.

O *primeiro paradigma*, conforme nomeia o autor, coloca o homem como o centro original da totalidade social. O autor qualifica este paradigma como individualista, utilitarista, contratualista, etc., que igualmente como Goudbout (1998; 1999) parte da noção de que as relações sociais são compreendidas pelo entrecruzamento dos cálculos efetuados pelos indivíduos.

Apostando que é ao mesmo tempo possível e necessário relacionar o conjunto dos fenômenos sociais exclusivamente com as decisões e os cálculos dos indivíduos – pois somente os indivíduos, assim nos dizem, podem ser sujeitos – e afirmando, além disso, que a única chance de compreender a ação individual é postular que é, se não necessariamente “egoísta”, pelo menos “interessada” e racional, este paradigma primeiro pode ser qualificado, segundo o ângulo de abordagem que se prefira adotar, como individualista, utilitarista, contratualista, instrumentalista, etc. (CAILLÉ, 2002, p. 14).

Para Caillé (1998), o segundo paradigma, o *holista*, se posiciona contrariamente ao anterior, uma vez que as ações individuais estariam submetidas por uma ordem social vigente, o *holismo* não se preocupa como o laço social foi ou é gerado, uma vez que por hipótese, postula que o laço social ontologicamente preexiste à ação dos sujeitos sociais.

Assim nas palavras do autor, (2002, p. 17):

Longe dos fatos sociais aparecerem como o produto do entrecruzamento dos planos individuais racionais, é o conjunto das ações dos indivíduos que parece ser comandado por uma totalidade social sempre preexistente aos indivíduos, infinitamente mais importante que eles e incomensurável a seus atos ou a seus pensamentos que pela predetermina de uma ponte a outra.

A estes dois princípios de explicação, ou paradigmas, individualismo e o holismo, de interesse e de interiorização das normas, inclui-se um terceiro, o *paradigma da dádiva*. Mauss (2003) em seu texto sobre a Dádiva (Ensaio sobre a Dádiva- *Essai sur le don*- 1924), assinala que na dinâmica social das sociedades arcaicas, as relações estabelecidas e vivenciadas, os relacionamentos não se constituem satisfazendo aos mesmos parâmetros definidos para o mercado ou o contrato. Basicamente, a tese

central do ensaio é que a dádiva (dom) é fundamento da sociabilidade humana, capaz de produzir *alianças*, tanto alianças matrimoniais como as políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas.

Como aponta Caillé (2002), numa perspectiva mais sociológica, há uma anterioridade do antiutilitário sobre aquilo que é útil, neste sentido, a prioridade é o laço social e sua construção. Caillé (1998; 2002) ainda elucida que ao se considerar a dimensão antiutilitária, não significa se apoderar do ideal não-utilitário, inútil ou gratuito. Formar alianças implica a noção do útil, do importante, do imprescindível, porém tal *imprescindibilidade* somente pode ser alcançada ao deslocar-se do registro utilitário.

Neste sentido, o sistema da dádiva é representado, pela tríplice obrigação de *dar, receber e retribuir*. Dar alguma coisa a alguém é dar algo de si, concomitante passa a existir a obrigação de retribuir, ao receber, uma parte do outro acompanha *a coisa dada*, o que recebeu vê-se obrigado igualmente dar uma parte de si, contudo a obrigação de dar, a obrigação de receber não se resume somente a obrigação de retribuir, mas também à obrigação de dar, por um lado, e de receber, pelo outro (MAUSS, 2003).

Trata-se de um modelo de ação social totalmente diferente e paradoxal, pois estabelece ao mesmo tempo, uma relação de “liberdade e obrigação” e de “interesse e desinteresse”. Em outras palavras, a dádiva como assinala Caillé (2002) possui um aspecto paradoxal e condicional de uma teoria da ação baseado nestas duas díades polarizadas. *Liberdade e Obrigação* estão institucionalizadas socialmente no *dar*, não descartando a espontaneidade a fim de que não recaia num processo mecânico e destituído de emoções, assim, recebendo se abre uma obrigação de retribuição, onde o doador deixa aquele que recebeu a vontade, livre e espontaneamente para retribuir, não havendo um contrato de tempo ou de equivalência.

Quanto ao *Interesse e Desinteresse*, o poder é mesurado a partir de uma maior demonstração de generosidade, aquele que é mais

generoso possui mais poder, assim provas de generosidade laboram movimentos que mantém a assimetria e a rivalidade da relação, possibilitando a construção de um laço social, laço este constituído e mantido nas relações de trabalho.

4 Considerações finais

Compreender o real, e neste caso a cooperativa COOTRE e seus cooperados a partir destes pressupostos, é antes de tudo, considerar as ambiguidades que os termos figuras de desordem e dádivas possuem. O paradigma da dádiva é propriamente relacional e simbólico, trata-se da antonomásia das alianças e dos laços sociais. O dom é tecido por vínculos sociais e concomitante os laços sociais são constituídos pela dádiva,

Então, pensar a tríade homem-trabalho-lixo, que como dito anteriormente constituída pela desordem, carregada de incerteza e ambiguidades, compõe-se igualmente por relações de aliança e amizade, por laços sociais, enfim pela dádiva. E esta se anuncia nas diferentes representações e espaços onde as relações entre *os homens que trabalham com o lixo* ocorrem.

Na interseção dos seus princípios *dar, receber e retribuir*, a vida cotidiana se torna fundante de sociabilidades que, demarcada por um *estar-junto*, confere sentidos às coisas e às pessoas, agregando um modo de ser (*ethos*), mesmo que particular e momentâneo, é emancipador. Enfim, a dádiva se expressa na mediação, na união e exploração *do e com* o outro, com a sociedade e com o ecossistema, quer pela transgressão, aceitação, reversibilidade ou identificação, culminando numa influência na dinâmica social, possibilita tecer em conjunto de ações que podem culminar em mudanças sociais significantes.

Referências

BALANDIER, Georges. **A Desordem** - Elogio ao Movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997A.

_____. **O Contorno**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997B.

_____. **O Dédalo**. Para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CABRAL, Sueli Maria. **Territórios insólitos: o lixo, o trabalho e seus guardiões**. 2015. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2015.

CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

_____. **Antropologia do Dom**. Terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Dádiva. In CATTANI, Antonio D. (Coord.) *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], vol.13, n.38, pp. 39-52, 1998. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300002>.> Acesso out/2012

GODBOUT, Jacques. **O Espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Tradução Tomás Tadeu da Silva).

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. A entrevista narrativa. In. BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**.

Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Qualidade de vida do catador no seu espaço de trabalho: reflexões e intervenções em uma cooperativa de reciclagem

Daiana Schwengber

Patrícia Silva de Deus

Katiúce de Jesus Pereira

1 Introdução

Por meio do Grupo de Qualidade de Vida THE WHOQOL GROUP, da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Qualidade de Vida foi conceituada como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FLECK, 2000). Esse é um conceito subjetivo, complexo, ligado ao desenvolvimento humano, multidimensional e que abrange características tanto positivas quanto negativas, não significando apenas que o indivíduo tenha saúde física e mental, mas que esteja bem com ele mesmo, com relacionamentos sociais, como a família e amigos, proporcionando-os equilíbrio.

Para se garantir uma boa qualidade de vida, é crucial ter hábitos saudáveis, cuidar bem do corpo, ter tempo de lazer, entre diversas outras ações que façam o indivíduo sentir-se bem.

2 Qualidade de vida no trabalho

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tem sido uma constante preocupação nos dias atuais, visto que esta exerce influência no desenvolvimento econômico e social de uma organização. Com o pensamento voltado a melhorias na produtividade de empresas, viu-se a necessidade

de voltar às atenções ao principal sujeito, o próprio trabalhador. O homem, como principal sujeito para o desenvolvimento do trabalho, passa boa parte de sua vida dedicando força, energia e esforços a organização na qual trabalha, onde muitas vezes acaba por disponibilizar mais tempo no ambiente de trabalho do que com a própria família e amigos.

A qualidade de vida no trabalho é considerada um fator importante, pois, tem como objetivo fazer com que os funcionários se sintam satisfeitos e que o ambiente de trabalho gere bem-estar, facilitando as atividades a serem realizadas. As pessoas buscam melhoria em seu estilo e a qualidade de vida no trabalho surge como uma exigência para suprir as necessidades dos trabalhadores. Limongi-França (2011) relata que a Qualidade de Vida no Trabalho é uma compreensão abrangente e comprometida das condições de vida no trabalho, que inclui aspectos de bem-estar, garantia de saúde e segurança física, mental e social.

Chiavenato (2004) apresenta que a Qualidade de Vida no Trabalho envolve fatores intrínsecos e extrínsecos do cargo. As atitudes pessoais, quanto as comportamentais com relevância na produtividade individual e coletiva, são afetadas pela falta da qualidade de vida no trabalho, sendo que fatores motivacionais, adaptabilidade do indivíduo, criatividade e vontade de inovação, estão diretamente ligadas à produtividade.

Outro fator que está relacionado com a qualidade de vida no trabalho é a saúde do trabalhador. A saúde pode ser definida como estado de bem estar físico, mental e social e isso significa que as relações entre o corpo, a mente e os padrões sociais devem estar em perfeita harmonia, pois caso contrário à saúde pode ser prejudicada por doença, estresse ou acidente. As mudanças no ambiente pessoal e profissional são inevitáveis e muitas vezes podem levar o funcionário a perder seu equilíbrio. Para Ivancevich (2008), isso pode provocar alterações de humor, comportamento, perda de interesse no trabalho e, conseqüentemente, a diminuição da produtividade.

Segundo Moretti (2007), a qualidade de vida no trabalho atualmente pode ser definida como uma forma de pensamento envolvendo

pessoas, trabalho e organizações. Com isso, pode-se destacar dois aspectos importantes: a preocupação com o bem-estar do trabalhador e com a eficácia organizacional; e a participação dos trabalhadores nas decisões e problemas do trabalho. Através destes aspectos, a importância de programas voltados para a melhoria nas condições de trabalho propiciando qualidade de vida se faz extremamente necessária, visando minimizar os fatores interferentes, implementando ações que trazem benefícios aos trabalhadores, como também a organização.

Programas de qualidade de vida no trabalho, orientados de acordo com as necessidades que os trabalhadores têm dentro das organizações, são possíveis estratégias de sucesso envolvendo todos os aspectos de vida relacionados. Para Limongi-França (2011), os programas podem ser voltados para a preservação do meio ambiente, ligados à motivação, ao desenvolvimento profissional, como também específico de saúde pessoal e condicionamento físico. O trabalho realizado de forma a contribuir com a qualidade de vida do indivíduo pode ser uma fonte de satisfação, realização pessoal e profissional.

3 O catador, profissional cooperativado

O processo de urbanização, o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional refletiram diretamente nos impactos ambientais e, principalmente, no aumento de geração de resíduos sólidos urbanos em todas as regiões do planeta. O profissional catador surge a partir destas demandas: acúmulo de resíduos sólidos urbanos no meio ambiente, exclusão social e necessidade de renda. Segundo dados do IPEA (2012), são produzidas cerca de 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia e aproximadamente 600 mil catadores no Brasil realizam o processo de triagem deste material (dados de profissionais cadastrados).

O movimento pelo profissional catador iniciou em Brasília a partir do I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis realizado em 2001. Este evento reuniu mais de 1.700 profissionais que atuavam

nas ruas das cidades, lixões, associações e cooperativas de reciclagem resultando na construção de um documento de participação e na formação da Comissão do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. O fato dos catadores constarem na Classificação Brasileira de Ocupações (2010) poderia ser um indicativo que apontasse para o resgate da dignidade desses trabalhadores, inserindo-os no âmbito das políticas públicas.

A profissão de catador, desde esta data, vem tomando corpo e ocupando espaço nos fóruns, discussões e junto ao poder público. Porém, a profissão é desvalorizada pela sociedade e associada muitas vezes com a falta de interesse destes trabalhadores em buscar um trabalho formal ou pela exclusão devido a sua falta de escolaridade. Segundo a pesquisa de Castilhos (2013), o principal motivo para o trabalho nas cooperativas de catadores é o desemprego, seguido pela baixa escolaridade, limitações físicas para exercer outra atividade e a idade já avançada ou ainda, a não qualificação do trabalhador para os novos empregos que surgem. Observando tais índices, o trabalho dos catadores com resíduos sólidos é uma questão de sobrevivência em decorrência da não inserção no mercado por falta de estudo e oportunidade, ou seja, em sua maioria trabalham não por uma opção, mas pela falta dela.

Miura (2004) diz o contrário, que se tornar catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio. De fato deveria ser desta forma, uma escolha realizada pelo indivíduo como qualquer outra profissão.

Este mesmo lixo que gera renda é sinônimo de descarte, de rejeito. Isso reflete muito na autoestima do sujeito e na sua visão quanto ao seu trabalho. Para Migueles (2004), o trabalho com o lixo interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho, como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado pelo catador. O trabalhador catador é exposto a riscos de saúde, a preconceitos sociais e a desregulamentação dos direitos trabalhistas; condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração.

Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico. Castro (1998) afirma que não se pode negar o benefício do trabalho para o ser humano, porém não se pode perder de vista a noção de que o trabalho só será bom se o indivíduo estiver bem realizando as suas tarefas.

4 Cooperativa, um espaço de trabalho

Atualmente, uma maneira de o catador ter seu espaço de trabalho é a formação de cooperativas de reciclagem. Uma forma de trabalho em conjunto onde as cooperativas que, em sua maioria, são pautadas com base na economia solidária e a socialização dos meios de produção, sendo a renda gerada distribuída entre os trabalhadores (CERATO, 2014).

Nas cooperativas de reciclagem o grande desafio é atingir e manter o equilíbrio necessário, tanto internamente quanto nas relações com o entorno, pois a ausência de compromisso dos cooperados pode fazer com que o empreendimento naufrague. Muitas vezes cooperativas buscam auxílio nas entidades de apoio, participam de projetos e ações para melhorar seu trabalho coletivo e buscar alternativas para todos os desafios que surgem ao longo deste processo de trabalho. Com base na economia solidária, outro desafio é a autogestão. Veronese (2008) acredita que não pode haver democracia verdadeira sem uma economia em bases solidárias. A autogestão é uma forma de gestão compartilhada e democrática, onde todos participam das decisões e buscam o bem comum para a cooperativa e para seus cooperativados.

O principal objetivo das cooperativas fundadas neste molde é gerar trabalho, renda e melhores condições de vida a uma parcela excluída da população. Além das questões ambientais e de preservação do meio ambiente. O lixo, segundo Miura (2004), representa, para os catadores, seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho, sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é

jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito.

5 Método

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo e qualitativo. Segundo Las Casas (2006), as pesquisas quantitativas são geralmente mais estruturadas e podem ser avaliadas com números, percentuais ou médias. Porém, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

O objetivo da pesquisa foi de caráter descritivo, onde se propõe verificar e explicar os problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a maior precisão possível, observando e fazendo relações, conexões (MICHEL, 2009).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o *Quality of Working Life Questionnaire* QWLQ-bref, versão abreviada do QWLQ-78. O questionário QWLQ-bref, visa detectar a percepção de Qualidade de Vida no Trabalho e sua construção se embasou no questionário mundial de Qualidade de Vida, o WHOQOL. Esta versão abreviada do QWLQ-78 contém apenas 20 questões, sendo quatro para questões de domínio físico/saúde, três de domínio psicológico, quatro de domínio pessoal e nove de domínio profissional.

Reis Junior (2008) construiu uma escala de classificação da Qualidade de Vida no Trabalho para interpretação dos dados coletados, que foi também utilizada neste estudo para análise dos resultados:

Quadro 1: Classificação proposta para o QWLQ - bref

QWLQ - bref				
Muito Insatisfatório	Insatisfatório	Neutro	Satisfatório	Muito Satisfatório
0 a 22,5	22,5 a 45	45 a 55	55 a 77,5	77,5 a 100

Fonte: Reis Junior (2008).

Cheremeta *et al.* (2011) afirmam que o uso do QWLQ-bref para a avaliação da QVT, contribui na obtenção de resultados fidedignos ao instrumento original, demandando menor tempo para aplicação e tabulação dos dados do que o primeiro.

Os dados foram analisados e tabulados através de algoritmos em planilha com o auxílio do *Microsoft Excel 2010 for Windows*, seguidos de análises qualitativas para cada domínio. Outra forma de coleta de dados foi realizada através de intervenções com dinâmicas e observações no grupo. As observações foram descritas a partir de cada intervenção, utilizando como ferramenta um diário de campo contendo fotos e relatos. A observação, na definição de Lakatos e Marconi (1986), “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

Minicucci (2002, p. 20) orienta que a expressão dinâmica de grupo apareceu pela primeira vez em 1944, em um artigo publicado por Kurt Lewin com o objetivo de observar a dinâmica de vida coletiva, os fenômenos e os princípios que regem o processo de desenvolvimento e afirmação de um determinado grupo. Neste sentido que se busca trabalhar a dinâmica de grupo, conhecendo o coletivo e as suas histórias para construir oportunidades de aprendizagens, valorização do trabalho em equipe e autoestima do sujeito.

6 Análise dos resultados

6.1 Caracterização da Cooperativa

A cooperativa participante foi fundada no ano de 2003, tendo

como sede uma associação de moradores. No decorrer do ano de 2005, transferiu-se para o centro de triagem pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A composição da referida associação iniciou com oito associadas realizando a coleta seletiva um dia por semana. Entre os anos de 2005 e 2012, buscou formação e capacitação junto ao poder público municipal, fóruns regionais de catadores, movimento nacional e parcerias. A formação de uma nova coordenação, consciente do trabalho cooperativo, proporcionou um grande crescimento do grupo. Desde 2012, o grupo realiza a coleta seletiva do município com aproximadamente 22 associados (as) através de um contrato com o poder público. Em 2013, finalizou seu processo de formalização tornando-se uma cooperativa. Seus associados possuem uma renda média, aproximada, de R\$ 1.000,00. Atualmente, possui um espaço de refeitório, secretaria e administrativo, um galpão para triagem e outro para o armazenamento até o período de venda.

6.2 Caracterização da amostra pesquisada

A aplicação do questionário possibilitou estabelecer um perfil dos catadores quanto ao sexo, idade e tempo de trabalho na cooperativa de reciclagem. Foram entrevistados 19 cooperados.

Quadro 2: Percentagem da amostra em relação ao sexo.

	Variáveis	Frequência	Percentual
Sexo	feminino	12	63%
	masculino	7	37%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 2 mostra que a maioria dos cooperados é do sexo feminino. O trabalho realizado na cooperativa está dividido entre coleta, triagem e prensagem.

Quadro 3: Idade dos cooperados.

	Variáveis	Frequência	Percentual
Idade	18 - 25 anos	8	42%
	26 - 33 anos	2	10%
	34 - 41 anos	3	16%
	42 - 50 anos	2	11%
	acima de 51 anos	4	21%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 3 mostra que a maioria dos cooperados está na faixa etária entre 18 – 25 anos.

Quadro 4: Tempo de trabalho na cooperativa.

	Variáveis	Frequência	Percentual
Tempo de Trabalho	1 mês - 12 meses	13	69%
	13 meses - 24 meses	3	16%
	25 meses - 36 meses	1	5%
	37 meses - 48 meses	1	5%
	49 meses - 60 meses	1	5%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 4 mostra que a grande maioria dos cooperados apresentam menos de 12 meses de tempo de trabalho na cooperativa. Apenas 31% permaneceram por mais de 13 meses neste espaço de trabalho confirmando principalmente a rotatividade dos cooperados.

6.3 Qualidade de vida no trabalho na cooperativa

O questionário QWLQ-bref foi aplicado em um único momento. Todos os cooperados assinaram o termo de consentimento e participação. Em seguida, cada cooperado recebeu o questionário onde as questões foram lidas de forma coletiva. Alguns casos específicos, tais como anal-fabetos e os com dificuldades de compreensão de algum item, foram

atendidos de forma individual com o auxílio das pesquisadoras.

A partir da análise do QWLQ-bref, os resultados foram tabulados por domínios:

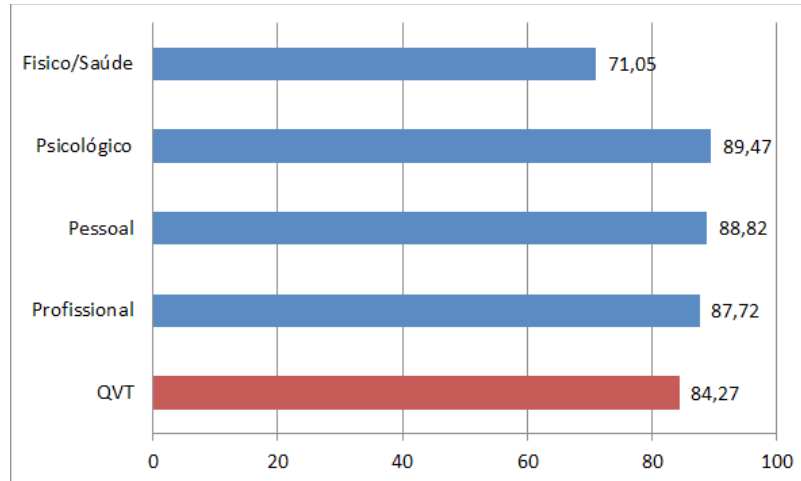
Quadro 5: Questões e resultados por domínios.

Domínios	Variáveis	Média	Desvio Padrão
Domínio Físico	Qualidade do sono	3,842	0,515
	Sono prejudica o trabalho		
	Necessidades fisiológicas básicas		
	Conforto no ambiente de trabalho		
Domínio Psicológico	Motivação para trabalhar	4,579	0,398
	Liberdade de expressão no trabalho		
	Orgulho da profissão		
Domínio Pessoal	Realização no trabalho	4,553	0,396
	Relação superiores e/ou subordinados		
	Família avalia seu trabalho		
	Respeito colegas		
Domínio Profissional	Liberdade de criar coisas novas	4,509	0,362
	Igualdade tratamento entre os funcionários		
	Orgulho da organização		
	Nível na participação das decisões		
	Nível de responsabilidade		
	Treinamento dados		
	Variedade de tarefas		
	Espírito de camaradagem		
	Qualidade de vida no trabalho		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O questionário foi analisado por resultados referentes a cada questão relacionada ao seu domínio, ou seja, por suas variáveis. Por conseguinte, o Gráfico 1 mostra os resultados dos domínios gerados através da média aritmética simples das respectivas questões que compõem o QWLQ-bref:

Gráfico 1: Resultado do QWLQ-bref por domínios de toda a amostra



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O QWLQ-bref é um instrumento que não apresenta ponto de corte, então observando o Gráfico 1, identificamos as notas de cada domínio e a nota final de qualidade de vida no trabalho, lembrando que, quanto maior o *score*, ou seja a nota, maior será a qualidade de vida no trabalho da amostra estudada. A pontuação e os resultados obtidos por domínios foram:

- O domínio Físico/Saúde, de acordo com a escola de Reis Junior (2008), corresponde a “satisfatório” no que se trata de qualidade de sono, necessidades fisiológicas e conforto no trabalho.
- O domínio Psicológico que corresponde às questões de motivação no trabalho, liberdade de expressão e orgulho de sua profissão, teve resultado “muito satisfatório”.
- O domínio Pessoal que tratava de relações com superiores, respeito entre colegas, realização profissional e percepção da família teve também resultado “muito satisfatório”.
- O domínio Profissional buscou responder questões relacionadas a liberdade de criação, igualdade de tratamento, orgulho da organização em que trabalha, nível de responsabilidade e

participação nas decisões com o resultado de “muito satisfatório”.

A partir dos resultados destes quatro domínios, calculou-se a média de QVT nesta cooperativa que apresentou como resultado geral da amostra “muito satisfatório”.

Com a aplicação do questionário, percebe-se que, ao contrário do que se pensa dentro desta cooperativa de reciclagem, os cooperados apresentaram como resultado de sua qualidade de vida algo positivo, sentimentos de orgulho, participação responsável e efetiva de sua profissão. As pequenas e poucas dificuldades apontadas estão relacionadas à sua saúde física. Isto pode estar relacionado diretamente com a pouca quantidade de cooperados trabalhando para a coleta e triagem de todo o seu município, já que é o único empreendimento que realiza este trabalho.

6.4 O cooperado, o trabalho em grupo e sua expectativa em uma cooperativa de reciclagem

Por meio da observação e a partir das dinâmicas de intervenção, alguns relatos foram registrados. Um assunto abordado foi à questão do sentimento do associado com a cooperativa, para verificar se essa relação está sendo conduzida por meio da lógica do modelo de cooperação, engajamento no negócio, motivação ou se apenas atua na cooperativa por pura necessidade.

Motivação significa ter um motivo para atingir algo, ou seja, se o trabalhador sente-se motivado para trabalhar, ele será mais participativo e trabalhará almejando atingir os resultados propostos. Na cooperativa em estudo, alguns associados disseram sentir-se muito motivados para trabalhar, enquanto outros não demonstraram tanta motivação.

No momento, a cooperativa vem correspondendo as minhas expectativas de profissional, e eu me sinto muito motivada para trabalhar, gosto do que eu faço (COOPERADO 2).

Nessa colocação, percebe-se que o associado gosta da sua posição e da sua função, demonstrando que se sente motivado para o trabalho. Isso evidencia o fato de que a cooperativa é uma alternativa de trabalho para os que não se encaixam no perfil que o mercado atual exige, o associado tem compreensão que é dono do negócio e deveria se sentir mais interessado e motivado para o trabalho na cooperativa. Mas o fator da carteira assinada ainda interfere muito na escolha das pessoas que não estão acostumadas com a prática cooperativista.

Diante do atual cenário do crescimento do desemprego, as cooperativas de trabalho tem sido uma oportunidade para gerar renda. Muitos trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho por algum motivo encontram nas cooperativas uma solução. Na cooperativa estudada, percebe-se que os associados tem grande participação nas atividades e processos de decisão na cooperativa. Os associados se reúnem quinzenalmente para fazer formações junto às instituições apoiadoras, para que verifiquem necessidades de melhorias e de condições de trabalho para seus associados. De acordo com Ricciardi e Lemos (2000), o cooperativismo veio da ideia de cooperação, de fazer as coisas junto e achar soluções que trouxessem benefícios a todos. Muitas pessoas procuram as cooperativas por necessidade e para garantir a sua renda.

Na cooperativa, há certa confusão de sentimentos de dono e de empregado. Pois muitos saem de empresas em que eram empregados e não estão acostumados com a prática cooperativista. Conforme definido por Ricciardi e Lemos (2000), o cooperado é e deve se comportar como dono e usuário da cooperativa, além de ser a força de trabalho, ou seja, o associado deve ter conhecimento cooperativista e receber, por parte da cooperativa, treinamentos constantes que incentivem o sentimento de dono do empreendimento, pois, quando a pessoa se sente responsável, fica mais produtiva e está vendo de perto o resultado do seu trabalho. A palavra “dono” muitas vezes soa como “poder”, e muitos associados entendem dessa forma, que o dono é quem manda e desmanda, enquanto o sentido dessa palavra deveria ser outro, de que estivesse acompanhada de sentimentos de responsabilidade, participação, preocupação,

conhecimento e motivação. Para que esse entendimento seja alcançado, é necessário envolvê-los dentro das ações e decisões da cooperativa.

Aqui na cooperativa a gente sempre tenta trabalhar em equipe, somos bem tratados pelos colegas e o trabalho ai fora tá difícil então damos muito valor para a cooperativa (COOPERADO 11).

O sentimento que os associados têm pela cooperativa é de uma empresa que os acolheu, porque estavam sem emprego e não conseguiam se colocar no mercado, uma vez que muitos têm baixa escolaridade, idade avançada, alguns já estão aposentados, criando, por isso, um vínculo de dependência por falta de oportunidade no mercado de trabalho e deixando a desejar no que se refere ao seu real sentido dentro da cooperativa. Foi percebido que a maior preocupação é em fazer o serviço (tarefa) que lhe foi delegado, receber o salário e se manter no “emprego”, enquanto deveria ter uma postura mais ativa e participativa nas questões gerais da cooperativa, buscando informações, participando das assembleias e contribuindo para a tomada de decisão.

7 Considerações finais

A aplicação do questionário e as intervenções realizadas puderam contribuir na identificação do perfil desta cooperativa de reciclagem onde seus colaboradores são em sua grande maioria jovens, com faixa etária entre dezoito e vinte e cinco anos, do sexo feminino e com tempo de trabalho inferior a um ano.

Relacionado à qualidade de vida no trabalho, os resultados dos questionários QWLQ-bref constataram que em todos os domínios, os cooperados tiveram avaliação satisfatória. Percebe-se que somente no domínio físico, a média foi menor e está relacionado à qualidade do sono, sono prejudicado, atendimentos das necessidades fisiológicas e conforto no ambiente de trabalho, podendo ser explorada e trabalhada a partir de intervenções relacionadas a atividades laborais, organização do espaço de trabalho que gere mais locais de descanso e conforto durante os intervalos.

A qualidade de vida no trabalho dentro desta cooperativa de reciclagem surpreende, pois quando pensamos nas atividades realizadas pelo profissional catador, relacionamos diretamente a ações insalubres e desmotivadoras, porém os domínios com maior avaliação foram o psicológico, relacionado à motivação, liberdade de expressão e orgulho da profissão, e o domínio pessoal, que condiz com a realização no trabalho, relação com superiores e colegas, respeito dos colegas e família.

Atualmente, o cenário do desemprego está mais presente aumentando, assim, a crise social em que o país se encontra. Muitas pessoas ainda em idade produtiva acabam se inserindo no emprego informal ou, até mesmo, praticando atividades ilícitas. Trabalhadores encontram oportunidades para melhorar sua situação econômica e social nas cooperativas de trabalho, que são uma fonte de renda e que estão cada vez mais crescentes no mercado. Muitas cooperativas de trabalho surgem a partir da necessidade de conseguir transformar a vida de pessoas e inserir aqueles que estão fora do mercado, seja pela idade, pela baixa escolaridade, por outro motivo qualquer, pois o mercado está cada vez mais exigente e competitivo.

Os próprios princípios do cooperativismo prezam pela participação, pela democracia, pela qualidade de vida do trabalhador e também pela educação cooperativista. Os associados, ao ingressarem numa cooperativa, devem receber orientações desta prática, treinamentos constantes que promovam a consciência cooperativista, para que não acabem por confundir seu papel de dono com o de empregado, sem frustrações, com participação ativa para que isto se reflita diretamente na qualidade do seu trabalho, do grupo e de sua vida.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

CASTILHOS, Armando Borges de *et al.* Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência e saúde coletiva**. v. 18, n.11, p. 3115-3124, 2013. ISSN 1413-8123.

CASTRO, Alfredo Pires. **Motivação**: como desenvolver e utilizar esta energia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CHEREMETA, M.; PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; KOVALESKI, J. L. Construção da versão abreviada do QWLQ-78: um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**. v. 3, p. 1-15, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000.

IVANCEVICH, J. M. **Gestão de recursos humanos**. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

KETS DE VRIES, Manfred F. R. **Liderança na empresa**: como o comportamento dos líderes afeta a cultura interna. São Paulo: Atlas 1997.

LAKATOS, E. M., & Marconi, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para o acompanhamento da disciplina e elaboração de

trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2009.

MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: teorias e sistemas**. São Paulo: Atlas, 2002.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORETTI, Silvinha. **Qualidade de Vida no Trabalho X Auto realização humana**. Gestão estratégica de Recursos Humanos, Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Santa Catarina: ICPG. 2007.

REIS JUNIOR, D.R. **Qualidade de vida no trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78**. Dissertação de Mestrado Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2008.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

CERATO, D. S. Intervenção psicopedagógica: Educação Ambiental como um caminho de transformação. In. SCHOLZ, R. H. (Org.) **Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 47-59.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social e Economia Solidária**. São Paulo: Ideias&Letras, 2008.

Logística reversa de pós-consumo aplicada na coleta seletiva do município de Canoas(RS): um estudo a partir da COOPERCAN

Guilherme Garces de Mello

Robinson Henrique Scholz

1 Introdução

A crescente elevação de resíduos sólidos nos aterros sanitários e lixões fez aumentar a preocupação com a correta destinação dos resíduos sólidos gerados pela sociedade. No ano de 2010, foi aprovada a Lei nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual define as diretrizes relativas à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos. No município de Canoas, com o intuito de promover a universalização do acesso ao serviço público de coleta seletiva de resíduos recicláveis, foi criada a Lei nº 5.485, que tem o propósito de adequar o município à PNRS e contratar as cooperativas de catadores para a gestão da coleta seletiva compartilhada.

Com o crescente aumento dos resíduos gerados por meio da produção e consumo, esta pesquisa tem como objetivo analisar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas cooperativas que realizam a coleta seletiva compartilhada no município de Canoas. Esta investigação pode contribuir, posteriormente, a identificação das barreiras enfrentadas na destinação destes materiais coletados, intentando analisar métodos que possam otimizar os processos já desempenhados pelas cooperativas.

Para o alcance de respostas a este objetivo de pesquisa, são abordados e discutidos os seguintes objetivos específicos: a) realizar o estudo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aliado a logística reversa de pós-consumo na coleta seletiva, tendo como base o cenário das cooperativas e associações de catadores; b) verificar a adequação do município de Canoas a PNRS; c) analisar como se dá o planejamento da logística reversa na coleta seletiva; e d) identificar quais os principais desafios das

cooperativas na coleta e destino dos materiais às usinas recicladoras.

Este estudo pode servir de acesso à informação sobre a situação atual do município de Canoas frente à logística reversa de pós-consumo e a coleta seletiva compartilhada. Tendo como base de estudo a Lei 12.305, observa-se que um dos fatores de sucesso para o cumprimento da referida lei é a conscientização e participação efetiva da sociedade e empresas na destinação adequada de seus resíduos. Pode-se destacar, também, que a inserção das cooperativas de catadores é de extrema importância na base da cadeia de pós-consumo, onde ocorre a coleta e separação dos resíduos sólidos.

2 Logística reversa de pós-consumo

A sociedade atual esta cada vez mais preocupada com os diversos aspectos ligados a preservação do meio ambiente e a responsabilidade ambiental dos produtos consumidos. Um fator que merece destaque é o grande volume de bens de consumo produzidos para satisfazer diferentes segmentos de clientes, alimentando uma sociedade cada vez mais consumista. Em virtude disso, tem-se observado um crescente aumento na descartabilidade dos materiais em função da nítida redução no tempo de vida útil dos produtos, ocasionando enormes volumes de resíduos sólidos, os quais muitas vezes acabam não tendo uma efetiva e adequada disposição final. Segundo Fuller e Allen (1995), existem dois sistemas de disposição final adequados para o descarte dos bens de pós-consumo. Um sistema é o envio para aterros sanitários ou reintegração ao ciclo produtivo, denominado seguro e o outro, a disposição inadequada que provoca algum tipo de poluição ambiental, como os lixões.

Visto estes problemas, a logística reversa de pós-consumo pode ser vista como uma aliada a sustentabilidade e ao meio ambiente, no que tange o ciclo reverso dos resíduos sólidos. Na última década, observou-se um crescente aumento no interesse sobre o conceito da logística reversa, levando a uma quantidade maior de estudos e, conseqüentemente, a uma evolução de sua definição.

O *Council of Logistics Management* (CLM 1993), define que logís-

Logística reversa é um amplo termo relacionado às habilidades e atividades envolvidas no gerenciamento de redução, movimentação e disposição de resíduos de produtos e embalagens. Rogers e Tibben-Lembke (1999), adaptam a definição de logística reversa do CLM como o processo de planejamento, implementação e controle da eficiência e custo efetivo do fluxo de matérias-primas, estoques em processo, produtos acabados e informações correspondentes do ponto de consumo ao ponto de origem, com o propósito de capturar o valor ou destinar à apropriada disposição. Dornier (2000) incorpora novas áreas de atuação à logística reversa, incluindo o gerenciamento dos fluxos reversos, abrangendo uma maior amplitude, incluindo todas as formas de movimentos de produtos e informações.

Um dos conceitos mais aplicados e utilizados até os dias atuais sobre logística reversa foi definido por Leite (2003), o qual denomina que a logística reversa de pós-consumo equaciona e operacionaliza o fluxo físico e as informações dos bens descartados pela sociedade em geral, retornando estes ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo por meio de canais de distribuição reversos específicos. Seu objetivo é agregar valor a um produto logístico constituído por bens inservíveis ou que ainda possua condições de utilização, de modo que por meio dos processamentos logísticos de consolidação, separação e seleção, possam retornar pelos canais reversos de reuso, remanufatura, reciclagem e incineração até a destinação final.

Para se entender qual o destino mais adequado aos resíduos sólidos, é importante conhecer a classificação em relação à duração de sua vida útil, ou seja, o tempo transcorrido desde a sua produção original até o momento em que o primeiro possuidor se desfaz dele. Leite (2003) em seus estudos define os bens produzidos em: i) Bens descartáveis são os que apresentam duração de vida útil não superior a seis meses; ii) Bens semiduráveis possuem duração média de vida útil, não superior a dois anos; e iii) Bens duráveis, são os que apresentam o maior tempo de vida útil, em torno de alguns anos a décadas.

Com ciclos de vida cada vez menores e com a grande diversidade das características dos canais reversos de pós-consumo, os bens duráveis e semiduráveis, dependendo do seu tempo de vida útil, em algum

momento serão disponibilizados como bens de pós-consumo e dependendo do grau de sua reutilização, poderão retornar ao ciclo produtivo ou ao mercado de produtos de segunda mão. Os canais de distribuição reversos de recuperação dos bens, citados anteriormente, alimentarão as vias de disposição final em aterros sanitários ou a sua reintegração ao ciclo produtivo. O sistema de remanufatura e reciclagem agregam valor econômico, ecológico e logístico aos bens de pós-consumo, criando condições para que possam substituir matérias primas novas, gerando uma economia reversa. Já o sistema de reuso, agrega valor de reutilização ao bem e o de incineração, agrega valor econômico pela transformação em energia elétrica (LEITE, 2003).

Após a disponibilização, os bens de pós-consumo descartáveis apresentam três tipos usuais de coleta: a coleta de lixo urbano; a coleta seletiva, onde ocorre uma prévia seleção do material a ser coletado, propiciando uma diminuição dos resíduos sólidos no momento da coleta, pois os mesmos são separados dos materiais orgânicos; e a coleta informal, realizada por catadores não associados às cooperativas. Estes resíduos têm suas origens de domicílios urbanos, empresas comerciais e industriais. Segundo Leite (2003), a coleta seletiva apresenta inúmeras vantagens: o sistema porta a porta domiciliar apresenta alta taxa de captura de materiais recicláveis; há um aumento na quantidade coletada e na qualidade dos materiais, uma vez que não ocorre mistura com resíduos orgânicos, contribuindo para aumentar as oportunidades de venda direta às indústrias por melhores preços; e nota-se uma redução significativa no volume da coleta de lixo urbano, aliviando os sistemas de aterro.

A maior barreira enfrentada na implantação da coleta seletiva são os custos envolvidos em todos os processos de coleta até a reintegração ao ciclo produtivo. Muitas vezes os custos envolvidos no processo superam as vantagens a utilizá-los em substituição a matérias-primas originais. Alguns canais reversos estruturam-se naturalmente pelas leis de mercado, pelo fato de sua comercialização e sua reutilização apresentarem condições econômicas, tecnológicas e logísticas, as quais garantem rentabilidade aos envolvidos, como é o caso das latas de alumínio. Além

de materiais tradicionais como papel, vidro e lata, outros materiais como garrafas PET e Tetrapack, presentes em quantidades cada vez maiores no lixo urbano, registram demanda crescente no mercado, em função das novas possibilidades de reaproveitamento. O PET, por exemplo, considerado um dos grandes vilões do lixo urbano, há alguns anos tornou-se um material com diversas aplicações na indústria. Os “flakes” produzidos e convertidos em fibras de poliéster são utilizados na confecção de vestuários, edredons, travesseiros, jeans, assoalhos de carros e cerdas de vassoura (TREVISAN, 2001).

3 Política Nacional de Resíduos Sólidos

Até o ano de 2010, o Brasil não possuía uma política pública ambiental que determinasse a correta destinação dos resíduos sólidos. Cada município era responsável pela criação de suas próprias leis e a destinação dos resíduos, cumprindo normas estaduais e municipais. Por fim, após 21 anos de tramitação no congresso, depois de a matéria ser aprovada na Câmara dos Deputados, em 11 de março de 2010, e no Senado Federal, em 7 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispendo sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo seus perigos, responsabilidades dos geradores, poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

De acordo com Santos (2010), os principais destaques da PNRS são:

- O compromisso dos fabricantes para análise do ciclo de vida do produto, da sua produção, utilização pelo consumidor e a responsabilidade do descarte e reciclagem das embalagens;
- A obrigatoriedade do tratamento dos resíduos sólidos gerados ou aproveitamento destes em novos produtos;
- Responsabilidade compartilhada, ou seja, o fabricante é responsável pela coleta, destinação e reutilização das embalagens de pós-consumo;
- A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor

empresarial e demais segmentos da sociedade para o cumprimento desta lei;

- O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

A mencionada lei traz como principais objetivos: a proteção à saúde pública e a qualidade ambiental; a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como uma disposição final ambientalmente adequada; estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção/consumo de bens e serviços e ao uso de tecnologias limpas minimizando impactos ambientais; o incentivo às indústrias de reciclagem; gestão integrada de resíduos sólidos; *a integração dos catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto*; e o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos.

A PNRS apresenta a logística reversa como sendo uma ferramenta a ser adotada para a coleta de resíduos sólidos gerados no Brasil. No artigo 3º, da Lei Federal 12.305/2010, define-se logística reversa como sendo um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo produtivo ou a outra destinação ambientalmente adequada. Aliado a logística reversa, estão os planos de resíduos sólidos federal, estadual e municipal.

O sistema de coleta seletiva é um grande aliado à separação dos resíduos recicláveis, atuando diretamente na base da cadeia de pós-consumo, além de permitir a inserção e a participação efetiva da população de baixa renda, como os catadores e incentivando estes a criação de cooperativas ou associações populares, com o objetivo de serem reconhecidos pelo poder público e atuarem como agentes ambientais de limpeza urbana.

A responsabilidade dos agentes envolvidos na cadeia reversa é um

aspecto que foi amplamente debatido (XAVIER; CORRÊA, 2013), segundo o artigo 33 da Lei 12.305/2010, onde se definem as responsabilidades dos participantes da cadeia reversa de pós-consumo.

De acordo com a PNRS, é de competência dos municípios a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), no qual prevê que cada município é responsável pelo planejamento, coordenação de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e dos rejeitos, considerando os aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais envolvidos. A criação do PMGIRS é de fundamental importância para o município, pois é através dele que a União disponibilizará acesso a recursos, ou sendo por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, podendo ser beneficiado por incentivos e financiamentos de entidades federais de crédito, para fomento de tal atividade.

Na elaboração do PMGIRS, o município deve contemplar, por meio de metas de longo prazo, estabelecer de que modo será implementada a coleta seletiva e como os consumidores serão conscientizados a adotarem os procedimentos necessários ao acondicionamento e à disposição dos materiais recicláveis para a coleta. Os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, terão acesso priorizado aos recursos da União.

A Lei Federal 12.305, em seu artigo 19 estabelece o conteúdo mínimo de ações necessárias que os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos devem conter para que possam se adequar as novas diretrizes da PNRS. Essas ações podem ser agrupadas em seis etapas de execução: a) diagnóstico; b) identificação; c) criação; d) responsabilidade; e) mecanismos e metas; e f) criação de programas e ações. O município de Canoas, em 25 de janeiro de 2010, sancionou a Lei Municipal 5.485, o qual estabelece as diretrizes municipais para a universalização do acesso ao serviço público de coleta seletiva de resíduos recicláveis.

Segundo o seu artigo 1º, a referida lei se estrutura de forma a priorizar ações geradoras de ocupação e renda, promover ações que alterem o comportamento da sociedade perante os resíduos que geram, incentivando o envolvimento dos cidadãos e instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações populares de coleta seletiva, reconhecendo esses como agentes ambientais de limpeza urbana. Esta parceria entre prefeitura, catadores e comunidade local propicia benefícios socioambientais e financeiros, além de contribuir com a diminuição da quantidade de resíduos recicláveis que, ao invés de serem enviados aos aterros sanitários, serão destinados a reciclagem, promovendo oportunidades de trabalho e renda para os catadores.

4 Planejamento logístico nas cooperativas

A responsabilidade pela coleta dos Resíduos Sólidos Domiciliares (composto por restos de alimentos, resíduos sanitários, papel, plásticos, vidros, etc.) é de responsabilidade do governo municipal, segundo estipulado na lei 12.305/2010. No município de Canoas, conforme a lei municipal 5.485, os geradores de resíduos recicláveis são responsáveis pela triagem proveniente de suas atividades, observando as diretrizes do serviço público de coleta seletiva, sendo que esse será prestado por cooperativas ou associações populares de coleta seletiva. O regulamento atual prevê a contratação de quatro instituições de reciclagem, responsáveis pela coleta e transporte dos resíduos domiciliares até as unidades de triagem, onde posteriormente ocorrerá a triagem dos materiais coletados.

Este sistema de coleta prevê a divulgação de informações aos moradores da cidade sobre quais os resíduos serão coletados porta-a-porta, facilitando o momento da coleta, objetivando que os materiais recicláveis estejam separados dos resíduos orgânicos, para que, posteriormente, estes possam ser reciclados de maneira adequada e com maior qualidade, promovendo a geração de emprego e renda, como também a qualidade de vida das famílias que vivem da reciclagem nas associações/cooperativas populares conveniadas.

Conforme a legislação municipal, o planejamento e o controle do serviço público de coleta seletiva serão de responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), que garantirá a plena participação das cooperativas ou associações populares de coleta seletiva e de outras instituições sociais envolvidas com a temática. O planejamento do serviço definirá metas, estipulados em contratos com as cooperativas e para a implantação da rede de EcoPontos e Unidades de Triagem. O artigo 2º da lei 5.485, define EcoPontos como sendo equipamentos públicos destinados ao recebimento de resíduos volumosos, onde, posteriormente, serão destinados para a reciclagem. Unidades de Triagem são locais licenciados pelos órgãos competentes, destinados a receber os materiais recicláveis coletados para triagem e acondicionamento.

Calderoni (1998) comenta que a fase de coleta do lixo é de fundamental importância para a reciclagem, pois após a separação dos materiais na própria fonte geradora, a coleta seletiva permite o tratamento prévio dos resíduos que serão encaminhados para o beneficiamento. Esta etapa facilita a reciclagem, porque já limpa os materiais e, conseqüentemente, disponibiliza um maior potencial de reaproveitamento.

A coleta seletiva é uma das etapas da reciclagem de resíduos o qual apresenta um custo mais elevado do que os métodos convencionais, mas este custo pode ser reduzido através do apoio da comunidade e de empresas. Esta atividade, além de reduzir consideravelmente o volume de resíduos recicláveis destinados aos aterros sanitários, pode ser vista como um processo de valorização dos resíduos, visando sua reintrodução ao ciclo produtivo.

5 Desafios das cooperativas na reciclagem

Segundo um estudo sobre a coleta seletiva realizado em Minas Gerais, por Lima e Oliveira (2008), destacou-se que os maiores obstáculos enfrentados pelas associações de catadores são a logística de coleta, a qualidade do material coletado, a organização do trabalho, gestão interna, regras de distribuição dos ganhos e a organização física do processo

de produção. Entre todos os problemas destacados, o principal gargalo que dificulta os ganhos de produtividade são as dificuldades enfrentadas na triagem dos resíduos, prejudicadas pela coleta ineficiente devido às condições dos equipamentos, lixo misturado, falta de roteiros e frota de veículos defasada. A localização física dos depósitos também se constitui um fator determinante do roteiro de coleta, já que há um limite na capacidade física do catador em percorrer longas distâncias.

No Brasil, a porcentagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) coletados é bastante expressiva. Em 2008, foram destinadas 188.814,9 toneladas de resíduos sólidos domiciliares e/ou públicos diariamente (IBGE, 2010). Um fator preocupante é a quantidade de resíduo orgânico presente nos RSU, cerca de 50% do volume total coletado nos municípios brasileiros é de matérias orgânicas (MMA, 2010). A parcela orgânica, na grande maioria dos municípios, é destinada a aterros sanitários ou lixões, o que é proibido conforme a Lei 12.305. Mesmo em aterros controlados, o volume de material orgânico destinado para estes vem provocando problemas, pois acaba sobrecarregando rapidamente os aterros sanitários.

Uma das soluções adequadas encontradas para o reaproveitamento dos resíduos orgânicos é a compostagem. Segundo a NBR 13591:1996, a compostagem é um processo de decomposição biológica da fração orgânica biodegradável dos resíduos, efetuado por uma população diversificada de organismos em presença do oxigênio do ar, sob condições controladas pelo homem. O composto orgânico gerado pode ser usado como adubo para o solo, sendo fonte de nutrientes minerais tais, como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio e enxofre, que são assimilados em maior quantidade pelas raízes, melhorando a qualidade do solo. A presença do composto no solo proporciona o aumento da diversidade biológica, o que reduz a incidência de doenças nas plantas, e desta forma, é aconselhado para diversas finalidades, tais como reflorestamento de áreas degradadas, recuperação de áreas sujeitas à erosão e de solos esgotados.

No município de Tibagi, localizado no Estado do Paraná, com o

propósito de acabar com os lixões a céu aberto, no ano de 2007, por iniciativa da gestão municipal, iniciou-se um trabalho em busca da mudança da realidade dos catadores através da identificação dos mesmos como coletores de materiais recicláveis e das pessoas que trabalhavam no antigo lixão da cidade, incentivando estas a criação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Tibagi – ACAMARTI, que em uma parceria com a prefeitura iniciou as capacitações e reuniões. Após dois anos de estudos e pesquisas sobre Unidades de Triagem, o município colocou em funcionamento o Centro de Triagem e Compostagem de Tibagi (CTCT), o que possibilitou ao município, com cerca de 20 mil habitantes, tratar todo o resíduo sólido domiciliar gerado.

Deste modo, através da coleta seletiva implantada, todos os resíduos domiciliares são encaminhados ao CTCT para triagem e destinação conforme sua categoria. Os recicláveis são separados, selecionados e prensados para serem destinados à indústria de beneficiamento. Os orgânicos, que representam 56% dos resíduos domiciliares, são destinados a um pátio de compostagem e vendidos “in natura” ou utilizados para produção de flores ornamentais no próprio CTCT, e apenas os rejeitos são destinados ao aterro sanitário. O programa Recicla Tibagi é realizado em 100% do município e já alcançou reconhecimento de todo o país, através dos três mil visitantes por ano que conhecem as boas práticas desenvolvidas no município. Esta iniciativa também proporcionou mudanças pertinentes para a população, além da conquista do selo “Ehco Cidade Limpa”, prêmio dado aos municípios que possuem políticas públicas alinhadas com os princípios da sustentabilidade e da excelência na gestão de resíduos sólidos e do cumprimento de cinco dos oito Objetivos do Milênio desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Um dos desafios enfrentados pelo Brasil é buscar um modelo de coleta seletiva capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as demandas futuras, de forma que permita a autosustentabilidade econômica das associações, pois os modelos utilizados atualmente quase sempre são subsidiados pelo poder público e as associações ficam dependentes desses recursos.

O Secretário do Meio Ambiente, do município de Canoas, afirmou que a educação ambiental frente à população é de fundamental importância para educar e qualificar a separação dos resíduos, diminuindo a contaminação que inutiliza os resíduos recicláveis e também o volume de resíduos enviados para os aterros, visto que a separação primária dos resíduos é feita pela população (PREFEITURA DE CANOAS, 2010).

6 Método

Para a realização da pesquisa e compreensão do método, foi utilizado um estudo de casos múltiplos, de cunho qualitativo, tendo como campo empírico as cooperativas de reciclagem contratadas para executar a coleta seletiva compartilhada do município de Canoas (RS). A realização da pesquisa nas cooperativas e todo o processo de construção do artigo, ocorreu no período de agosto a novembro de 2014, sendo utilizadas como técnicas de coleta de dados a aplicação de quatro entrevistas semiestruturadas, visitas técnicas e análise de dados documentais. A análise das informações foi realizada por meio da análise de conteúdo.

A abordagem qualitativa é um meio para explorar e entender a interligação entre a teoria existente e o que se observa na prática por meio da descrição e interpretação de fatos isolados, privilegiando o conhecimento das relações entre contexto e ação. Os principais procedimentos qualitativos focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados. Conhecendo tais procedimentos, verifica-se que o pesquisador atuará ativamente na interpretação dos resultados e precisará estar muito atento aos jogos de linguagem que corresponde aos diversos cenários em que a pesquisa será aplicada (CRESWELL, 2010).

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade e os investigadores coletam in-

formações detalhadas usando vários instrumentos de coleta de dados, visando ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. A aplicação do estudo de casos múltiplos, como estratégia de pesquisa, possibilitou melhores resultados perante o tipo de pesquisa abordada nesta investigação. Em geral, os estudos de casos são o método preferido quando as questões “como” e “porque” são propostas, o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real (YIN, 2010).

Segundo Yin (2010), uma das fontes mais importantes na pesquisa são as entrevistas. As entrevistas representam uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto. Podem-se destacar dois tipos de entrevistas, estruturadas, constituídas de perguntas definidas ou semiestruturadas, permitindo uma maior liberdade ao pesquisador (DENCKER, 2000). As entrevistas foram realizadas nas cooperativas de reciclagem, com a intenção de acompanhar e entender as dificuldades e problemáticas enfrentadas nos trabalhos diariamente, por isso teve um enfoque mais informal, seguindo um roteiro estipulado, mas dando maior liberdade ao entrevistado nas respostas.

Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, a qual é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Existem dois tipos de textos que podem ser trabalhados pela análise de conteúdo: os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e os textos já existentes, produzidos para outros fins, como textos de jornais e revistas (BAUER; GASKELL, 2002). Na pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo para analisar as entrevistas elaboradas e para interpretar os dados registrados pelas cooperativas, capazes de obter conclusões concretas sobre o trabalho realizado.

6.1 Contextualização do Caso

A realização da pesquisa foi realizada nas cinco cooperativas atuantes na coleta seletiva compartilhada no município de Canoas: COOPCAMATE (Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho), Cooperativa de Reciclagem Renascer, COOARLAS (Cooperativa de Trabalho Amigos e Amigos Solidários), Cooperativa Mãos Dadas e COOPERMAG (Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Faz a Força de Canoas).

Todas as cooperativas mencionadas são integrantes da rede de Coleta Seletiva Compartilhada do Município de Canoas. No ano de 2010, as cooperativas foram selecionadas para o programa Cataforte II, do Governo Federal, o qual tem por objetivo a estruturação de redes de cooperativas e associações, tornando-as aptas a prestar serviços de coleta seletiva para as prefeituras. As cooperativas também poderão participar do mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.

Após a regularização das cooperativas de reciclagem como agentes de limpeza urbana municipal, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Canoas (SMMA) atua em parceria com as mesmas, realizando investimentos no planejamento e avaliação de ações, monitoramento da coleta, mobilização dos catadores (objetivando a educação ambiental), apoio a captação de recursos (como o caso do edital do Cataforte III, que visa à qualificação da infraestrutura das cooperativas e comercialização em rede). Conforme define a lei 5.485 de 2010, as cooperativas são remuneradas pelas prefeituras, recebendo incentivos destas, através de contratos firmados, garantindo a plena participação dos envolvidos. Desta forma, obtém-se uma melhor qualidade de vida para os cooperados e incentiva a inclusão social dos catadores informais na política de coleta seletiva.

As cinco cooperativas atuantes em Canoas possuem estrutura própria (caminhões, equipamentos, galpão de triagem, etc.) e contam com cerca de 120 cooperados, os quais são responsáveis pela coleta seletiva de resíduos realizada semanalmente, por meio de roteiro definido pela

prefeitura no momento da contratação. A coleta seletiva atende 73% do município, fora a área central onde existem containers para a remoção automatizada, realizada por uma empresa privada. O foco da pesquisa foi a COOPERCAN – Central das Cooperativas de Canoas, criada através da união das cinco cooperativas do município, que tem como objetivo a defesa, o apoio e a capacitação das cooperativas de catadores, visando garantir a sobrevivência, desenvolvimento, crescimento e o fortalecimento dos catadores, bem como de seu papel econômico e social, por intermédio da geração e manutenção de postos de trabalho e da melhor distribuição de renda para os cooperados. A criação da COOPERCAN permitiu que as cooperativas começassem a realizar a venda dos resíduos em rede, podendo, assim, unificar o volume coletado e permitir que a venda de alguns materiais fossem feitos diretamente com as indústrias recicladoras, proporcionando um aumento na renda aos cooperados.

7 Análise e discussão dos dados

A presente pesquisa trata-se de um estudo de casos múltiplos, onde a análise dos dados coletados ocorreu por meio da análise de documentos, realização de visitas técnicas, entrevistas realizadas com os representantes das cooperativas e um funcionário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Canoas: Entrevistada 1, representante da cooperativa COOARLAS, Entrevistada 2 representante da Renascer; Entrevistado 3 representante da COOPCAMATE e Entrevistado 4 um técnico em meio ambiente da SMMA do município. A análise e registro dos dados coletados contribuíram para responder e concluir os objetivos específicos, os quais são analisados separadamente a seguir.

7.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos como aliada das cooperativas de reciclagem

O modelo de gestão de resíduos sólidos, definido pela Lei Federal 12.305/2010, consolida papéis extremamente importantes para as coo-

perativas de reciclagem, onde seu envolvimento e comprometimento poderão determinar o êxito da implementação da PNRS.

Os principais mecanismos de operacionalidade da PNRS, tanto da coleta seletiva como da logística reversa, priorizam a participação e a atuação estratégica e incisiva dos catadores de resíduos e suas cooperativas. O papel dos catadores, em ações locais de gestão de resíduos sólidos, é evidenciado pelo Artigo 19 da Lei Federal 12.305/2010, onde os Planos Municipais de Resíduos Sólidos deverão prever a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Nas entrevistas realizadas, todos os entrevistados defenderam a criação da PNRS, pois foi através dela que houve a profissionalização dos catadores de material reciclado, reconhecendo-os como agentes de limpeza urbana, onde conseguiram melhores condições de trabalho e apoio do poder público. Conforme relatado nas entrevistas, houve um aumento na melhoria da qualidade de vida dos catadores que integram as cooperativas.

Do contrário, como estabelece a PNRS, em seu artigo 18, o incentivo a regularização das cooperativas para atuarem na coleta seletiva compartilhada de Canoas, partiu das próprias cooperativas, juntamente com o TECNOSOCIAL UNILASALLE, o qual acompanha as cooperativas em todo o seu processo de regularização.

Quando perguntado sobre os catadores informais, se eles atrapalham o trabalho das cooperativas, a Entrevistada 1 disse: “de uma forma geral eles não atrapalham, porque há muito material, sendo que as cooperativas não dão conta de tal volume”. A Entrevistada 2, acrescenta: “quem atrapalha é a coleta clandestina, os sucateiros, que fazem a coleta no roteiro das cooperativas recolhendo apenas os materiais que eles têm interesse, os materiais nobres”.

Pode-se concluir nesta etapa de entrevistas realizadas, que apesar de todos os incentivos criados através da PNRS, ainda há uma forte questão política ligada a esse meio da reciclagem. que segundo os

entrevistados, a ligação com o secretário da SMMA deveria ser a mais estreita possível, estando ele diretamente em contato com cooperativas, mas nem sempre isso ocorre, o que acaba dificultando a relação entre prefeitura e cooperados.

7.2 Adequação de Canoas à PNRS

O município de Canoas possui uma área territorial de 131,096 km², sendo ocupado por 323.827 habitantes, representando uma densidade populacional de 2.470,15 hab/km² (IBGE, 2010). A quantidade de resíduos domiciliares recolhidos diariamente é de aproximadamente 280 toneladas/dia e o recolhimento atende a aproximadamente 98,9% da população em 19 bairros. Conforme prevê a lei 12.305, no ano de 2010 o “lixão” existente em Canoas foi desativado, passando a vigorar, no local, o aterro sanitário controlado, localizado dentro da Fazenda Guajuviras, onde funciona a estação de transbordo que recebe diariamente os resíduos orgânicos coletados no município, sendo que este mesmo resíduo é transportado para a cidade de Minas do Leão diariamente.

Segundo dados do Plano de Saneamento Básico (2013), cerca de 187,2 ton/mês de resíduos recicláveis são recolhidos pelas cooperativas da coleta seletiva compartilhada de Canoas. Deste total, são comercializados em torno de 145,7 ton/mês, restando 41,6 ton/mês de rejeitos, transportados para unidade de transbordo e destinados ao aterro sanitário. O Entrevistado 4 relata que: “o volume de resíduo coletado poderia ser maior se a população fizesse sua parte na hora da separação dos resíduos em casa, antes de disponibilizar para a coleta seletiva, a fim de evitar a contaminação dos materiais recicláveis”.

Conforme visita técnica realizada no dia 14 de outubro, na reunião onde se tratou da elaboração do Plano Municipal de Coleta Seletiva, foi apresentado pela Ambiética (empresa de assessoria ambiental) uma possível solução para o resíduo orgânico coletado no município, o qual ainda não possui tratamento. A empresa apresentou a técnica de compostagem, como meio para utilizar o material orgânico e transfor-

má-lo em fertilizante (adubo). O projeto piloto seria a construção de um sistema de compostagem, onde abrangeria primeiramente um quadrante do município. A intenção seria que as cooperativas administrassem o processo de compostagem e realizassem a venda do material, ficando assim com parte da captação dos lucros. Segundo a empresa, esta é uma técnica extremamente limpa no que tange a contaminação do meio ambiente, pois não agride o solo e pode ser considerada viável, visto o seu custo benefício, facilidade de preparação e a grande demanda deste produto no mercado brasileiro.

Em relação à PNRS, conforme o Entrevistado 4, a cidade está cumprindo a legislação desde 2010, o que determina a Lei 12.305 em relação à coleta seletiva compartilhada realizada no município. Para dar continuidade à adequação, a prefeitura está elaborando parcerias com empresas na implantação da logística reversa para tratamento de resíduos especiais, os quais não devem ser descartados junto à coleta seletiva, diminuindo assim o descarte irregular. A SMMA está iniciando ações de incentivo a compostagem caseira, através de palestras em escolas, com o propósito de diminuir a quantidade de resíduos transportados e enterrados no aterro sanitário em Minas do Leão, sem qualquer tratamento.

O Entrevistado 3 comenta a respeito do desenvolvimento de Canoas na Coleta Seletiva e futuros projetos: “Canoas está avançando na questão da coleta seletiva, será criado no bairro Niterói o Ponto de Coleta Popular, no qual a cooperativa irá apoiar na realização da coleta. A prefeitura está locando um espaço onde se desenvolverá o projeto do ‘plástico mole’, onde futuramente possibilitará sua reciclagem. Hoje, no processo do “lixo” como um todo, as cooperativas ainda são muito pequenas no que diz respeito à concorrência no mercado externo.

7.3 Planejamento logístico na coleta seletiva compartilhada de Canoas

O planejamento da coleta seletiva em Canoas foi definido pela

Prefeitura Municipal, através de contratos firmados com as cooperativas de coleta. Todos os contratos realizados com as cooperativas possuem as mesmas condições, diferenciando-se apenas pela área onde será realizada a coleta. O município de Canoas foi dividido em quatro quadrantes para haver uma melhor organização das rotas da coleta seletiva compartilhada. Tomando como exemplo o contrato nº 175 de 2011, podemos destacar alguns pontos importantes que foram atribuídos às cooperativas de reciclagem. Segundo o parágrafo sexto, as principais obrigações da contratada são:

- Executar os serviços de coleta seletiva e transporte dos resíduos recicláveis até as unidades de triagem, sob orientação da SMMA e apoio do Comitê Permanente de Gestão Integrada de Resíduos recicláveis;
- Apresentar trimestralmente à fiscalização o relatório de atividades;
- Adequar-se as exigências ambientais impostas pelo governo, ficando inclusive sob sua responsabilidade a obtenção de licenças ambientais para funcionamento da Unidade de Triagem; e
- Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária para a realização dos serviços contratados.

Em relação ao contrato firmado com a prefeitura, o Entrevistado 3 citou: “as cooperativas são pagas apenas para efetuar a coleta e transporte até as Unidades de Triagem, sendo que a triagem não está estabelecida no contrato. Não é pago para nós triarmos o material coletado”.

Conforme contrato, os serviços realizados pelas cooperativas são pagos mensalmente, em até 30 dias a contar da entrega da documentação (notas fiscais, relatório do mês, etc.) estipulada no parágrafo oitavo do contrato. Na entrevista realizada, o Entrevistado 3 comentou: “as cooperativas recebem 27 mil de repasse mensal da prefeitura para cobrir todas as despesas que se tem com motorista, caminhão, coletores, água, luz, escritório de contabilidade, jurídico, enfim, tudo sai deste repasse”.

A autonomia das cooperativas está na execução da triagem, pois é deste trabalho que sai os ganhos de produção de cada cooperativa, o qual é dividido entre os cooperados.

Foi através do projeto do Governo Federal, CATAFORTE II, o qual prioriza ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações, que as cooperativas receberam treinamento e capacitação dos seus cooperados e conquistaram caminhões para atuarem na coleta seletiva compartilhada do município, o que possibilitou a melhoria da capacidade operacional de coleta, transporte e comercialização dos resíduos recicláveis. Segundo a SMMA, as cooperativas de reciclagem de Canoas foram selecionadas para o programa CATAFORTE III, que tem como objetivo a estruturação em rede das cooperativas, tornando-as aptas a prestarem serviços de coleta seletiva para as prefeituras e dar continuidade aos avanços e desafios da coleta seletiva no município, bem como da integração dos catadores informais. Com base nas entrevistas realizadas, pode se observar o engajamento das cooperativas visando o fortalecimento da COOPERCAN, objetivando a criação de uma central de vendas, para que, futuramente, todos os materiais possam ser vendidos em rede via COOPERCAN, obtendo assim, maiores possibilidades de negociação e ganhando maiores lucros nas vendas dos materiais reciclados.

7.4 Desafios na coleta seletiva e destino dos resíduos

A PNRS e sua regulamentação trouxeram grandes desafios aos catadores de materiais reciclados, passando a exigir destes uma visão empreendedora para o sistema de gestão de resíduos sólidos que se pretende estabelecer no Brasil através da Lei 12.305. Nas entrevistas realizadas com as cooperativas de reciclagem de Canoas, foram elaboradas perguntas relacionadas ao tema mencionado.

Quando questionados quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas cooperativas na coleta seletiva, a Entrevistada 1 relatou: “a má se-

paração do lixo realizada pelas pessoas, devido a falta de uma educação ambiental frequente, dificulta muito o nosso trabalho”. A Entrevistada 2, concorda com o relatado anteriormente, mas ressalta outros problemas enfrentados:

[...] cada cooperativa faz a venda dos seus materiais individualmente, sendo o coordenador financeiro de cada cooperativa o responsável pela procura de mercado para efetuar a venda, pois não existe um comprador certo.

O único material, atualmente, que é vendido em conjunto através da COOPERCAN é o alumínio, o qual já possui uma empresa que efetua a compra mensalente.

O Entrevistado 3 acrescenta:

[...] como o nosso material ainda não tem uma alta qualidade para poder ser vendido direto para a indústria, com exceção do alumínio, todas as cooperativas tem seus próprios compradores, onde vendem em menor quantidade. Ainda não se chegou num consenso para que sejam vendidos na COOPERCAN todos os materiais, mas está sendo construído um caminho para isso, para que nós em rede possamos buscar o melhor preço.

A próxima etapa a ser realizada pela COOPERCAN, conforme acordo entre as cooperativas, será a venda em conjunto do papelão. Todos os materiais recolhidos pelas cooperativas serão repassados para a cooperativa central, onde será efetuada a venda com um melhor poder de negociação, pois a quantidade será maior, sendo que os ganhos serão divididos igualmente entre cada cooperativa, de acordo com a quantidade disponibilizada por elas. Segundo os entrevistados, ainda existem materiais que são coletados, separados e não possui mercado para que possa ser realizada a venda, dentre eles estão a sacola de mercado, o isopor e o estralador (embalagem plástica de salgadinhos, bolacha recheada, balas, etc.). Pela falta de local adequado para armazenamento destes materiais nas cooperativas e no caso dos estraladores, devido possuir restos de alimentos nas embalagens, estes resíduos acabam atraindo ratos e outros animais, prejudicando a saúde dos cooperados. Neste caso, as cooperativas não têm outra alternativa a não ser descartar o resíduo

como rejeito, sendo recolhidos pela prefeitura e enviados para o aterro sanitário em Minas do Leão.

O mesmo acontece com os resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, etc.), pois alguns moradores separam este material juntamente com os resíduos recicláveis, que acabam sendo coletados pelas cooperativas e ao chegarem aos centros de triagem, são classificados como rejeito. A Entrevistada 1 comentou: “como nós orientamos as pessoas que a gente não faz a coleta de lâmpadas e materiais deste tipo e mesmo assim as pessoas acabam misturando junto com o material reciclado, nós não temos outra opção a não ser descartar como rejeito”. A Entrevistada 2 argumenta: “a gente também não tem lugar adequado para estocar este tipo de material na cooperativa, por isso acaba tendo este destino”.

Neste trecho de entrevista, percebe-se a grande dificuldade encontrada pelas cooperativas em destinar certos tipos de materiais, mesmo estando triados dos demais resíduos, não conseguem efetuar a venda pela carência de empresas que realizem a reciclagem de materiais de menor valor agregado. Apesar da quantidade de informações a cerca da coleta seletiva, a falta de conscientização da população ainda acarreta dificuldades no processo de coleta, o que acaba prejudicando o desenvolvimento dos cooperados. Pode-se perceber, também, que a tendência entre as cooperativas é a comercialização em rede, visto as inúmeras vantagens que podem obter, adquirindo maior poder de venda e negociação nos materiais triados pelas cooperativas.

8 Considerações finais

Frente ao estudo realizado, foram analisados quais as maiores dificuldades enfrentadas na coleta e destinação dos resíduos coletados pelas cooperativas que realizam a coleta seletiva compartilhada no município de Canoas, visando analisar métodos que possam otimizar a logística de coleta e a destinação adequada dos resíduos, o que respon-

de ao objetivo geral desta pesquisa.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas atualmente pelas cooperativas, em relação à coleta do material a ser reciclado, é a falta de conscientização das pessoas na seleção dos materiais que são destinados para a coleta seletiva, onde grande parte é descartado de maneira inadequada, ocorrendo a sua contaminação e se tornando inviáveis para a reciclagem. Este é um problema que poderia ser resolvido por meio de uma forte campanha de divulgação dos benefícios da reciclagem e principalmente, a conscientização das pessoas na importância que a reutilização e reciclagem dos resíduos contribuem não apenas para a preservação do meio ambiente, como também para a melhoria do aspecto social e econômico do município através das cooperativas. Grande parte da população desconhece a PNRS e seus objetivos ligados a coleta seletiva e a inserção das cooperativas como forma de retirar os catadores das ruas, dando-lhes uma forma de trabalho digno e regulamentado em lei. Acredita-se que se essas questões fossem divulgadas de forma clara para a sociedade, haveria um maior engajamento da população no incentivo a coleta seletiva.

O modelo de coleta seletiva presente em Canoas, atribui as cooperativas a realização da coleta e transporte dos resíduos recicláveis, conforme explicado no decorrer desta pesquisa. Após serem recolhidos, cada cooperativa efetua a triagem e os mesmos são responsáveis pela venda de tais materiais. A comercialização é um fator em que as cooperativas veem enfrentando certa dificuldade, pois faltam compradores para certos tipos de resíduos e aqueles que existem consumo, são exigidos em grandes volumes. Os compradores existentes costumam efetuar a compra apenas em grandes quantidades, o que acaba dificultando a venda por parte das cooperativas, pois devido a falta de condições adequadas para armazenar quantidades maiores de material, cria-se uma barreira à venda. Um dos projetos que veem sendo realizado entre as cooperativas e o TECNOSOCIAL Unilasalle tem como objetivo minimizar essa problemática. O projeto prevê a venda em rede dos materiais cole-

tados pelas 5 cooperativas atuantes no município, sendo que a comercialização se dará através da COOPERCAN, que foi criada com o propósito de viabilizar o diálogo entre as cooperativas, tendo como foco principal a realização da venda em conjunto de todos os materiais coletados pelas cooperativas existentes. Desta forma, haverá maior poder de negociação, visto o volume que será disponibilizado para a venda, não sendo necessário manter o resíduo triado durante muito tempo nas cooperativas, pois o fluxo de venda será maior, devido a comercialização em rede.

A partir das análises realizadas, pode-se observar que mesmo com leis específicas que definem rigorosamente o papel dos agentes envolvidos na cadeia reversa de pós-consumo, ainda existe uma série de empassos que acabam atrasando o desenvolvimento e aplicação da PNRS no município. A relação das cooperativas com o atual secretário do meio ambiente não é efetiva, o que acaba dificultando o desenvolvimento dos projetos apresentados, pois não se tem um canal de comunicação aberto onde possam ser apresentados a real situação das cooperativas, o que acaba impedindo a liberação de verba para a realização de melhorias no panorama atual.

Apesar dos problemas enfrentados pelas cooperativas, Canoas é um município modelo, perante os demais, nesta questão da coleta seletiva. Desde 2010, ano da criação da PNRS, o município já está se adequando as normas estabelecidas em lei. Um ponto positivo observado é a formalização das cooperativas junto ao poder público, através dos contratos firmados, pois são através deles que são repassadas as verbas para as cooperativas. Outro fator que merece destaque é o programa do governo federal, o CATAFORTE, o qual as cooperativas de Canoas foram selecionadas como participantes, devido a sua crescente profissionalização. Através deste programa são realizados programas de qualificação e incentivo a integração das cooperativas, visando à atuação em rede. Foi por meio do programa, que ocorreu a doação de caminhões para as cooperativas, com o objetivo de melhorar significativamente a autonomia das mesmas, o que de fato aconteceu.

Por meio desta pesquisa se pode conhecer qual a situação atual do município frente à Lei 12.305, assim como o papel das cooperativas na coleta dos resíduos recicláveis. Através das entrevistas realizadas e o contato direto com prefeitura e cooperativas, podemos enriquecer esta pesquisa trazendo informações diretamente de quem enfrenta os problemas diários na reciclagem, conhecendo a real opinião dos cooperados em relação as problemáticas enfrentadas diante do poder público e da própria população, conseguindo responder todos os objetivos propostos neste estudo.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas 2003.

BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi e CAIXETA-FILHO, José Vicente. **Logística Ambiental de Resíduos Sólidos**. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

BAUER, Martins W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010. Brasília, DF, D.O.U. DE 03/08/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 21 ago. 2014.

CANOAS. Prefeitura Municipal. **Serviço Público de Coleta Seletiva dos Resíduos Recicláveis**. Lei 5.485 de 25 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://c-mara-municipal-de-canoas.jusbrasil.com.br/legislacao/876774/lei-5485-10>> Acesso em: 21 ago. 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística Reversa: Meio Ambiente e competitividade**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cataforte gera renda para catadores**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/cataforte-gera-renda-para-catadores-de-reciclaveis/palavrachave/economia-solidaria-cataforte-reciclagem-catadores.htm>> Acesso em: 31 out. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Unidades de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos**. Apostila para a gestão municipal de resíduos sólidos urbanos. 2. ed. Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **Coleta Seletiva nas mãos dos catadores**. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/109508>> Acesso em 28 ago. 2014.

_____. **Cooperativas de coleta seletiva de Canoas**. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/116810>> Acesso em: 31 ago. 2014.

TREVISAM, José. “Manejo, Mercado e Circulação de Resíduos Industriais”. In: **Seminário Lixo e Cidadania: região do grande ABC: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC**, 2001. p. 95-98.

XAVIER, Lúcia Helena; CORRÊA, Henrique Luiz. **Sistemas de Logística Reversa**. Criando Cadeias de Suprimento Sustentáveis. São Paulo: Atlas, 2013.

YIN, Robert k. **Estudo de casos: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Redefinição do layout do armazém e otimização do processo produtivo na reciclagem: um estudo de caso na Cooperativa de Trabalho Mãos Dadas

Arthur Rogerson Souza dos Santos

Nathália dos Santos

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier

Simone Ferigolo Venturini

Taís Oliveira

Vinícius Follmann

Fábio Luís da Silva Maia

1 Introdução

Sabe-se que o layout industrial tem influência direta na eficiência dos processos de uma organização. Visando adequar-se às exigências mercadológicas e, ainda, aumentar a produtividade, as organizações procuram elevar a eficiência dos sistemas de produção por meio da melhor utilização do espaço físico disponível, resultando num sistema produtivo mais efetivo, reduzindo a distância entre deslocamentos, otimizando o tempo de realizações de tarefas, bem com a agregação de valor dos recursos produtivos (GERLACH, 2013; RAPOSO, 2012).

Cooperativas são caracterizadas, de acordo com Siqueira *et al.* (2013), como organizações geridas democraticamente. Cada cooperado tem direito a voto, o qual não se diferencia em peso para o resultado. Grande parte das cooperativas, segundo Singer e Souza (2000), são caracterizadas por associação de pessoas motivadas a obter renda através do trabalho. Os autores ainda explicam que dessa forma surgem cooperativas de artesãos, reciclagem de materiais, confecções, entre outros

segmentos. Ressalta-se que a otimização de layout em uma cooperativa tende a ser mais trabalhosa do que em uma empresa dita “tradicional”, uma vez que dificilmente os cooperados possuem vivência em processos de gestão.

Assim, o objetivo desta pesquisa é propor um novo layout de armazém para a Cooperativa Mãos Dadas, visando o aumento da produtividade, e, conseqüentemente, uma maior remuneração aos colaboradores. Para atingir tal meta, coletou-se informações sobre o espaço físico e os equipamentos instalados, ilustrou-se o layout atual da área e identificou-se pontos de melhoria na área produtiva.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: revisão da literatura, sobre layouts (seus tipos e relevância) e produtividade; metodologia; desenvolvimento da temática e considerações finais.

2 Revisão de literatura

2.1 Layout de armazém

O layout de uma fábrica consiste na disposição física dos equipamentos industriais, considerando o espaço necessário para a movimentação de material, armazenamento, mão-de-obra indireta e as demais atividades e serviços dependentes, além dos equipamentos de operação e dos operadores (MARANGONI, 2011).

De acordo com Slack *et al.* (2007, p.201), arranjo físico seria a primeira coisa que qualquer pessoa notaria ao entrar pela primeira vez em uma unidade produtiva, pois é a “forma” e aparência da operação. O autor ainda explica que definir o arranjo físico consiste em decidir onde serão alocados os equipamentos, máquinas, pessoal da produção e instalações, se preocupando com o posicionamento físico e o fluxo dos recursos de transformação. Ainda no entendimento do autor, ocorrendo erros ou mudanças na localização de um equipamento, estes podem afetar o fluxo de materiais, acarretando em estoques, filas de clientes, tempos de processamentos longos e altos custos.

A escolha de um arranjo físico, segundo Garcia (2012), é uma decisão a ser tomada com muita prudência, por ser um processo durável e que necessita de mais atenção quando sofre reformulação. Um planejamento mal realizado pode ocasionar atrasos, insatisfação dos clientes e perdas financeiras, entre outros problemas, tornando necessário um estudo para a organização do novo processo.

Um layout inadequado geralmente é responsável por problemas de produtividade na empresa, tais como: local e condições físicas desfavoráveis para o trabalho, causando insatisfação do funcionário; desorganização, provocando fluxo confuso do sistema; falta de supervisão e manutenção do processo, entre outros. Portanto, para que esses e outros problemas sejam solucionados corretamente, tem-se que delimitar estratégias para a sua organização. As instalações que se adaptam em diversos cenários podem agregar vantagens contínuas para os seus proprietários (MONTEIRO, 2004).

Segundo Matos (1998), os fatores que influenciam na construção de um layout eficiente são:

- Fator Material- projeto, variedades, quantidades, as operações necessárias e a sua sequência;
- Fator Maquinaria - o equipamento produtivo, ferramentas e sua utilização;
- Fator Homem- supervisão e apoio, além do trabalho direto;
- Fator Movimento - transporte inter e intradepartamental e o transporte às várias operações, armazenagens e inspeções;
- Fator Espera- estoques temporários e permanentes e atrasos;
- Fator Serviço- manutenção, inspeção, programação e expedição;
- Fator Construção- características externas e internas do edifício e a distribuição do equipamento;
- Fator Mudança- versatilidade, flexibilidade e expansibilidade.

A análise e os ajustes de layout de acordo com Monteiro (2004), são ferramentas que podem ser utilizadas para aumentar a flexibilidade e melhorar a eficiência e a produtividade da produção, não necessitando de compra de máquinas e equipamentos. Segundo Cassel *et al.* (1996), o avanço tecnológico não implica, necessariamente, na aquisição de máquinas mais modernas e mais automatizadas, necessitando menos mão de obra. Este avanço pode ser em nível de estrutura da empresa, de uma mudança no processo ou de uma mudança na disposição do sistema produtivo.

2.2 Tipos de layout

Segundo Slack *et al.* (2007), os layouts estão agrupados em quatro tipos principais, como seguem:

- Layout posicional: é utilizado quando os materiais transformados são ou muito grandes, ou muito delicados, ou objetariam ser movidos.
- Layout por processo: neste tipo de arranjo físico todos os recursos similares de operação são mantidos juntos. Normalmente usado quando a variedade de produtos é relativamente grande. É conhecido também como layout funcional.
- Layout celular: neste tipo de layout os recursos necessários para uma classe particular de produtos são agrupados de alguma forma. As máquinas são dedicadas a um grupo exclusivo de peças.
- Layout por produto: neste os recursos de transformação estão configurados na sequência específica para melhor conveniência do produto ou do tipo de produto. Também conhecido como layout em linha.

Martins (2009) apresenta uma definição mais detalhada de cada tipo de layout. Segundo o autor, arranjo físico posicional consiste em um

tipo de layout em que a matéria-prima fica parada enquanto o homem e os equipamentos se movimentam ao seu redor, ficando sua utilização restrita para quando o material ou o componente principal é difícil de ser movimentado. Neste caso, fica mais fácil transportar equipamentos, homens e componentes até o material imobilizado. O número de itens não é muito grande, porém o tamanho do lote dos componentes para o item final pode variar de pequeno a muito grande. Carvalho *et al.* (2010) traz como vantagem deste layout o controle do processo. Em contraponto, pouca padronização e a baixa escala de produção podem ser citados como desvantagens.

O arranjo físico funcional ou por processo, é tipo de arranjo onde as máquinas são agrupadas funcionalmente de acordo com o tipo geral de processo de manufatura. Desta forma, o material se movimenta por áreas ou departamentos. A grande vantagem deste tipo de layout é sua capacidade de fazer uma variedade de produtos. Cada produto diferenciado, que exija diferentes sequências de operações, poderá ser direcionado para o respectivo departamento. O layout funcional é flexível para atender a mudanças de mercado e do espaço físico, atendendo a produtos diversificados em quantidades variáveis ao longo do tempo. Apresenta um fluxo longo dentro da fábrica, que é adequado a produções diversificadas em pequenas e médias quantidades. Além do fluxo longo, é importante ressaltar que dificilmente este layout segue uma sequência lógica dentro da fábrica, sendo mais provável que o produto venha e volte várias vezes dentro da planta (CARVALHO, 2010; MARTINS, 2009; TUBINO, 2006).

O arranjo físico celular ou de grupo, segundo Martins (2009), é composto de células de produção e montagem interligadas por um sistema de controle de material de “puxar”. Nas células, operações e processo são agrupados de acordo com a sequência de produção que é necessária para fazer um grupo de produtos. As máquinas nas células são todas, normalmente, de ciclo único e automático, sendo que elas podem completar o seu ciclo se desligando automaticamente. O autor explica que sua principal característica é a flexibilidade quanto ao tamanho de

lotes por produto, o que permite um elevado nível de qualidade e de produtividade, diminuindo, também, o transporte do material e os estoques. Carvalho *et al.* (2010) ressaltam que a satisfação dos funcionários neste ambiente de trabalho é comum, já que os mesmos detêm conhecimento sobre todas as etapas produtivas e o entrosamento é incentivado.

Martins (2009) defende que o arranjo linear consiste na disposição fixa orientada para o produto. Os pontos de trabalho, como bancadas e máquinas, são colocados na mesma sequência de operações do produto. É comum existir uma máquina de cada tipo, exceto quando são necessárias máquinas em duplicata para balancear a linha de produção. A produção em escala é uma vantagem desde layout, porém, Carvalho *et al.* (2010) contrapõem ressaltando que este modelo apresenta pouca flexibilidade. Devido à dependência entre os equipamentos, se uma máquina para, todo o processo é obrigado a parar.

Quando o volume se torna muito grande, em especial nas linhas de montagem, o layout por produto é denominado de produção em massa. Este tipo de layout de produção é ideal para quando se tem apenas um produto ou produtos similares, fabricados em grande quantidade e o processo é relativamente simples. O tempo gasto para cada item em cada estação ou lugar fixado é balanceado. As linhas são ajustadas para operar na velocidade mais rápida possível, independentemente das necessidades do sistema. Este sistema não se caracteriza como flexível (MARTINS, 2009).

Conforme Carvalho *et al.* (2010) para os casos em que os demais arranjos se encontram com gargalos ou algum outro tipo de eventualidade, existe o layout misto. Neste caso, dois ou mais arranjos físicos trabalham juntos. Este arranjo está mais relacionado a empresas de serviços. Souza e Silva (2006) trazem ainda outros tipos de layout, como o em corredor, que facilita interações entre funcionários, e o panorâmico, pouco utilizado no Brasil.

2.3 Relevância do layout e produtividade

Sabe-se que operações produtivas procuram manter os seus custos tão baixos quanto sejam possíveis, dentro de uma lógica de respeito aos níveis de qualidade, velocidade, confiabilidade e flexibilidade que o consumidor demanda. A medida mais usada para indicar o sucesso em relação a isso é a produtividade. Produtividade é a razão entre o que é produzido por uma operação, os *outputs*, e o que é necessário para essa produção, os *inputs* (SLACK, 2009). O *Input* refere-se à entrada de algum produto e *Output* a saída de produtos do processo produtivo.

Ainda segundo Slack (2009), a produtividade pode ser aprimorada, por exemplo, de duas formas: reduzindo o custo de *inputs*, mantendo-se os *outputs* e por meio de um melhor uso de *inputs* na operação. Ressalta-se que todas as operações estão cada vez mais preocupadas em cortar desperdícios, sejam eles de materiais, de tempo de funcionários ou derivados da subutilização das instalações. Assim, o caminho para o crescimento da organização é a produtividade (FALCONI, 2001).

A análise do layout de armazém está muito relacionada com a produtividade. Um melhor layout melhora o fluxo de trabalho (reduzindo a movimentação e o transporte de matérias primas e estoque), reduz atrasos na entrega e mitiga falhas nos produtos. Também é importante ressaltar que o conhecimento do processo como um todo, representado na forma de um bom layout dentro da empresa, motiva os colaboradores já que eles entendem sua participação no todo. Essa visualização do seu lugar, e, também do lugar do outro, gera um espírito de equipe capaz de influenciar diretamente o clima organizacional e a produtividade (CARVALHO, 2010).

3 Método

O método utilizado foi o estudo de caso. Segundo Yin (2010), usa-se o estudo de caso quando há necessidade de entender um fenômeno

da vida real em profundidade. O *corpus* de dados foi construído com a análise de documentos (providos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle) e observações durante visitas agendadas. As informações coletadas foram registradas em diário de campo e ponderadas através da técnica de análise de conteúdo, que é um dos métodos de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Ainda, embora a maioria das análises clássicas de conteúdo resulte em descrições numéricas de partes do *corpus* do texto, se deu atenção aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto antes que qualquer quantificação seja feita (BAUER; GASKELL, 2002).

3.1 Cooperativa Mãos Dadas

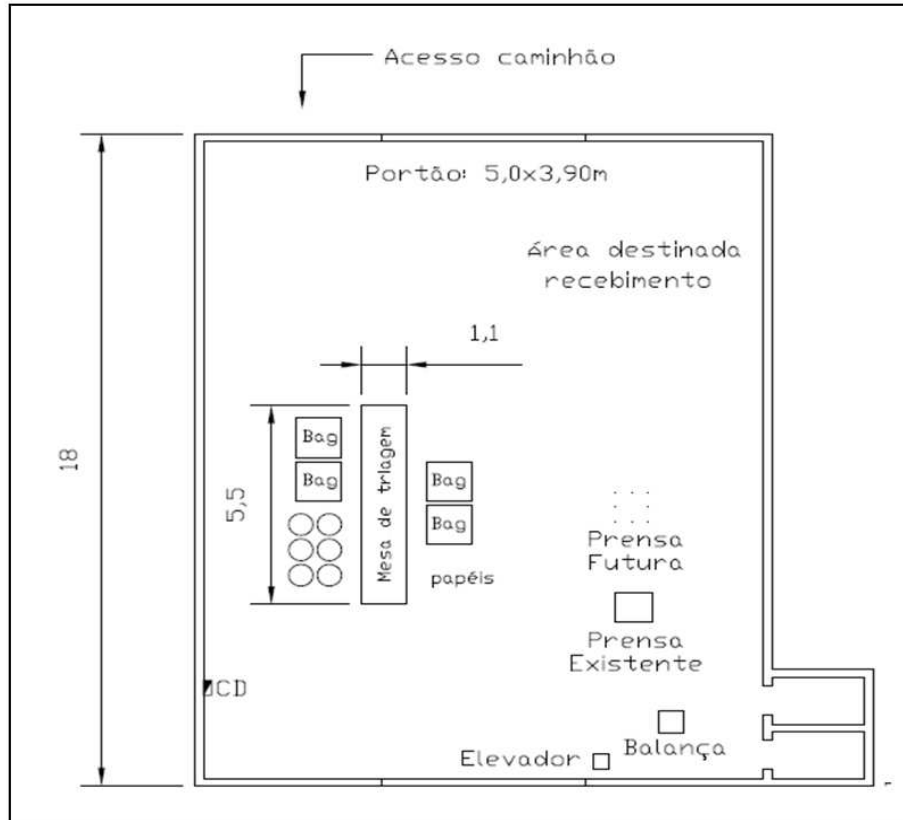
A atividade produtiva da Cooperativa Mão Dadas é a triagem de resíduos sólidos urbanos. O grupo de trabalho formalizou-se em agosto de 2013. Localizada no Bairro Fátima, em Canoas/RS, possui em média quinze cooperados e está incubada na Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Unilasalle Canoas.

4 Desenvolvimento da temática

A primeira etapa do trabalho foi realizar a análise dos documentos (relatórios de atividades realizadas pela Incubadora com e no grupo) fornecidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle. Assim, foi possível obter uma visão geral do trabalho na cooperativa.

Foram realizadas duas visitas de observação. Na primeira buscou-se entender o contexto da cooperativa e suas necessidades. Na segunda visita foram realizadas medições do espaço físico, de modo que servissem de base para o desenho do layout atual. Fez-se também um esboço do layout atual, que mais tarde foi ilustrado no programa Autocad®. Conforme Figura 1:

Figura 1: Layout Atual – Área Operacional da Cooperativa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 mostra o layout atual do armazém, com localização da balança, prensa existente, mesa de triagem, bags e área destinada a recebimento dos materiais. Nota-se que o fluxo produtivo apresenta operações repetitivas, o que caracteriza retrabalho. Algumas das operações não são ergonomicamente qualificadas. Os cooperados, além de não conseguirem prensar todo o material estocado, perdem espaço com o material que se acumula de forma crescente.

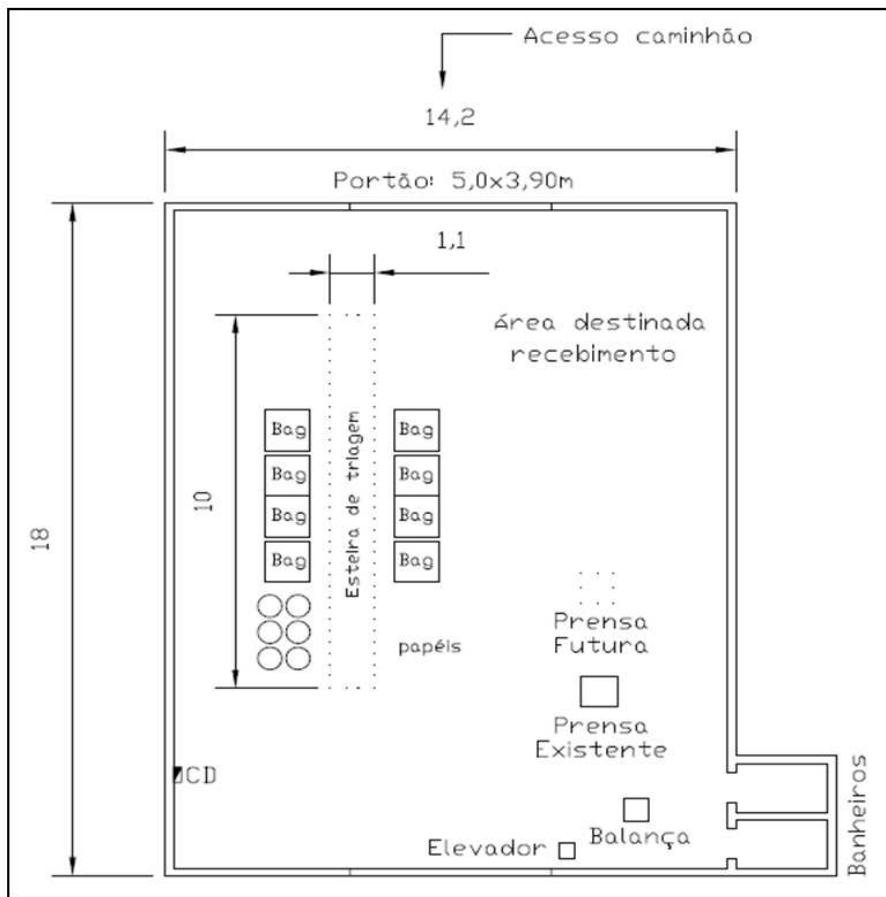
Observa-se também que na Cooperativa Mão Dadas não há critérios específicos para a utilização do ambiente físico, sendo que os equipamentos são alocados de maneira aleatória no armazém. Também o layout atual não contempla a armazenagem da quantidade de material

transformada no galpão.

A falta de critérios no layout ocasiona o armazenamento inadequado de matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados. Esta alocação inadequada aumenta o tempo necessário na atividade de transformação, uma vez que não se tem uma sequência lógica do que deve ser feito. O que se vê é muito estoque espalhado a esmo na planta.

Dentro deste contexto, é sugerido o layout futuro da cooperativa, valendo-se do modelo linear ou por produto (SLACK, 2007). Este modelo foi escolhido devido às características de produção da cooperativa. O layout futuro é ilustrado na figura 2.

Figura 2: Layout Futuro – Área Operacional da Cooperativa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O layout proposto sugere a troca da mesa de triagem por uma esteira, garantindo o espaço necessário para a realização das operações. A esteira também foi indicada a fim de sanar os problemas de ergonomia dos cooperados, que precisavam mover manualmente os bags. Cada bag pesa aproximadamente 20 kg se contendo garrafas do tipo PET. Há a pretensão de aquisição de uma segunda prensa, sendo assim seu espaço também foi planejado.

5 Considerações finais

Este estudo propôs um novo layout para o espaço físico da Cooperativa Mãos Dadas. A efetivação desta proposta poderá reduzir os tempos de processamento e aumentar a produtividade, uma vez que o modelo sugerido aumenta a área de processamento de material em quatro vezes. Também se pode esperar melhorias na qualidade de vida no trabalho dos cooperados, uma vez que a ergonomia também foi pensada.

A aplicação das soluções propostas será outra etapa importante, bem como sua manutenção, visando a melhoria contínua dos processos de produção da cooperativa. Assim, uma nova parceria poderá acontecer, possibilitando um crescimento sustentável do negócio e das pessoas envolvidas, os alunos da Empresa Júnior e cooperados da Mãos Dadas.

O trabalho realizado foi uma grande oportunidade para os alunos da Sinergia Consultoria Júnior, pois a cooperativa se mostrou um ambiente fértil de aprendizagem e possibilidades e a equipe conseguiu aplicar de forma prática os conceitos vistos em sala de aula.

Referências

CABRAL, Douglas Rodrigues *et al.* Formação Gerencial de Trabalhadores em Empresas de Autogestão com uso de Metodologias Participativas.

Anais... XXIII ENEGEP ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2003, Ouro Preto. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0113_1651.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

CARVALHO, D.; RESENDE, D.; SOUZA, N.; LIMA, R. Implantação de um arranjo físico (layout) e sua relevância para a dinamicidade organizacional no processo de produção: revisão bibliográfica, 2010. In: **Interciências**, Teresina. Disponível em: <<http://www.uespi.br/novosite/wp-content/uploads/2011/05/Implanta%E7%E3o-de-um-arranjo-f%E2sico-e-sua-relev%E2ncia-para-a-dinamicidade-organizacional-no-processo-de-produ%E7%E3o1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CASSEL, R. A. **Desenvolvimento de uma abordagem para a divulgação da simulação no setor calçadista gaúcho.** 1996. 147p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

GARCIA, Junior. **Proposta de um Layout utilizando simulação:** Estudo de caso em uma Indústria do Setor Moveleiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

GERLACH, Gustavo. **Proposta de Melhoria de Layout Visando a Otimização do Processo Produtivo em uma Empresa de Pequeno Porte.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – FAHOR, Horizontina, 2013. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/EngPro/2013/Pro_Gustavo.pdf>. Acesso em 04 abr. 2014.

MARANGONI, Mariana Borsato. Influência do layout na produtividade de uma indústria alimentícia - um estudo de caso. In: **Anais... XXXI ENEGEP ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2011, Belo Horizonte.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegp2011_TN_STO_135_856_18512.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

MARTINS, Jamel. **Design de Layout:** Um Estudo de Caso na Indústria Metalúrgica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design Industrial) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000000/00000000000C/-00000C82.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

MONTEIRO, Bruno Paixão. **Planejamento de layout aplicando a metodologia SLP**: um estudo de caso desenvolvido em um empreendimento – da indústria de confecções localizado na região metropolitana de Belém-PA. Trabalho de conclusão de curso – Universidade do Estado do Pará, Pará, 2004.

RAPOSO, Jacinta de Fátima Pereira, *et al.* Análise e Proposta de Melhoria de Layout de Processo Numa Empresa de Embalagens Plástica. **Anais... VII SEPRONE**, 2013, Mossoró. Disponível em: <<http://www.seprone2012.com.br/artigos/analise-e-proposta-de-melhoria-de-layout-de-processo-numa-empresa-de-embalagens-plastica>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SIQUEIRA, Douglas Murilo *et al.* Rede de Confiança e Amizade: Relações de Trabalho em uma Cooperativa. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Rio Grande, v. 18, n. 2, p. 299-318, jul/dez. 2013.

SOUZA, E. C. D.; SILVA, F. G. Planejamento e implantações de um arranjo físico (layout). **Anais... I Encontro Científico e I Simpósio de Educação Unilasalesiano**, 2007, Lins. Disponível em: <<http://www.unilasalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC25582320881P.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Intervenção psicológica e psicopedagógica em uma cooperativa de reciclagem: realidade e desafios

Patrícia Silva de Deus

Daiana Schwengber

Julio Cesar Walz

1 Introdução

No cenário social do mundo do trabalho, destaca-se o cooperativismo como uma forma de acolhimento e alternativa de geração de renda para pessoas que por algum motivo estão fora do mercado de trabalho formal. O homem por ser um ser social apresenta necessidade de ajuda mútua como uma condição de vida desde o princípio da civilização.

A cooperação entre pessoas permite que cada um possa desenvolver-se, tendo resultados no crescimento do próprio grupo social. Nesse sentido, os homens criam instituições como forma de alcançar objetivos coletivos e individuais, desta forma o grupo pode contribuir não somente para o crescimento econômico do sujeito, mas também como uma forma de crescimento pessoal.

Aqui veremos como a Incubadora de Empreendimentos Solidários, assessoradas pelas áreas da Psicologia e Psicopedagogia, pode exercer um papel de fortalecimento e crescimento em cooperativas formadas por catadores de lixo reciclável. Sabe-se que o catador antes de formar seu grupo de trabalho desenvolve suas tarefas de forma individual, e que, após a sua inserção em uma cooperativa, modifica seu modo de vida, podendo apresentar dificuldades nas relações de grupo e as suas próprias relações internas. A intervenção psicológica e psicopedagógica têm como objetivo principal atuar como facilitador no fortalecimen-

to dos vínculos grupais, na articulação dos problemas apresentados, na organização da nova rotina, tentando de forma grupal, ajudar o sujeito na sua individualidade e na sua coletividade através do cooperativismo.

Estimular a valorização do profissional que trabalha em cooperativas de catadores para uma visão e percepção de mundo e de vida a partir de conceitos construção de grupos, autogestão, cooperativismo e solidariedade.

2 A psicopedagogia institucional, um novo olhar para os grupos

A Psicopedagogia surge no Brasil como um caminho para o grande fracasso na aprendizagem e está evoluindo de acordo com as suas práticas. Seu objetivo inicial era tratar os sintomas das dificuldades de aprendizagens, porém, visou-se que mais necessário que tratar era prevenir. A Psicopedagogia Institucional trabalha com “as dificuldades de aprendizagem coletiva, intervenção e assessoramento considerando a aprendizagem como processo, construção de maneira interativa, integrativa, estrutural e constante vínculo de causa e efeito com o ensino” (SILVA, 1998, p. 27).

Silva (1998) afirma que a Psicopedagogia tem como objetivo facilitar o processo de aprendizagem removendo os obstáculos que impedem que o sujeito o faça, ou seja, trabalhar o indivíduo a partir da sua dificuldade buscando compreender como se constrói seu conhecimento. O objeto de estudo da Psicopedagogia é “a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos contribuindo com as situações de não aprendizagem e com a sua consequente superação” (ESCOTT, 2004, p. 37).

A primeira vista parece bastante simplista, mas a Psicopedagogia buscou conceitos e técnicas nas áreas da Pedagogia e da Psicologia, também da Psicolinguística e da Neuropsicologia, adaptou esses referenciais para um novo olhar onde se procura descobrir o porquê deste fracasso ou quais são os obstáculos; como construímos o conhecimento e o que

está impedindo o sujeito de aprender; elaborou novas técnicas e está fazendo a diferença dentro das organizações.

Porto (2009, p. 116) diz que “a ação do psicopedagogo está centrada na prevenção do fracasso e das dificuldades” não só do sujeito, mas de todo o ambiente onde ele está inserido. Quando se previne e se trabalha com aquilo que poderá ocasionar uma dificuldade coletiva mais a frente dentro da instituição, não se pode deixar de trabalhar cada indivíduo que a compõe, são eles que formam o espaço institucional e o coletivo.

Quanto aos princípios norteadores do Psicopedagogo, Lomonico (2005, p. 96) afirma que ao atuar, este deve ter em conta ser o facilitador e incentivador da aprendizagem, mobilizar o indivíduo de forma global considerando os processos cognitivos, valores afetivos, condições psico-neurológicas e a problematizar da realidade em que o indivíduo está inserido para que esta aprendizagem se torne significativa. A intervenção Psicopedagógica deve investir na melhoria das relações de aprendizagem e de uma autonomia para que este indivíduo sinta-se parte integrante e essencial dentro da instituição.

A Psicopedagogia Institucional saiu das questões escolares específicas e pode abranger novos tipos de instituições. Cada espaço de trabalho necessita de intervenções e acompanhamento, que segundo Adams (2010), um psicopedagogo pode trabalhar através de atividades que desenvolvam as seguintes transformações:

- a) Um ambiente compreensivo que se importa com as necessidades dos sujeitos e de suas famílias;
- b) O clima comunitário e de valorização mútua propício para o fortalecimento da autoestima;
- c) O aprendizado exigente e permanente da autonomia;
- d) O desafio da participação responsável e solidária na gestão;
- e) A ajuda mútua no trabalho;

f) As vantagens de uma organização coletiva de trabalho em relação ao trabalho autônomo ou assalariado, construindo-se dia a dia como uma atividade humana socializadora, mediada pela experiência e por meio das relações se constrói o conhecimento e se transformam as ideias, as ações, em busca de uma melhor qualidade de vida.

O “campo de atuação da psicopedagogia é a aprendizagem, e a sua intervenção é preventiva e curativa” (PORTO, 2009, p. 150), o profissional tem o dever de investigar o que poderá atrapalhar o desenvolvimento da instituição e criar planos de intervenção para prevenir futuras dificuldades.

3 Psicologia social e o cooperativismo

Pensando no olhar do psicólogo sobre o processo grupal, vamos nos valer das ideias de Wilfred Bion sobre o funcionamento dos grupos. Para ele, grupo se caracteriza pela reunião de pessoas para execução de tarefas onde os membros tem um padrão de comportamento pré estabelecido, onde cada um contribui com suas capacidades individuais, sendo essencial para a realização mental na vida de um ser humano.

Já o funcionamento dos grupos ele classifica a partir de dois polos de experiências emocionais: Grupo de Trabalho e Grupo de Suposto Básico. No nível grupo de trabalho (T) que opera no nível consciente, objetivo e racional voltado para a realização de uma tarefa. Já o grupo baseado no suposto básico (sb) é dominado por fantasias e defesas dominando o grupo de forma negativa.

O grupo de supostos básicos é tomado por manifestações inconscientes que bloqueiam e impedem o avanço do grupo de trabalho, podendo até o grupo se desfazer por conta disso. É comandado por defesas e pulsões destrutivas que tendem a fragmentação e perseguição. Pode recorrer a mecanismos maníacos com atitudes de desprezo e negação onipotente da realidade. O avanço do grupo, que se iniciaria quando deixasse de ser um suposto básico e passasse a ser um grupo de trabalho,

então poderia retornar para o avanço do próprio grupo, pois ao projetar o seu conflito para o coletivo e este podendo ser elaborado no coletivo, começaria um processo de organização dos seus conflitos internos.

Já o Grupo de Trabalho não está alicerçado em supostos. Ele consegue agir em função das demandas reais e não das supostas. Por isto, ele é capaz de suportar dores dos processos sem se fragmentar (luta e fuga), ou sem esperar a solução messiânica (dependência) ou ainda sem se auto implodir (acasalamento), o que seria o caso dos grupos de suposto básico, descrito acima. Sair do suposto é construir minimamente a capacidade de abstrair e simbolizar, exercer autocrítica saudável e amadurecida e suportar seus sentimentos de impotência. Com isto, estaria possibilitada a busca de alternativas criativas para as situações sem “esperar uma magia onipotente” que seria fora do real. Isto é, um grupo com suficientes recursos internos para manter os vínculos em base na tarefa.

Ou seja, o grupo é o local onde se manifestam angústias, conflitos e fantasias. Nos termos de Pichón Rivière (2008), a questão do grupo operativo coloca que existiriam dois níveis no discurso dos integrantes do grupo. O nível explícito e o nível implícito. Haveria sempre conteúdos inconscientes que atuariam defensivamente impedindo o crescimento do grupo. A explicitação e elaboração desses conteúdos latentes permitiriam o avançar grupal. No processo de vencer sempre novamente as barreiras defensivas, o grupo se apresenta como um agente transformador da realidade e seus membros começam a constituir relações grupais partilhando objetivos comuns, formando vínculos e interagindo, conforme Pichón Rivière.

4 Método

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, através de um relato de experiência a partir de observações dos participantes em um empreendimento incubado pela Incubadora de Empreendimentos

Solidários do Unilasalle - Canoas. Foram levadas em consideração também as conversas informais a partir da espontaneidade dos participantes, bem como a não indução de respostas. A partir das observações, construiu-se um diagnóstico cuidadoso da instituição e do perfil do grupo de cooperados. Após esta etapa, foram planejadas as intervenções, sempre partindo das observações e das necessidades do grupo.

5 Resultados

5.1 O grupo como organizador psíquico do sujeito

O grupo pesquisado trata-se de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos, localizada no município de Canoas (RS), que se encontra em processo de incubação. Esta cooperativa é formada por pessoas em situação de vulnerabilidade social e com diversos problemas sociais, físicos e mentais. Dentre estes, colocamos alguns exemplos, como: um ex-morador de rua, que possui limitações mentais e para ele, a cooperativa e o trabalho são uma oportunidade de resgatar sua cidadania e dignidade.

Neste caso, o grupo pode funcionar também como organizador de vínculos do sujeito que está tentando se reinserir na sociedade, trabalhando para ter seu sustento e levar uma vida melhor. Neste processo, a pessoa passa por mudanças em seu modo de ser, de agir, pois sua condição se difere dos demais.

Existe uma multideterminação na constituição do sujeito. Podemos pensar em determinantes psíquicos e determinantes sociais que se articulam em um processo complexo no qual identificamos uma existência singular, relacionada às primeiras relações objetivas inscritas em uma dinâmica familiar e suas relações sociais. A articulação entre esses fenômenos deve ser realizada sem dissociá-los. Gaulejac (2001) afirma: “Se o indivíduo é o produto de uma história, esta condensa, de um lado, o conjunto dos fatores sócio-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, o conjunto de fatores intrapsíquicos que determinam sua personalidade” (KAËS, 2000, p. 41).

A Psicologia atua como um facilitador no fortalecimento dos

vínculos e na articulação dos problemas apresentados pelos membros do grupo, tentando de forma grupal ajudar o sujeito na sua individualidade e subjetividade. Entre estes sujeitos, existem diversas histórias individuais de sofrimento, problemas psicológicos, dificuldades financeiras e de relações familiares e isso impacta diretamente na subjetividade de cada um, e cada um vai representar e projetar dentro do grupo um pouco disso que está dentro dele.

Diante disso, o grupo, se bem articulado, pode funcionar como um organizador destes conflitos internos de cada um. O grupo estará mais fortalecido e maduro quando puder suportar a carga dos conflitos e não torná-los o centro da vida. Isto porque se o sujeito leva consigo essas cargas conflituosas que se manifestam no ambiente de trabalho e na convivência com os outros, tornando isso o centro da sua vida, acaba em condições não favoráveis para ele mesmo, que fica o tempo todo gastando energia psíquica, ruminando pensamentos em torno de algo que não está no poder dele.

Neste caso específico, como outro exemplo, de um cooperado que possui uma história de vida de abandono, que foi morador de rua e se demonstra muito prestativo e eficiente dentro do grupo, mas sempre um pouco afastado/isolado, com um ar de desconfiança; Em um momento em que foi perguntado o que ele esperava do grupo enquanto cooperado, onde a maioria relatou que esperava ganhar bastante dinheiro e fazer a cooperativa crescer, este respondeu que esperava do grupo “receber amor e carinho”, ou seja, está projetando para o grupo uma necessidade individual dele, já que possui um histórico de abandono e que por isso deve ter sofrido muitas privações que seriam essenciais para seu desenvolvimento psíquico saudável e sua formação de vínculos com as outras pessoas.

Cada indivíduo do grupo terá seus próprios limites, e estes precisam estar integrados a todo o momento, pois o foco deve ser a tarefa, pois quanto mais produção maior o retorno financeiro. Neste caso, podemos verificar que se o indivíduo não está conseguindo alcançar seus objetivos no grupo ou não consegue realizar sua tarefa com qualidade e

eficácia, podem estar na verdade negando a sua própria individualidade, ou seja, a “desmotivação” aparece como um sintoma de que algo não está bem com ele. Freud descreveu como a massa (KAËS, 2000):

[...] objeto comum para seus membros que implica a perda dos limites individuais, onde predominam os mesmos sentimentos, a homogeneidade mental, a exaltação e a emotividade, as reações automáticas. O polo isomórfico do aparelho psíquico grupal é efeito do processo de não diferenciação, cuja meta é reduzir ou negar a diferença entre o aparelho psíquico grupal e o espaço psíquico subjetivo. Segundo esta polaridade, só existe um espaço psíquico grupal e não espaços psíquicos individuais separados (p. 75).

Assim, por exemplo, onde existe no grupo pessoas com condições de vulnerabilidade social e até de saúde física e mental, pode-se refletir sobre Maslow, quando fez seu estudo sobre as necessidades humanas. Conforme sua teoria o homem é motivado a partir da satisfação de suas necessidades, onde ele classificou em forma de pirâmide por grau de importância: as primeiras seriam a satisfação de suas necessidades fisiológicas, que representam as necessidades do corpo alimentação, sono, água, abrigo etc.; logo após ele classifica as necessidades de segurança, proteção, recursos financeiros, etc.; necessidades sociais de status, estima e auto-realização. Neste caso, muitos indivíduos não possuem recursos e nem estrutura para satisfazer suas necessidades fisiológicas com qualidade e nenhuma das outras conseguem se cumprir como deveriam, segundo a teoria de Maslow.

No caso da cooperativa em questão, o modelo de grupo seria o que o autor definiria como um *suposto básico de dependência* (fantasias inconscientes), pois existe uma demanda de espera pela figura do líder que este seja capaz de satisfazer seus cooperados. Com esta postura de espera, o grupo se torna passivo e incapaz de lidar com suas emoções, pois a figura do líder se torna uma espécie de divindade que é responsável por tudo que acontece ou que não acontece. Ou seja, este suposto básico é o que existe algo fora, que tem função de gerar segurança para o organismo imaturo (no caso o grupo). E isto pode ser uma pessoa, no caso o líder, uma ideia ou a própria história do grupo. E quando este

líder não age conforme o que é esperado dele, cria-se um mal estar no grupo que pode gerar fantasias, ou seja, algo que cada um imagina e toma como sua verdade, projetando para fora para se manter coeso. E isto se observa muito na cooperativa onde se espera muito da figura do presidente (suposto líder).

Nas questões operacionais, o grande desafio em um grupo é passar de um funcionamento de suposto para um grupo de trabalho, onde as pessoas interagem de forma sistêmica contribuindo para a geração dos resultados esperados, alcançando suas metas e objetivos comuns.

5.2 Tensão entre ideal e real (conflito)

No caso de uma cooperativa, por exemplo, onde existe uma filosofia de trabalho de cooperação, autogestão e participação, entende-se que os conflitos entre os membros deveriam ser menores, já que a muitas vezes ele aparece na competitividade, onde “um quer ganhar do outro” e o que deveria imperar seria “um ganhar com o outro”. Esta perspectiva é correta, mas anterior aos fatos. É o que chamamos de idealização. Ou seja, espera-se isso do grupo. Mas quando o grupo se forma, qualquer grupo, ele não funciona desta maneira linear. Talvez muitas destas pessoas estejam nessa condição de cooperados, trabalhando com lixo por pura necessidade e não porque gostariam, daí resistem, lutam, vivem do suposto, ou seja, daquilo que se espera.

A questão do conflito (tensão entre o Ideal e o Real ou o Suposto e o Trabalho) é uma experiência psíquica inerente à vida. Porém, não se trata isoladamente de aspectos psicológicos e comportamentais dos indivíduos, é um conjunto, onde a falta do conhecimento e da prática dos princípios cooperativistas, também contribuem para a formação discórdias no grupo. Por isso, a importância de se fazer um trabalho interdisciplinar com várias áreas envolvidas, buscando cada vez mais a otimização dos processos de trabalho cooperativistas e das relações interpessoais, contribuindo assim, para que seus membros tenham condições de uma

vida melhor.

Para a Psicopedagogia, o eu real e o eu ideal estão ligados diretamente a aquilo que o sujeito imagina ser e o que é real em relação a sua aparência, personalidade, função, trabalho (CHAMAT, 2009). Trazendo este conceito para a prática e observações no grupo, vamos descrever no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: O eu real e o eu ideal

Como você vê o seu trabalho	Como você gostaria que a sociedade visse
“ser catadora é ajudar o meio ambiente e tirar o lixo das ruas”.	“que as pessoas dessem valor para o catador”.
“trabalhando aqui eu pago as minhas contas e ainda ajudo o planeta porque o catador é agente ambiental”.	“ajudando o nosso trabalho, separando o material em casa para que nosso trabalho renda mais e valorizando a gente”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos dois relatos se percebe como o cooperado se vê, o eu real, e como seria o eu ideal, através da valorização do trabalho que ele exerce, ou seja, ele percebe que seu trabalho não é valorizado e idealiza esta posição da sociedade. Enfim, através deste estudo, pode-se perceber que existem fenômenos grupais complexos que não estão explícitos no dia a dia de trabalho, e para que se possa auxiliar efetivamente o avanço dos processos grupais e os vínculos que nele se estabelecem, é importante entender esses fenômenos que interferem na relação e na produtividade dos membros. A Psicologia contribui na articulação entre o indivíduo o grupo e a sociedade dentro do contexto e da realidade em que se apresentam.

6 Considerações finais

As oficinas de intervenções psicológicas e psicopedagógicas auxiliaram na ressignificação das relações de aprendizagem com o espaço

onde o sujeito pôde ser inserido, desenvolvendo atividades de resgate aos conceitos de insucesso alicerçados às suas vivências, aos aspectos culturais, ideológicos e sociais de aprendizagem.

A Psicopedagogia Institucional tem papel fundamental na organização do espaço e das relações interpessoais. Também pode ser incorporada diretamente em oficinas de valorização do trabalho e no enfrentamento dos conflitos, neste caso apresentados.

O olhar sobre o processo grupal proposto por Wilfred Bion, diferenciando grupo de *Suposto Básico* e *Grupo de Trabalho* nos oferece duas ferramentas importantes para o olhar e a escuta psicológica. A primeira seria a não idealização da tarefa em si ou do grupo em si. O fazer por fazer ou a simples existência de um grupo não é suficiente para a continuidade ou o sucesso de um grupo ou sua tarefa, qualquer que seja. É necessário que o profissional saiba identificar se as bases do grupo estão alicerçadas no *Trabalho* ou no *Suposto Básico*. Ou seja, pode detectar se o grupo está funcionando em *Suposto* ou em *Trabalho* é uma prerrogativa fundamental para as intervenções junto aos grupos. A segunda seria a escuta do *Suposto específico*, perceber qual deles está preponderando e realizar intervenções que possam tentar realizar a passagem do *Suposto* para o *Trabalho* (ideal x real, digamos assim). Esta é uma tarefa diária, diríamos assim.

Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras: 2010.

BION, W. R. (1952). **Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo**. (Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira). Rio de Janeiro: Imago; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

CHAMAT, Leila Sara José. **Técnicas de diagnóstico psicopedagógico: o**

diagnóstico clínico na abordagem interacionista. São Paulo: Vetor, 2004.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional**: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

GAULEJAC, V. Psicossociologia e sociologia clínica. In. CARRETEIRO, T. C.; ARAÚJO, J. N.G. (Orgs.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta, 2001, p. 35-47.

KAËS, R. **Las teorías psicoanalíticas del grupo**. Amorrortu: Buenos Aires, 2000.

LOMONICO, Circe. **Psicopedagogia: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Edicon, 2005.

PICHON-RIVIÈRE. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional**. Rio de Janeiro: Wark, 2009.

SAMPAIO, Jäder Dos Reis . A “Dinâmica de Grupos” de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicol. USP** [online]. v.13, n.2, p. 277-291, 2002.

SILVA, Maria C. A. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Valores na economia solidária: uma revisão sistemática da produção brasileira

Daiana Schwengber

Ana Claudia Braun

Maria de Lourdes Borges

1 Introdução

A economia solidária tem sido um tema tangenciado por questões sociais e construtivas que se encontram como um modo alternativo de produção ao capitalismo. Ao nos debruçarmos sobre a temática, percebemos que a economia solidária apresenta nuances que vão além do patamar da “forma de produção” e envolve seus atores sociais, sendo permeada pela articulação com a questão dos valores de seus participantes. Portanto, torna-se necessário uma amplitude na compreensão da dinâmica que ocorre entre a economia solidária e sua ligação com os valores relacionados ao trabalho dos seus praticantes. Deste modo, o presente artigo centra-se no objetivo de *apresentar uma revisão sistemática de artigos brasileiros produzidos e indexados sobre a temática dos valores na economia solidária.*

No escopo de questões ligadas às práticas coletivas e individuais, a temática de valores ligados à economia solidária pode contribuir para o avanço do debate. A justificativa envolve o entendimento congruente com o que entende Guerra (2014, p. 77), para a qual “os valores do trabalho são importantes para a compreensão do significado do trabalho para os indivíduos e possuem papel preponderante na própria construção da sua identidade”.

Sendo assim, o artigo que segue apresenta uma breve contextua-

lização sobre economia solidária e valores para, logo após, descrever o método de busca e principais resultados achados sobre a temática. A partir disso, compreendemos contextualizar de uma forma estruturada e consistente a investigação que segue.

2 Economia solidária em suas origens

A partir do século XIX, o modo de produção trazido pela Revolução Industrial expandiu-se pelo mundo e consolidou a vigência do capitalismo na sociedade (SOUTO; SILVA, 2005), resultando em grandes impactos no modo de produção (BAIBICH; MARTÍNEZ-HERNÁEZ, 2014). Esse novo modo de produção provocou mudança em vários aspectos de organização da vida e da sociedade, tais como a separação do ambiente doméstico e do trabalho, intensificação do número de pessoas em torno de uma mesma atividade e a expansão das cidades (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Nesse sistema de produção, a economia mundial direcionou-se para um cenário pautado em produções em massa e a centralização do ato de trabalhar como instância norteadora da existência humana e necessária para sua subsistência.

Durante as últimas décadas do século XX temos assistido a rápidas transformações econômicas e culturais nos mais diversos contextos sociais (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009). Especificamente no cenário brasileiro, pode-se afirmar que o mercado de trabalho, ao longo de seu processo de industrialização, tornou-se excludente. Guerra (2014) afirma que políticas comerciais aumentaram a discrepância na distribuição da renda per capita nacional gerando um enorme contingente de pessoas em situação de desemprego estrutural. Segundo Silva (2000), o intenso e generalizado uso das tecnologias nos processos de trabalho e produção, culmina com a extinção de algumas relações de trabalho, incrementando o número de desempregados de médio e longo prazo ou até de permanentes. Para este fenômeno damos o nome de desemprego estrutural ou também conhecido como desemprego tecnológico. Cabe ressaltar que essa situação denota uma realidade ainda vivenciada no cenário

econômico nacional, apesar dos significativos avanços políticos.

Nesse cenário, como alternativa à exclusão causada pelo sistema capitalista, a economia solidária surge, ainda na década de 80 no Brasil, como possibilidade para aqueles que estão em situação de desemprego ou marginalizados junto ao mercado. A economia solidária caracteriza-se como um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores que se organizam por conta própria com a finalidade de formar uma força de trabalho produtiva (GAIGER, 1999). Ainda, em seu sentido mais amplo, a economia solidária deve ser compreendida como um fenômeno transcendente de questões puramente econômicas, levando em consideração o seu potencial de revelar novas formas de comportamentos sociais e pessoais, pautados na cooperação, solidariedade mutualismo e autogestão (GUERRA, 2014).

A economia solidária tem sua origem a partir de iniciativas voltadas para a superação da sociedade capitalista, onde a solidariedade não está desassociada da economia (RAZETO, 1997) e, para a qual, os valores relativos ao trabalho são importantes. Essa relação entre valores e economia solidária vem sendo debatida recentemente por meio de uma análise que combina o entendimento das práticas sociais e dos valores que os indivíduos associam ao seu trabalho.

3 Valores e sua relação com a economia solidária

Os valores, de forma genérica, estão associados ao significado de normas, princípios e padrões aceitos por um indivíduo, classe ou sociedade (FERREIRA, 1975). Para Mendes e Tamayo (1999) os valores fazem parte de uma relação de manutenção e transformação de comportamentos humanos nas organizações e instituições através da socialização e aprendizagem permanente. No contexto laboral, os valores estão imbricados nos valores sociais, uma vez que não são criados pelos próprios indivíduos. Guerra (2014) refere que esses valores são introjetados pelos indivíduos através de práticas sociais e da comunidade em que cada in-

divíduo se insere, bem como na cultura predominante e local de origem. Portanto, os valores são criados na sociedade e socializados pelos indivíduos que os assimilam e os produzem. Na literatura, abre-se o precedente de estudo dos valores e sua ligação com economia solidária, uma vez que são temáticas implícitas à prática social e laboral dos sujeitos envolvidos em empreendimentos econômicos solidários.

Os valores do trabalho “consistem em crenças relativas a comportamentos ou a fins desejáveis, sendo ordenados por uma hierarquia de importância, mas que se aplicam como princípios orientadores na avaliação de resultados e configurações de trabalho e na escolha entre diferentes alternativas de trabalho” (CARVALHO; FREITAS; VILAS BOAS, 2013, p. 139 apud ROS; SCHWARTZ; SURKISS, 1999). Ainda para os autores citados, os valores associados ao trabalho são mais específicos e coletivos do que os valores humanos e morais e estão relacionados diretamente ao grupo, empreendimento, organização em que o indivíduo se engaja.

O entendimento de Paul Singer (2000) está direcionado para um modelo de economia solidária com base direta no cooperativismo autogestionário e através desse, suas práticas são orientadas por valores ideológicos como a solidariedade, a participação, a igualdade e a cooperação por meio da própria educação pela prática. Como contraposição, como descrito por Azambuja (2009, p. 296-7), Seliger (1976) compreende como valores ideológicos “um sistema de pensamentos que permitem aos sujeitos justificar e conduzir uma ação social organizada, [onde] os agentes organizam determinado conjunto de crenças, valores e princípios de modo que, lhes possibilitem perseguir seus objetivos políticos, sociais e econômicos”. Para Azambuja (2009, p. 297), a ideologia tem o “poder de guiar e justificar uma ação” justamente porque se embasa em um sistema coerente de pensamento e argumentação. Ainda para o autor, pode-se derivar desse entendimento o conceito de valores ideológicos, como uma dimensão fundamental entre pensamento e argumentação.

Guerra (2014) traz uma revisão relacionada aos valores em economia solidária destacando que os mesmos são primordiais para a com-

preensão da vida dos indivíduos no trabalho e nas relações de trabalho que são estabelecidas. Para a autora, são esses valores, sejam eles atribuídos ao trabalho ou a economia solidária, que se apresentam como centrais para a construção da identidade social dos indivíduos.

3.1 Articulações de valores na economia solidária

Assim como a maioria dos contextos que envolvem a ação humana, a economia solidária está vinculada diretamente às práticas sociais, além disso, sua forma de organização do trabalho faz uma relação transversal às representações valorativas da vida social (GUERRA, 2014).

A partir da perspectiva de Singer (2000), há uma relação entre as práticas de trabalho autogeridos e os valores ideológicos de economia solidária. Esse modelo de cooperativismo autogestionário proporcionaria experiências onde os indivíduos “encontrariam as condições necessárias para incorporar e pôr em execução práticas orientadas por valores ideológicos subentendidos como a solidariedade, a participação, a igualdade e a cooperação” criando-se assim um perfil ideológico de solidariedade (AZAMBUJA, 2009, p. 291).

Através de um estudo com o objetivo avaliar os princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações valorativas da vida social que permeiam a organização dos empreendimentos econômicos solidários e as relações estabelecidas entre os seus membros, Porto e Tamayo (2003, p. 151) citaram quatro fatores determinantes nessa relação, assim explicitados:

- (i) *Realização no trabalho* que se refere à busca de prazer e realização pessoal e profissional, bem como de independência de pensamento e ação no trabalho, por meio da autonomia intelectual e da criatividade;
- (ii) *Relações sociais* que se refere à busca de relações sociais positivas no trabalho e de contribuição positiva para a sociedade por meio do trabalho;
- (iii) *Prestígio* se refere à busca de autoridade, sucesso profissional e poder de influência no trabalho; e

(iv) *Estabilidade*, que se refere à busca de segurança e ordem na vida, por meio do trabalho, possibilitando suprir materialmente as necessidades pessoais.

Para os autores, esses fatores estão relacionados à Teoria dos Valores Pessoais de Schwartz (1994), o qual afirma que as ações dos indivíduos para realizar cada tipo de valor têm consequências psicológicas, práticas e sociais, que podem ser conflitantes ou compatíveis com a realização de outros tipos de valores. Ampliando o conceito anteriormente trazido, Guerra (2014) construiu um *framework* explicativo fazendo uma releitura para os valores em economia solidária:

Quadro 1: Valores da Economia Solidária

Pressuposto	Valores	Definição
Organização do Trabalho	Autogestão	A Autogestão consiste na participação igualitária de todos os membros da organização, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a gestão e produção do trabalho.
	Cooperação	A Cooperação parte do pressuposto de que todos os indivíduos devem agir coletivamente ou interagindo, com vistas ao atendimento de um fim comum.
	Identificação	É através da Identificação que percebemos nós mesmos e os outros como indivíduos; é também através da identificação que se torna possível a aproximação ou distanciamento do outro, ou seja, a identificação mecanismo psíquico central no desenvolvimento das pessoas é a base da solidariedade ou da perseguição. O conceito psicanalítico de identificação é fundamental para a construção da identidade de cada um de nós e também para as nossas relações com os outros. No processo de identificação, as organizações aparecem ao sujeito como sistemas culturais, simbólicos e imaginários.

	<p>Trabalho Emancipado</p>	<p>O Trabalho Emancipado parte da premissa de democratização das relações econômicas e sociais, na busca pela superação da contradição das relações entre trabalho e capital.</p>
	<p>Tomada de Consciência do Processo Produtivo</p>	<p>A Tomada de Consciência do Processo Produtivo diz respeito à consciência dos trabalhadores em relação à reprodução, de forma que sejam recuperados e reintegrados os indivíduos à riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral.</p>
	<p>Cidadania</p>	<p>A Cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. De uma forma mais abrangente, tem-se o conceito de cidadania de Marshall, que o divide em três partes: civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local. Já o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.</p>

Representações Valorativas da Vida Social	Consumo Consciente	O Consumo Consciente diz respeito ao pensamento e a prática de que o ato de consumir produtos e serviços não está relacionado apenas a uma questão de gosto, mas a um ato ético e político. Ao consumir um produto originado de um processo onde há exploração do trabalho, degradação do meio ambiente, etc.
	Desenvolvimento Humano	O Desenvolvimento Humano coloca os indivíduos no centro do desenvolvimento, por meio da promoção de seus potenciais, do aumento de suas possibilidades e pela liberdade de sobrevivência.
	Igualdade	A Igualdade é um valor que permeia várias relações sociais, desde as de trabalho até as diversas formas de convivência. Entende-se então, a igualdade como a horizontalização das relações acompanhada das devidas responsabilidades.
	Qualidade de Vida	A Qualidade de Vida consiste no atendimento das necessidades do indivíduo, sejam essas necessidades físicas, mentais, psicológicas, emocionais, etc.
	Solidariedade	A Solidariedade é o comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário. Ela visa um caráter de reciprocidades, de ajuda mútua, de troca igualitária entre os que participam de determinadas organizações.

Fonte: Guerra (2014, p. 79).

Os valores da economia solidária buscam estabelecer uma nova perspectiva de organização do trabalho. Devido a esse entendimento, Singer (2000) entende que o modelo econômico na economia solidária oferece condições para que os trabalhadores incorporem valores ideológicos diferentes e até opostos àqueles presentes nas relações capitalistas. Guerra (2014, p. 82) orienta que “o desvelar desses valores pode ajudar na motivação dos membros dos empreendimentos econômicos solidários”. Para Singer (2000) a partir do conhecimento sobre os valores

em economia solidária, o indivíduo poderá se identificar com o trabalho e se apropriar dos processos que são desenvolvidos agregando conhecimento à sua prática fortalecendo os empreendimentos. Ao contrário, para Azambuja (2009), a questão da identificação dos participantes de empreendimentos econômicos solidários com os valores da economia solidária não se trata de um *déficit* pedagógico do trabalhador, ou que não foi adequadamente educado para praticar a autogestão, mas que há uma heterogeneidade de perfis valorativos e ideológicos entre os seus trabalhadores. Para além dessas discussões, a seguir é apresentado o método do presente artigo.

4 Método

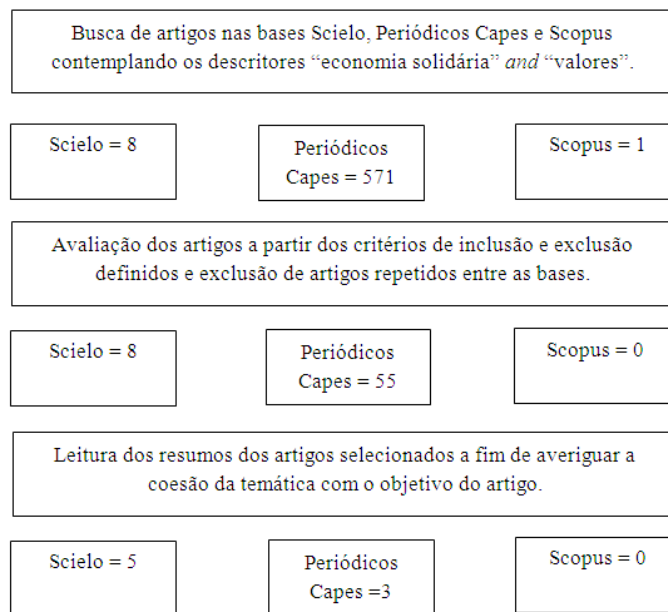
Para atender ao objetivo central desta revisão, optou-se pela busca de artigos publicados nas bases Scielo, Periódicos CAPES e Scopus. Essas bases foram selecionadas por serem consideradas bases de referência na busca de artigos nacionais na área de Ciências Sociais. Nessas bases, foram utilizados os descritores: “economia solidária” AND “valores” através do método de busca “Any Field”. A escolha desses descritores foi baseada no objetivo central de identificar em um primeiro momento e selecionar em um segundo a literatura no âmbito nacional, optando pela busca de descritores somente em português do Brasil. A busca de artigos ocorreu no mês de junho de 2015 e teve como critérios de inclusão: estar disponível de forma integral (artigo completo) e com acesso aberto nas bases pesquisadas; estar escrito em língua portuguesa e ser proveniente do Brasil; ter como temática central a economia solidária associada aos valores. Além disso, teses, dissertações e demais produções foram excluídas da busca.

Contemplando os descritores supracitados, inicialmente foram encontrados oito artigos na base Scielo, 571 artigos na base Periódicos CAPES e um artigo na base Scopus, totalizando 580 artigos. Dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, 516 foram excluídos da base Periódicos CAPES e um da base Scopus por se encontrar repetido

na base Scielo. Após, realizou-se a leitura integral dos resumos dos 63 artigos restantes, a fim de certificar-se de que os mesmos atendiam aos critérios de inclusão no estudo. A leitura foi realizada por dois profissionais com entendimento da temática a fim de garantir a fidedignidade dos artigos selecionados para esta revisão.

Após a leitura, 52 artigos foram excluídos da base Periódicos CAPES e três da base Scielo devido ao fato de não abordarem o tema central da revisão. Por fim, o número de artigos a serem analisados nesta revisão é oito. A sistemática de busca completa pode ser visualizada na Figura 1 e os artigos selecionados para esta revisão estão identificados com um asterisco na lista de referências ao final do artigo.

Figura 1: Sistemática de busca



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após a leitura dos resumos, procedeu-se à leitura e análise dos artigos na íntegra. Para fins de apreciação e classificação dos artigos, definiram-se os seguintes aspectos: 1) Região de estudo; 2) Ano de publicação; 3) Objetivo geral; 4) Delineamento; 5) Conceitos de valores utilizados; 6)

Resultados. As categorias foram selecionadas por atenderem os requisitos desejados da pesquisa, permitindo elucidar a produção nacional em termo temporal, geográfico e metodológico.

5 Descrição de categorias

Para fins de organização, os resultados são apresentados conforme as categorias de classificação referidas anteriormente. Para fins de compilação, os conceitos de valores utilizados serão apresentados no Quadro 2. Por fim, os resultados gerais dos artigos serão apresentados no Quadro 3.

5.1 Região de origem, ano, objetivo geral e delineamento

No que se refere à região de origem dos estudos analisados, quatro foram realizados no sudeste, dois no nordeste, um no sul e um em que não se conseguiu identificar a região, pois não apresentou esta informação ao longo de seu texto. Este resultado denota uma maior concentração de produção sobre o tema em tela no sudeste, delimitando esta região como geograficamente expressiva dentro da temática no Brasil. Os anos de publicação revelam que o tema é relativamente novo, fato ratificado pela primeira publicação analisada neste estudo ser datada do ano de 2008. Cronologicamente, a pesquisa apresentou duas publicações no ano de 2008, três publicações no ano de 2009 e uma publicação nos anos de 2010 e 2011. Após uma lacuna temporal, houve uma publicação no ano de 2015. O resultado traz em seu escopo publicações que denotam inconsistência na constância e linearidade do assunto como tema de pesquisa, podendo inferir que este é um tema com baixa adesão junto a pesquisadores.

Nos artigos avaliados, foram apresentados como objetivo geral análises relacionada às dificuldades encontradas nos empreendimentos e práticas relacionadas a experiências e reflexões acerca das possibilidades oferecidas e das múltiplas facetas da economia solidária, discussão

das mudanças culturais do trabalho nas últimas décadas, investigação e revelação dos diferentes valores relacionados ao trabalho e a economia solidária. Junto aos objetivos descritos, também não foi encontrado o tema de maneira proeminente, portanto conjectura-se que o tema de valores não se caracteriza como foco principal dos artigos, uma vez que eles são variáveis secundárias nas pesquisas relacionadas.

Os artigos tiveram, em sua maioria, delineamento metodológico do tipo qualitativo (sete artigos), aplicados em empreendimentos econômicos solidários. Um artigo apresentou delineamento teórico, com levantamento e análise bibliográfica. Estas evidências demonstram um maior interesse em análises explicativas e focadas em aspectos de compreensão, podendo indicar um estilo de pesquisa predominante junto à temática. Ao mesmo tempo, o que pode estar apontando uma tendência, denuncia uma lacuna de pesquisas com possibilidade de caracterizações ampliadas que possibilitem generalizações, usualmente associadas a métodos quantitativos.

5.2 Conceitos utilizados de valores em economia solidária

Dos artigos pesquisados, quatro não trouxeram nenhum conceito relacionado diretamente aos valores em economia solidária. No artigo de Santos e Deluiz (2009), apesar de não apresentar nenhum conceito baseado em outros autores, coloca relatos das práticas que vão ao encontro aos valores aqui pesquisados no sentido de autogestão atuante, porém não conceituada explicitamente.

Nos outros três artigos restantes, Barreto e Paula (2009), trazem como referência o conceito de Benato (1994), o qual aponta que os cooperados são movidos por valores éticos como honestidade, responsabilidade social e interesse no coletivo. Para Lima (2010) os valores estão pautados no entendimento onde os trabalhadores no contexto da economia solidária incorporam, resistem, reelaboram e atuam a partir de transformações estruturais ligadas ao trabalho.

Azambuja (2009) traz um conceito relacionado a valores em economia solidária referindo-se, e criticando, o autor Singer (2002), o qual entende valores como ligados diretamente à autogestão dos empreendimentos. Esse modelo é para Singer (2002) a forma concreta de realização dos princípios e valores de solidariedade, igualdade, autonomia, democracia, participação e cooperação nas atividades econômicas. Porém, Azambuja (2009) contrapõe este conceito criando perfis dos princípios ideológicos e orientação social através de observações e análise de dados empíricos. De forma geral, percebe-se que os conceitos utilizados são de diferentes naturezas e propicia interpretações que tangenciam a subjetividade, sendo que as interpretações são respaldadas por aspectos singulares. Os conceitos embasados nos artigos selecionados são explicitados no Quadro 1, como segue.

Quadro 2: Conceitos de valor ao trabalho na economia solidária utilizados nos artigos analisados

Artigos	Conceito de valores utilizado
Barreto e Paula (2009)	As cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas, justamente em função dos seus princípios e valores. Estas possuem diferentes fundamentos, sendo eles o humanismo, a liberdade, igualdade solidariedade e a racionalidade. Teoricamente, os cooperados são movidos por valores éticos como honestidade, reponsabilidade social e interesse no coletivo (BENATO, 2006). De forma geral, os valores adotados no cooperativismo se diferem do capitalismo.
Lima (2010)	Valores compartilhados pelos trabalhadores, que incorporam, resistem, reelaboram e atuam; a partir destas transformações estruturais ligadas a um trabalho. Enfim, uma miríade de situações nas quais o trabalho continua fundamental na explicação do social e dos valores que justificam ou contesta a ordem vigente (LIMA, 2010). Valores mais pautados no mercado e lógica vigente, não tanto centrado em valores individuais e do trabalhador.

Silva <i>et al.</i> , (2011)	Baseado nos princípios de economia substantiva – reciprocidade, redistribuição e domesticidade – descritos por Polanyi (2000). É feita uma aproximação com a economia solidária, entendida como uma dimensão econômica que se aproxima dos princípios abordados por Polanyi, especialmente pelo fato de igualmente <i>priorizar valores</i> como solidariedade, dependência recíproca, ajuda mútua e cooperação [Não há um conceito sobre valores].
Gaiger (2008)	Nenhum - Trata do valor das relações sociais na economia solidária - ou seja - não trata de valores dos trabalhadores.
Santos e Oliveira (2015)	Nenhum - os valores da economia solidária são entendidos como “naturalizados” - o conceito não é explicado.
Azambuja (2009)	Há uma crítica que entende que os valores ideológicos em economia solidária possuem uma relação de codeterminação com a autogestão. Segundo a perspectiva de Singer (2002), tal modelo seria a forma concreta de realização dos princípios e valores de solidariedade, igualdade, autonomia, democracia, participação e cooperação nas atividades econômicas. O conceito de valores utilizado é o de valores ideológicos, seguindo Seliger (1976). O autor criou perfis dos princípios ideológicos e orientação social: perfil de solidariedade, perfil de assalariamento e perfil de instrumentalização capitalista, todos presentes dentro dos empreendimentos observados durante a pesquisa.
Santos e Deluiz (2009)	Os valores apresentados no artigo estão relacionados diretamente com a forma de atuação autogestionária do empreendimento, ou seja, não é apresentado nenhum conceito de <i>Valores em Economia Solidária</i> , mas no artigo é descrito que esta cooperativa trabalha “pela cooperação, solidariedade, de forma democrática, pela organização, a dinamização através de reuniões e discussões coletivas”, ou seja, uma prática de autogestão.
Gonçalves (2008)	O conceito não é explicado. Porém, a autora identifica “laços profundos de solidariedade e uma intensa compreensão da economia solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das vidas das pessoas e na forma de gestão”.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

5.3 Resultados gerais dos artigos analisados

Os resultados gerais encontrados nos artigos selecionados apontam a presença de uma visão de oposição entre a economia tradicional (capitalista) e a economia solidária, especialmente no que concerne aos

seus valores. Resultados também demonstram aspectos ideais dos valores na economia solidária, descritos como justiça, igualdade, cidadania e solidariedade. Aparecem também nos resultados a dificuldade de aplicação prática de valores tão quiméricos quanto os considerados como sendo da economia solidária, aparecendo aspectos de ambivalência e incongruência de valores entre os trabalhadores e, especialmente, em seu dia-a-dia.

Outra questão abordada foi à atuação dentro dos empreendimentos a partir de valores que norteiam o trabalho e as ações em economia solidária, porém de forma empírica e sem a utilização de conceitos. A prática de valores como a solidariedade, cooperação e autogestão ocorrem de forma espontânea e natural, sem formação específica e muitas vezes são apontadas como algo difícil de serem implantadas e incorporadas por alguns agentes.

Quadro 3: Resultados gerais abstraídos dos artigos analisados

Artigos	Resultados Gerais
Barreto e Paula (2009)	Os autores percebem uma dificuldade visível do sujeito se inserir na lógica do cooperativismo, uma vez que a lógica dominante na sociedade é a capitalista. O artigo conclui que o cooperado e seus valores, bem como o modo de agir, são determinantes para que haja fidelidade à proposta do cooperativismo. Para isso, precisaria haver a consciência que o cooperado está inserido em uma lógica diferente. Segundo os autores, a mudança é difícil e por vezes não há interesse dos cooperados.
Lima (2010)	Lima (2010) entende que há precarização das relações de trabalho por conta da competitividade e necessidade de sobrevivência junto ao mercado, acompanhado de degradação salarial. Questões como individualização, autonomia, autocontrole, autogestão, e solidariedade compõem o chamado novo e precário mundo do trabalho, colocando novos desafios para a compreensão das possibilidades da ação coletiva, das identidades sociais e de uma cultura do trabalho que responde às transformações da cultura do capitalismo.

Silva <i>et al.</i> , (2011)	Os autores concluem que é possível encontrar formas de organização social fundamentadas nos princípios levantados por Polanyi, tendo como valores norteadores a solidariedade, o respeito, a ajuda mútua, a autonomia, a cooperação, a doação e a desalienação, em contraponto ao individualismo, ao lucro exacerbado, ao egoísmo, à alienação e à perspectiva do ganha-perde, elementos comuns à realidade de mercado capitalista.
Gaiger (2008)	O autor entende que os valores da economia tradicional levam ao enfraquecimento dos laços sociais, enquanto os valores veiculados pelos atores da economia solidária invocam preceitos de justiça e igualdade, que se transladam da experiência interna dos empreendimentos para a arena pública. Porém, isso não autoriza a supor que os vínculos sociais que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas (na economia solidária), na interação com os seus círculos sociais, deixem de ser híbridos, feitos de dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio (BAJOIT, 1992).
Santos e Oliveira (2015)	Considerando os valores e as condições de cidadania que a economia solidária promove, os autores acreditam que a Psicologia precisa se implicar e adotar uma atuação cada vez mais forte neste cenário.
Azambuja (2009)	A pesquisa evidenciou heterogeneidade ideológica entre os trabalhadores pesquisados, ou seja, foram identificadas formas de inserção e de consecução da experiência do trabalho autogerido através da incorporação ideológica de valores que não apenas os sugeridos por Singer.
Santos e Deluiz (2009)	A análise da experiência apontou a relevância deste processo associativo de geração de trabalho e renda como contraponto a crise do mundo do trabalho e a crise socioambiental. As práticas observadas estão relacionadas diretamente a cooperação e solidariedade.
Gonçalves (2008)	O grande desafio da comunidade pesquisada é de colocar em prática os valores caracterizados como sendo da economia solidária (porém não explica tal conceito), sua identidade e a tradição cultural. Os empreendimentos sofrem discriminações persistentes nas esferas de mercado e na jurídica. As entidades de apoio trabalham no fomento da economia solidária e nos seus conceitos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

6 Discussão

A partir da descrição dos artigos selecionados, algumas questões se sobressaem. Antes de realizar a pesquisa, imaginava-se que seriam poucos os trabalhos que priorizassem uma interseção entre economia

solidária e valores, ou mesmo sobre os valores na economia solidária. Porém, diante dos resultados da pesquisa, constatou-se uma menor quantidade ainda de artigos que tratam do tema em tela. Nesse sentido, observa-se a baixa adesão do tema junto aos pesquisadores. Chama a atenção destas pesquisadoras, a pequena quantidade desses estudos, uma vez que, na prática das incubadoras de empreendimentos solidários a questão dos valores dos cooperados é um tema recorrente, para o qual chega-se até mesmo a atribuir o sucesso ou não da autogestão.

Por meio da análise dos trabalhos selecionados, percebe-se que não está claro para os autores qual a conceituação de valores. Apesar de autores como Benato (1994), Lima (2010) e Singer (2002) serem mencionados nos artigos, o fato da temática ser absorvida como um fator secundário, ou até mesmo como associado nas demais teorias, evidencia a falta de uma conceituação predominante. Essa falta de conceituação predominante sobre valores na economia solidária pode ser pensada como uma consequência do interesse escasso dos pesquisadores acerca da temática, uma vez que o assunto é de pouca exploração e, ainda, disseminação no campo. Entende-se que esse movimento é de plena importância, uma vez que se não há pesquisas, alinhamento de conceitos ou até mesmo foco dentre as pesquisas realizadas no campo da economia solidária; os valores tendem a ser negligenciados. Além disso, os próprios pesquisadores, em seu processo de interpretação e discussão, tendem à exclusão desse fenômeno de alto potencial transformador.

Além do mais, percebe-se que a temática de valores na economia solidária é tratada como naturalizada, ou seja, entende-se que ao explicar a economia solidária – especialmente do ponto de vista de Singer (2002) – os valores deveriam servir como lubrificantes da dinâmica da economia solidária. São até mesmo descritos, tais como cooperação, adesão à lógica vigente, dependência, solidariedade e ajuda mútua. Pode-se perceber certa coerência lógica do ponto de vista teórico, tal como aparecem nos resultados dos artigos pesquisados, porém percebe-se também certa dicotomia, uma vez que aparecem nas análises empíricas valores mais próximos aos da economia tradicional (ou capitalismo) do

que propriamente da economia solidária.

Nesse sentido, conjecturamos que se os sujeitos se aproximam da economia solidária quando não se adaptam à economia tradicional (seja por não conseguir permanecer no mercado de trabalho formal, seja por opção própria), então seria lógico que eles não concordassem com o “modelo de valores individualistas” da tradicional em favor dos “valores mais colaborativos” da economia solidária. Ocorre que, no dia-a-dia das cooperativas e de empreendimentos solidários, muitos dos valores considerados como sendo da economia tradicional ainda vigoram. Observa-se ainda, concordando com Gaiger (2008), que há a presença de valores híbridos nas atitudes dos trabalhadores, levando a comportamentos pouco altruístas.

Sendo assim, questiona-se o quanto a economia solidária é orientada segundo padrões ideais de valoração, onde se espera que os participantes dos empreendimentos se engajem em valores muitas vezes desconhecidos deles? Questiona-se ainda, o quanto faltam pesquisas que desmistifiquem ou confirmem a “naturalização” dos valores atribuídos à economia solidária? E mais, caso se descubra que tais valores estão distantes da realidade, o quanto todo um arcabouço explicativo teria que ser revisto?

Assim, entende-se que mais pesquisas que estudem com proximidade a prática dos trabalhadores da economia solidária poderiam subsidiar melhor trabalhos que busquem entender como os valores de trabalhadores na economia solidária estão se apresentando em cada contexto estudado. Ou seja, ao invés de partir do macro – de princípios e valores da economia solidária para posterior aplicação no campo – sugere-se partir do micro – da realidade dos empreendimentos – para então verificar quais os valores e soluções que os indivíduos querem buscar. Quem sabe assim, valores deixem de serem variáveis secundárias de pesquisas sobre economia solidária, tidos como dados naturalizados, para tornarem-se variáveis principais e dignas de muitos e bons estudos.

7 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão sistemática de artigos brasileiros produzidos e indexados no Brasil sobre a temática de valores e economia solidária. Ao final desta análise, percebe-se que a temática é explorada de forma escassa junto à produção nacional, assim como ainda permeada por questões que dificultam seu entendimento e disseminação junto à comunidade acadêmica e científica. Conjecturamos que os valores são preposições de alto impacto na economia solidária, uma vez que esses são fatores determinantes para a percepção do trabalho e, conseqüentemente, o funcionamento das equipes que se constituem no modelo supracitado de economia solidária.

Sugere-se aprofundamento na temática junto a pesquisas quantitativas, maior exploração de revisões que privilegiem os conceitos de valores utilizados assim como estudos exploratórios em diferentes contextos com o intuito de verificar de forma empírica os impactos desses valores na atuação de grupos e suscitar a produção em diferentes regiões brasileiras. Por fim, destaca-se a necessidade de constância no estudo de valores, uma vez que é um campo incipiente em investigações e com alto potencial de contribuição para o entendimento do funcionamento individual e grupal na economia solidária.

Cabe ressaltar que esse não pretende esgotar a sua discussão nesse momento, mas sim suscitar a leitura de novos contextos e a inclusão do olhar voltado aos valores dentro dessa prática. A principal contribuição do artigo pode-se traduzir na possibilidade de mapeamento e entendimento de lacunas na produção, elucidando aspectos a serem explorados em futuras pesquisas que privilegiem a atuação de valores no campo da economia solidária.

Referências

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária. Sociologias**, n. 21, p. 282-317, 2009.

BAIBICH, M. E. S., MARTÍNEZ-HERNÁEZ, A. Reflexões acerca das contribuições da psicologia no campo da saúde mental e trabalho. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 6 n. 13, 2014.

BARRETO, Raquel O. PAULA, Ana P.P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **CADERNOS EBAPE**, v. 7, n. 2, artigo 2, Jun. 2009.

BENATO, João V. A. **O abc do cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: ICA/OCESP, 1994.

BORGES, L. O., YAMAMOTO, O. O mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. *In* ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.), **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 25-109.

CARVALHO, V.D.; FREITAS, T.A.; BOAS, E.M.V. Valores do trabalho em empreendimentos solidários: estudo de caso entre os membros de uma cooperativa de coleta e reciclagem de lixo. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS**, Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. v. 4, n.1, jan./jun. 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GAIGER, Luiz I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Rev. Katál.** v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008

GAIGER, L. I. A. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **Anais...** XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu, 1999.

GONÇALVES, Alicia F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál.**, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008

GUERRA, A. C. **Os valores da economia solidária e os valores do trabalho:** um estudo em empreendimentos econômicos solidários. 157 fl. Tese (Doutorado em Administração)- Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 23, 1999.

PORTO J.C., TAMAYO, A. Escala de valores relativos ao trabalho – EVT. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 145-152, 2003.

_____; PILATI, R. Escala revisada de valores relativos ao trabalho – EVT. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p. 73-82, 2010.

RAZETO, Luis. **Los Caminos de La Economia de Solidariedad**. Buenos Aires: LUMEN-HVMANITAS, 1997.

ROS, M.; SCHWARTZ, S.H.; SURKISS, S. Basic individual values, work values, and the meaning of work. **Applied Psychology: An International Review**, v. 48, n. 1, p. 49-71, 1999.

SANTOS, Ana M.M.; DELUIZ, Neise. Economia popular e educação: a experiência de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 22, n. 2, p. 159-190, 2009.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n.2, 2009.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, v. 50, p. 19-45, 1994.

SELIGER, Martin. **Ideology and Politics**. New York: The Free Press, 1976.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (org). **A economia solidária no**

Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-28.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUTO, Jean Martins; SILVA, Rúbia. Relação capital-trabalho nas organizações capitalistas contemporâneas: A evolução dos mecanismos de controle. **READ- Revista Eletrônica de Administração**, v.11, n.3, 2005.

Análise do perfil dos empreendedores de economia solidária que participam do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas/RS

Roseana Benelli Pessy

Robinson Henrique Scholz

1 Introdução

O mercado se posiciona no início do século XXI apresentando características relacionadas a escassez de recursos humanos qualificados e crescente competitividade econômica. As consequências deste cenário são organizações que buscam cada vez mais profissionais que tenham um perfil adequado às competências individuais exigidas por este mercado. Fala-se sobre criatividade, iniciativa, ousadia e inovação.

O perfil dessas pessoas foi estudado pelo empreendedorismo, que foi popularizado pelo economista Joseph Schumpeter (1945). Segundo ele, o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente, apropriando tempo e esforço necessário para uma atividade, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais, tornando estas suas recompensas de satisfação profissional e pessoal. O empreendedorismo tem sido muito difundido no Brasil nos últimos anos, intensificando-se no final da década de noventa durante a abertura desta economia, já que neste período houve crescente participação de pessoas com menos condições financeiras. Nessa época, mudanças nos fatores estruturais de ordem econômico-social fizeram surgir, em paralelo à economia solidária, sendo uma forma de economia baseada na colaboração como alternativa de renda eficiente para o empreendedor com poucos recursos disponíveis. Popularizou-se tanto que se expandiu com a entrada de instituições e entidades financeiras, as quais forneciam incentivos ao desenvolvimento

sustentável e apoiavam associações comunitárias e articulações de cooperativas sociais.

Em 2014, são 27 fóruns estaduais espalhados pelo Brasil distribuídos em vários fóruns locais e regionais com muitos participantes (empreendimentos, cooperativas de economia solidária e entidades de apoio), que se juntam com a finalidade de incentivar e fortalecer a união de empreendimentos econômicos solidários e criarem novas organizações de abrangência nacional.

Acredita-se que com o passar dos anos, a economia solidária tem se fortalecido por meio de seus empreendimentos, motivando e ajudando as pessoas a colocarem em prática suas ideias, buscando com isso novas oportunidades de ganhos. Relata Dornelas (2008) que o talento das pessoas empreendedoras pode ser caracterizado por algumas atitudes importantes como percepção, objetividade, dedicação e quão dispostas estão a trabalhar, pois esses talentos, ao abrirem seus próprios negócios, geram oportunidades de crescimento, diversificação e desenvolvimento para a economia e sociedade local. Salienta Souza (2004, p. 58) que “desenvolver perfil empreendedor é capacitar a pessoa para que ela crie, conduza e implemente o processo de elaborar novos planos de vida”. Entende-se que a formação empreendedora é baseada no desenvolvimento do autoconhecimento com ênfase na perseverança, imaginação e na criatividade associada à inovação.

Deve-se levar em consideração que, devido à acirrada competitividade existente nos dias de hoje, os empreendedores de economia solidária necessitam estar constantemente melhorando seu desempenho nos processos e no gerenciamento de suas estratégias para que possam dar continuidade ao trabalho oferecido. Pode-se observar que existe certa dificuldade para que esses empreendedores persistam com o seu negócio devido, muitas vezes, à falta de motivação e de capital próprio. Diante disso, a questão que orienta este artigo é: Qual é o perfil dos empreendedores de economia solidária que participam do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas? Dessa forma, o objetivo geral deste artigo busca analisar os diversos perfis dos empreendedores de

economia solidária de Canoas (RS). Para atingir este objetivo, desmembram-se os seguintes objetivos específicos: a) estudar quais são os fatores que favorecem e obstaculizam a abertura do negócio; b) mensurar a percepção deles em relação aos riscos para se empreender; e c) identificar o perfil desses empreendedores. Diante das conceituações descritas, são apontados os objetivos gerais e específicos deste estudo, os quais são baseados em pesquisas bibliográficas e técnicas de pesquisa.

O presente estudo, buscou apresentar uma análise e observações sobre o perfil dos empreendedores que fazem parte do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas/RS, mostrando que nos últimos anos são crescentes as ações de economia solidária na região de Canoas, sejam elas como atividade principal, em que 90% destes são mulheres com idade superior a 38 anos como forma de complementação de renda, ou ainda, como fonte de renda principal.

Aprofundando o problema de pesquisa proposto, de acordo técnicas e análises vigentes nos dias de hoje, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira seção é a abordagem do referencial teórico que sustenta a pesquisa. A segunda descreve a metodologia. Na terceira se discutem a análise dos dados e os resultados alcançados. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2 Breve histórico do empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo está presente desde a história contemporânea, sendo considerado até hoje um fenômeno global, pelo modo de produção nos mercados de trabalho e na formação profissional dos empreendedores. Afirma Dornelas (2008, p. 5) que “o empreendedorismo surgiu no século XX, este período foi marcado pelo início da maioria das invenções que revolucionaram o estilo de vida das pessoas na época”. Alguns conceitos foram predominantes por um determinado período, porém se observa com o passar do tempo que o contexto de empreendedorismo vem se modificando. A partir da descaracterização dos

movimentos teóricos, o conceito de empreendedorismo ganhou forças e mudou a forma de se fazer negócio no mundo. Complementa Bulgacov (2006, p. 25) que “descrevendo a existência de uma mudança observada a partir do século XXI, na qual foi ocasionada pelo o aumento do estímulo ao espírito empreendedor, enfatizando cada vez mais formas de novos negócios”.

O empreendedorismo é derivado da palavra empreendedor (*entrepreneur*) que tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo. Empreendedorismo, em si, é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, e a perfeita implementação dessas oportunidades as levaram à criação de negócios de sucesso. O empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Sociedade Brasileira para Exportação de *Software* (SOFTEX) foram criadas e começaram a incentivar a inovação, bem como a prestar auxílio e esclarecer dúvidas para pequenos empreendedores. A Economia Solidária (ECOSOL) também é uma forma de empreendedorismo, os quais são empreendimentos ou cooperativas solidárias, formadas por grupos de pessoas trabalhadoras que vivem das ações coletivas em diversos setores produtivos.

De acordo com pesquisa feita em 2011 pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), organização que estuda em níveis detalhados o comportamento das pessoas em relação à criação e gerenciamento de novos negócios, a fim de entender a mentalidade empreendedora no Brasil, o Brasil, em relação ao conhecimento para abertura de novos negócios, encontra-se em 15ª posição se comparado a outros 54 países. Nesta posição o percentual é maior para empreendedores em estágio inicial que afirmam ter mais conhecimento sobre pessoas que começaram um novo negócio nos últimos dois anos que empreendedores já estabelecidos no mercado; e isto se justifica devido ao fato de os novos empreendedores buscarem mais informações sobre o processo de empreender e com isso tendem a entrar mais em contato com outros empreendedores. O pro-

cesso empreendedor de um país depende muito de como se identifica e avalia as oportunidades sobre as necessidades de mercado e o potencial da concorrência, segundo a citação abaixo:

[...] o processo empreendedor de um país depende, ao menos em parte, de indivíduos que sejam capazes de detectar oportunidades no ambiente em que vivem e da capacidade de transformar tais oportunidades em negócios reais. A qualidade e quantidade das oportunidades detectadas, bem como a crença na capacidade de empreender podem ser influenciadas por diversas condições - tais como o nível de desenvolvimento econômico de seu país, cultura, e educação. Sendo assim, é importante considerar que grupos demograficamente diferenciados podem ter diferentes percepções sobre oportunidades e capacidades, dadas as peculiaridades culturais, históricas e socioeconômicas específicas de cada país. (ANDREASSI, 2001, p. 24).

Em relação ao acesso ao mercado no Brasil, conforme o Portal dos Empreendedores publicou em 2007, foi feita uma pesquisa pela GEM (2007), que mede as taxas de empreendedorismo mundial, a qual mostra um balanço das opiniões dos especialistas e empresários, sobre oportunidades existentes no país, que são os principais atrativos às atividades empreendedoras, graças às diferenças regionais e de classe social no país. Salienta Souza (2004, p. 58) que “a educação e capacitação são consideradas como a base de um processo contínuo de desenvolvimento”, e nas escolas brasileiras falta formação empreendedora desde a educação das crianças até o ensino superior. Conforme as pesquisas, as instituições de ensino estão focadas para preparar as pessoas para serem funcionários.

Segundo o Sebrae, há informações que os municípios estão aderindo em favor de seus empreendedores por meio de ações como implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas a fim de trazer benefícios, tais como diferenciação no recolhimento tributário, criação de linhas de crédito específicas para o empreendedorismo e facilitar o acesso ao crédito para médias e pequenas empresas.

3 O Perfil do empreendedor

Para o termo empreendedor existem muitas definições, mas uma das mais antigas e que talvez melhor reflita o espírito empreendedor seja a falta de Joseph Schumpeter (1945): “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

De fato, ainda hoje o empreendedor é considerado como uma pessoa criativa, que tem capacidade de organização e planejamento, habilidade para trabalhar em equipe, tem visão de futuro e coragem para assumir os diversos riscos que uma carreira de empresário pode ter. De acordo com Filion, o empreendedor também pode ser caracterizado:

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION, 1999, p. 19).

Ainda segundo Filion (1999), pode-se ter dois tipos de empreendedores: os voluntários e os involuntários. Conceituada nos anos 1990, a categoria involuntários é constituída por recém-formados e pessoas demitidas, que encontravam dificuldades em obter um novo emprego. Esta dificuldade fez com que se motivassem a criar seu próprio negócio, onde a inovação não seria considerada. Os empreendedores do tipo voluntários são aqueles motivados por objetivos diferentes, como a vontade de ganhar dinheiro, desejo de sair da rotina, ser seu próprio chefe, necessidade de mostrar aos outros que é bem-sucedido, desejo de criar algo que o beneficie e que beneficie aos outros também.

Para Dornelas (2008), empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação dentro de si, eles gostam do que fazem e identificam oportunidades, ficando atentos às informações. Sabem que as

chances melhoram quando seu conhecimento aumenta. O autor complementa ainda que a decisão de ser um empreendedor pode ocorrer aparentemente por acaso, mostrando fatores que influenciam na decisão.

A decisão de tornar-se um empreendedor por acaso ocorre devido a fatores externos, ambientais e sociais, aptidões pessoais ou a um somatório de todos esses fatores, que são críticos para o surgimento e o crescimento de uma nova empresa. O processo empreendedor inicia-se quando um evento gerador desses fatores possibilita o início de um novo negócio. (DORNELAS, 2008a, p. 24).

Conforme já apresentado, é possível observar a importância do empreendedor em manter-se com uma visão ampla sobre as mudanças de mercado, a fim de garantir seu sucesso no mundo dos negócios, já que hoje existe muita concorrência. Complementa Dornelas, (2008, p. 17), que “o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do administrador e alguns atributos pessoais”, que, somados às características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa. Ainda sobre a questão do perfil, Farah *et al.* (2008) salientam que o empreendedor possui as seguintes características: capacidade de assumir riscos calculados; sabe aproveitar oportunidades, tendo iniciativa e força de vontade; busca informações e conhecimento do ramo empresarial; planejamento e senso de organização; liderança, comprometimento pessoal e otimismo; persistência e espírito empreendedor. Entretanto, pode-se destacar que dificilmente o empreendedor possui todas essas características, contudo existe a possibilidade de adquirir ou aprimorar uma característica através de treinamentos para o empreendedor que deseja ter um melhor desempenho frente ao seu negócio (FARAH *et al.*, 2008).

No sentido de reafirmar as características do empreendedor, Hashimoto (2010, p. 7) orienta que:

Não existe pessoa alguma que possua todas essas características. O que existe é uma pessoa dotada das características mais apropriadas para um determinado momento e lugar. O empreendedor surge em um contexto situacional, no qual suas habilidades

são evidenciadas, de forma que as pessoas possam presenciá-las e associá-las a sua imagem.

No mundo de hoje existe um cenário muito competitivo, que tem levado muitos trabalhadores a buscar outras alternativas de renda, as quais venham a suprir as lacunas deixadas pela exclusão da economia formal e do desemprego. Em consequência disso, o Brasil está com uma expansão grande de empreendimento, criando a livre associação dos trabalhadores e tendo como base a autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Para Gaiger (2004), empreender na economia solidária é respeitar as características de cada um que trabalha nos empreendimentos solidários explorando suas virtudes e apoiando-se nas forças geradas pela união dos trabalhadores. A união coletiva desses sujeitos faz com que consigam conduzir a organização e a gestão dos fatores produtivos dos empreendimentos, assim como a realização das metas propostas.

Portanto, acredita-se que qualquer pessoa é um empreendedor em potencial, assim como pode passar sua vida inteira sem demonstrar suas características empreendedoras. Os empreendedores de economia solidária são pessoas que muitas vezes não nascem com o perfil empreendedor, mas pela necessidade de ter que gerar renda para sobreviver montam em conjunto associações produtivas.

4 Riscos e fatores para empreender

O desafio para o empreendedor está em conhecer os riscos que podem estar ligados ao seu futuro negócio e assim procurar minimizá-los, pois assumir riscos é uma situação própria a todo processo de empreendedorismo. Entretanto, se o empreendedor conseguir identificá-los e se preparar para encará-los, as chances de seu empreendimento dar certo aumentam significativamente. Conforme Hashimoto (2010, p. 145), “o empreendedor não é um aventureiro, ele nem sempre assume risco, ele sabe ponderar todos os prós e os contras e, mesmo assim, quando assume o risco, faz o que pode para minimizá-lo”. Assim, pode-se perceber que o importante é buscar diminuir os impactos, a probabilidade, as in-

certezas, a complexidade e o número de ameaças, a fim de aumentar a garantia de sucesso do seu negócio.

Complementa Hashimoto (2010) que existem vários elementos que devem ser considerados ao se avaliar um risco, como a probabilidade do percentual de chances que esse risco poderá vir a ocorrer; o impacto que pode ocorrer nos resultados caso o risco aconteça; a incerteza, que faz com que o empreendedor se exponha a determinados riscos desnecessariamente; a complexidade das variáveis envolvidas, pois quanto maior for o número de variáveis em seu negócio, maiores são as chances de algo sair do planejado; as ameaças presentes no mercado, pois um empreendimento pode ser de baixo risco em um contexto, mas se a economia entrar em crise, por exemplo, seu negócio pode passar a ser de alto risco; e, por fim, tem-se as ações alternativas, que são opções do que se fazer para evitar ou sair de uma situação de risco.

Segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), o programa da pesquisa do GEM (2011) é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora, onde limita a duas razões para se abrir uma empresa: a vontade de aproveitar a oportunidade que se apresenta e a necessidade de criar o próprio negócio. Há inúmeras vantagens concretas em criar e operar um negócio próprio. Os empreendedores de economia solidária aqui apontam que por eles não terem gestores, dependem de suas próprias decisões, precisando inovar e experimentar novas ideias para estimular sua criatividade. Na economia solidária é diferente a forma de se empreender, pois a empresa não tem dono, todos são proprietários do negócio desenvolvendo trabalho coletivo e compartilhando os meios de produção, que se traduz uma gestão em conjunto, chamada autogestão.

Colabora Singer (2003) que na vivência da autogestão os trabalhadores reagem aos processos de exclusão que foram enquadrados pelo desenvolvimento do capitalismo, respeitando o próximo dentro dos princípios do coletivismo que se expressa na gestão participativa. Essa gestão é um processo de trabalhar todos unidos em busca de um mesmo objetivo, mudando de postura, respeitando a opinião de todos sem ter alguém

que manda e outro que obedece. A autogestão se constrói no dia-a-dia a partir de conversas e informações que cada um contribui.

5 Empreendedorismo social e economia solidária

Nos últimos 15 anos, a população vem adquirindo a consciência de que é necessário agir para que tanto o meio ambiente quanto as diversas classes sociais não sejam prejudicadas com o progresso e o avanço da tecnologia, surgindo assim o empreendedorismo social.

Segundo o Portal Brasil (2012), o empreendedorismo social é um conjunto de ações empreendedoras que tem como objetivo a melhoria da sociedade, trazendo medidas sociais e lucrativas. Trabalham para conseguir resultados positivos, implantando medidas sustentáveis para conciliar com a tecnologia, oferecendo produtos e serviços com qualidade, preço mais baixo e reaproveitando matéria-prima não utilizada pelas empresas. O empreendedorismo social tem como características particulares: o comunitarismo, que visa ao envolvimento comunitário para despertar as necessidades conjuntas, viabilizando-as com o apoio de todos da comunidade; à sustentabilidade, que dá autonomia às pessoas integrantes do grupo, tornando-as independentes agentes autônomas transformadoras da realidade em que estão inseridas; à integração, que busca trazer benefícios para o desenvolvimento das redes de cooperação em uma sociedade específica para harmonizar as diferentes forças que as compõem.

É importante enfatizar que o desenvolvimento social, conforme demonstram Netto e Bernardes (2012), significa um movimento não desigual, ou seja, movimento com redução de desigualdades na inclusão social, permitindo assim maior aproveitamento de conhecimento e poder, resultando em um ambiente mais significativo para todos os membros da associação. Com isso, podem-se apontar diferenças entre o empreendedor e o empreendedor social. Dornelas (2008) descreve que o empreendedor trabalha pela obtenção do crescimento e lucro de sua

organização, resultando em medidas positivas, já o empreendedor social trabalha para estabelecer medidas e estratégias que apresentem um retorno social e ambiental positivo.

De acordo com o Portal Brasil (2012), a economia solidária surge resgatando as lutas históricas dos trabalhadores contra o capitalismo. E no Brasil, ela ressurge no século XX como resposta dos trabalhadores no combate à exclusão no mercado de trabalho, ou seja, o desemprego. Segundo Singer (2004), as organizações de economia social e solidária compõem redes sociais alimentadas pela solidariedade, cooperação e interação com o Estado. O autor frisa ainda que essas empresas são produtoras de ações que geram capital social propiciando ações conjuntas, a fim de valorizar o fortalecimento dos laços de solidariedade. Em conjunto com essas organizações têm-se as incubadoras universitárias de empreendimentos solidários, que vêm surgindo no Brasil como forma de incentivar a produção e o acesso ao conhecimento por parte da população mais excluída do ambiente profissional. Caracterizando, desta forma, a economia solidária como eficiente fonte de geração de renda e excelente maneira para estabelecer relações sociais entre pessoas, no atendimento às suas necessidades em todas as esferas.

Uma das formas políticas de organização do movimento da economia solidária são os fóruns, que têm o objetivo de discutir propostas para a melhoria nos processos de comunicações, operações, administrativos, além de demandas normativas, este último que orienta na utilização de regras de comum acordo. Em segundo momento, as feiras são a canalização de esforços dos processos citados acima, como reflexo das propostas e regulamentos discutidos e formalizados nos fóruns. É um espaço, de maior visibilidade, disponibilizado aos empreendedores para comercialização de seus produtos. Na próxima seção é apresentada a forma de estudo utilizada para fundamentar este artigo.

6 Método

Nesta seção, apresenta-se o método utilizado na pesquisa, expon-

do os caminhos construídos para a coleta e análise dos dados. A metodologia explica o tipo de pesquisa utilizada, o tratamento dos dados e as formas de tabulação, com vistas a evidenciar os resultados da pesquisa. Caracteriza Lakatos (2001, p. 83) que “a metodologia é considerada como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, permite alcançar os objetivos e conhecimentos válidos, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador”.

Conforme a proposta desta pesquisa, que prima pela compreensão do desenvolvimento do empreendedorismo nos empreendimentos de economia solidária, evidencia-se a relevância do tema que tem se mostrado como um grande aliado na maneira para contribuir com a economia e o desenvolvimento do país. Dentro desse contexto, o objeto de estudo é a análise do perfil empreendedor dos empreendedores que participam do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas/RS, além de apurar alguns motivos que os fizeram participar dos empreendimentos. Assim, apresenta-se como método a realização de uma pesquisa quantitativa, contendo 13 perguntas aplicadas a 47 empreendedores no período de 5 a 10 de maio de 2014, durante a 23ª Feira de Economia Popular Solidária de Canoas (RS), na qual são comercializados artesanatos e alimentos, com produtos variando entre R\$ 5,00 a R\$ 200,00, na perspectiva de criar oportunidade para inclusão social e de desenvolvimento econômico. Foi aplicado o questionário para obter informações específicas dos entrevistados. Esse questionário apresentou perguntas fechadas de escolha única e de múltiplas alternativas, estruturado na escala de Likert, que é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os entrevistados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Segundo Dmitruk (2004), o questionário é constituído por uma série de perguntas ordenadas que requerem observações de normas precisas.

Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se a estatística descritiva que “descreve alguma coisa, normalmente, características ou funções de mercado” (MALHOTRA, 2012, p. 61). Isso se deve ao fato de

apresentar resultados quantificados, na forma de frequência ou porcentagem, o que normalmente dá mais segurança para a tomada de decisão. Esse tipo de pesquisa auxilia a determinar, avaliar e selecionar o melhor curso de ação em determinada situação.

Na seção a seguir, são apresentados os dados coletados, a análise e a discussão sobre os mesmos, buscando respostas aos objetivos propostos na pesquisa.

7 Análise e discussão dos dados

A coleta de dados possibilitou traçar o perfil dos empreendedores de economia solidária de Canoas, considerando que esses grupos informais possuem variados históricos de constituição e atuação na perspectiva da economia solidária. Para conhecimento, são compostos por grupos oriundos de políticas públicas da assistência social; de fomento originado nas instituições religiosas, bem como por um processo natural de constituição dos mesmos, por aproximação e identificação de oportunidade de geração de trabalho e renda. Estes empreendimentos solidários têm como objetivo comum diminuir as causas do desemprego desenvolvendo alternativas de geração de renda, trabalho em conjunto e aprendendo a trabalhar com uma nova técnica de cooperação. A 23ª Feira de Economia Popular Solidária de Canoas é composta por 42 expositores e, dentre esses, trabalham em média aproximadamente 126 empreendedores. Foi selecionada uma amostra de 47 pessoas, equivalendo a 37% da população total que respondeu ao questionário proposto.

A partir da análise estatística descritiva dos questionários que foram respondidos, pôde-se constatar que 91% dos entrevistados são mulheres e apenas 9% homens. Isso demonstra que cada vez mais as mulheres tornam-se responsáveis por subsidiar financeiramente as suas famílias, e que o campo da economia solidária é fértil neste aspecto como alternativa para as mulheres urbanas. Segundo Guérin (2003), a economia popular solidária demonstra uma possibilidade de alternativa

as diferenças entre os sexos, tratando-se de uma organização que visa à solidariedade e cooperação entre seus participantes. Faz com que as mulheres se juntem para fazer valer os seus direitos, a fim de superar as desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais.

Prosseguindo a análise, 47% dos entrevistados têm acima de 46 anos, 38% estão entre a faixa etária de 39 a 45 anos, enquanto 9% possuem faixa etária de 32 a 38 anos de idade e apenas 6% possuem a idade entre 25 a 31 anos. Adequando a idade com a escolaridade dos entrevistados, nota-se que a grande maioria deles, 51%, possui Ensino Médio completo. Já 21% possuem Ensino Fundamental, 13% Ensino Médio incompleto, 11% ensino superior, 2% Ensino Fundamental incompleto e 2% analfabetos. Pela análise mostrada acima, tem-se evidenciado que as pessoas mais velhas tiveram menos oportunidades de seguir no ambiente profissional, buscando uma nova alternativa de renda, devido à falta de escolaridade e por quererem fazer algo produtivo, demonstrando seu trabalho e sua criatividade já que a economia solidária abre espaço para esse tipo de trabalho.

Em relação ao ramo de atuação dos empreendedores e as suas características pessoais, foi constatado que 85% dos entrevistados trabalham com o ramo de artesanato e apenas 15% no ramo da alimentação. Eles demonstraram estar ali porque gostam do que estão fazendo, se sentem bem em trabalhar com igualdade de direitos, segundo os dados qualitativos do questionário. Conforme entrevista, Singer (2008) descreve que os empreendimentos de economia solidária são comandados pelos trabalhadores coletivamente de forma democrática, ou seja, cada membro tem direito a um voto. Dentro desta interpretação, percebe-se que há uma potencialidade de se ter maior autonomia nas práticas artesanais, pois a criatividade é expressa de forma individual, mas que está gestada entre os trabalhadores de um empreendimento. Segundo Fillion (1999, p. 19), “o empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos”. Esta gestão vai ao encontro do que é proposto como princípio à autogestão, que, conforme Cattani (2009) é um projeto democrático que privilegia a democracia,

constituindo um processo em que voluntariamente, sem perceberem a remuneração e sem recorrerem a intermediários, os membros debatem sobre todas as questões importantes dos empreendimentos.

Quando questionados sobre o que os motivou a participarem da economia solidária, 49% deles responderam, que foi por causa de renda associada à falta de qualificação, o que comprova o que Singer (2004) descreve: que a economia solidária surge a partir do estrangulamento financeiro do país como uma alternativa de propiciar uma nova oportunidade de gerar renda. Outros 30% dos respondentes assumiram que é apenas uma complementação de renda, pois já têm uma renda fixa e estão ali para mostrar seus produtos criados, cooperar umas com as outras, trocar informações e até mesmo arriscar-se de seus produtos não serem aprovados pela população. E apenas 21% afirmaram que foram convidados a participar. Pela análise feita, o perfil empreendedor dos entrevistados mostra que muitos deles não nasceram com uma característica empreendedora formada, mas com o tempo foram adquirindo essa característica para buscar melhor condição de vida. De acordo com Dornelas (2008), empreendedores possuem motivação dentro de si, gostam do que fazem e identificam oportunidades ficando atentos às informações.

A análise dos entrevistados sobre a concordância de que a economia solidária abre espaço para toda a classe social aprender a administrar seu negócio, todos os entrevistados concordaram plenamente com essa questão. Segundo Singer (2004), nos empreendimentos de economia solidária existe a troca de informações, a cooperação uns com os outros e a caracterização pela igualdade de direitos, onde se aplica o princípio da autogestão, que mostra o nível de participação alcançado pelos membros. Esse método de organização faz com que todos aprendam a lidar com suas dificuldades.

Prosseguindo as análises, 94% dos entrevistados concordaram plenamente que a economia solidária é considerada um novo modelo econômico. De acordo com Singer e Souza (2003, p. 13), “pelo seu modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo”, como alternativa de

gerar renda e trabalho a uma resposta positiva sobre a inclusão social. E apenas 6% concordaram parcialmente, passando que a economia solidária depende muito dos fatores políticos para se concretizar como um novo modelo econômico.

Também foi constatado que 51% dos entrevistados concordam plenamente que os cursos oferecidos são eficazes e que se aprende significativamente. Os cursos de artesanato ganham destaque, os quais reaproveitam diversos materiais, descartados por empresas de ramos diversos. Assim, colocam em prática a criatividade individual de cada empreendedor, que serve como uma qualificação social e profissional. No entanto, 13% concordam de forma parcial sobre a eficácia dos cursos ministrados, observando que a qualidade varia de acordo com o tema abordado. Outros 16% afirmam ser indiferente, pois nunca participaram dos cursos por acharem que não precisam, devido à acomodação, que, segundo Netto e Bernardes (2012), cada empreendedor busca seus próprios objetivos, sendo capazes de alcançarem seus níveis de satisfação com relação à aprendizagem. E por estarem satisfeitos com a atual perspectiva de seus negócios, procuram participar somente junto aos grupos e espaços informais o aprendizado com trocas de experiências. E apenas 2% não concordam plenamente com a qualidade do curso informando que os métodos ensinados são muito básicos para eles.

Também foi questionado se os empreendedores da economia solidária pesquisados procuram estar constantemente atualizados sobre as informações de como executar as tarefas como empreendedor, aplicadas à economia solidária, tais como: revisar processos de produção de seus produtos; auditoria de qualidade; precificação de acordo com o mercado; planejamento orçamentário, entre outros. A grande maioria, 91% dos entrevistados, concorda plenamente, pois se preocupa com tudo o que está acontecendo à sua volta por se tratar de um modelo de autogestão e pela sua participação direta nas atividades dos empreendimentos. Conforme descrevem Singer e Souza (2003), os empreendimentos de economia solidária são voltados para uma gestão democrática, na qual todos têm o direito e o dever de saber de tudo que acontece, além

de precisarem participar de das convenções e fóruns para receberem incentivos e benefícios propostos pelo governo. Já os 9% restantes dos entrevistados concordaram parcialmente, informando que na maioria das vezes é o coordenador do grupo que traz as informações vigentes, mas que mesmo assim ficam atualizados com as informações.

Os entrevistados avaliaram as condições gerais para o desenvolvimento das atividades de economia solidária de Canoas. A partir da análise feita, foi diagnosticada uma percepção positiva das condições oferecidas pela cidade. Parte dos entrevistados, 38%, concorda plenamente com as condições oferecidas e pelo lugar disponibilizado pela prefeitura para expor seus trabalhos, o “Calçadão”, ponto mais movimentado de Canoas, por onde circulam milhares pessoas diariamente. Outros 53% dos entrevistados concordaram parcialmente, pelo fato de analisarem os detalhes das condições, informando que poderia ser disponibilizado banheiro, adequações melhores e mais propaganda sobre a feira. Já 4% não concordam plenamente devido ao espaço ser pequeno e o restante, 4% dos entrevistados, não concorda parcialmente, informando que a estrutura oferecida poderia ser melhor. Relata Dornelas (2008) que o talento dessas pessoas empreendedoras pode ser caracterizados por algumas atitudes importantes como percepção e objetividade, ficando claro que é importante criar vínculos e parcerias com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), onde se desenvolve um meio de ações para o fortalecimento da economia solidária no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando questionados sobre a existência de dificuldade para conseguir acesso ao crédito sendo empreendedor de economia solidária, 47% dos entrevistados responderam indiferente, ou seja, nunca procuraram, sempre tiveram condições e, quando precisaram, pediram ajuda a seus familiares para continuar confeccionando seus produtos. Já 32% dos entrevistados não concordaram plenamente com pergunta, pois informaram que nos dias de hoje está bem acessível em adquirir crédito. Conforme Singer (2008), em entrevista ao Instituto de Estudos Avançados de São Paulo, “foi promovida pelo Serviço Social de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social (BNDES), a versão do microcrédito que aposta no espírito de empreendedorismo individual, incentivando as pessoas pobres a se tornarem empreendedoras”. Outros 13% não concordaram plenamente, apresentaram apenas que, apesar do acesso ao crédito estar acessível, o banco continua exigindo bastante documentação para comprovação da renda. Enquanto 4% passaram que concordam plenamente com a dificuldade do acesso ao crédito, pela demora em conseguir o dinheiro e pela quantidade dos documentos solicitados, outros 4% também concordaram parcialmente com a demora em obter o crédito. Importante ressaltar que houve uma melhora na questão em obtenção de crédito para os empreendedores de economia solidária em comparação aos anos anteriores. Conforme aponta Singer (2008) em sua entrevista ao Instituto de Estudos Avançados, o que pode ser observado nas respostas dos empreendedores que participaram da Feira Popular do Dia das Mães em Canoas.

Foi questionado aos entrevistados se os empreendimentos onde eles estão situados são formalizados, e 53% responderam que não, pois a maioria são pessoas mais velhas e com menos condições financeiras que não querem pagar nenhum tipo de imposto para estarem ali. Colaboram Neto e Bernardes (2012) que o empreendimento informal poderá apresentar dificuldades de crescimento, pois não poderá fazer parcerias efetivas, obter acesso ao crédito e ao subsídio do governo. Os outros 47% responderam que sim, são formalizados e têm orgulho em passar essa informação. Outro questionamento foi sobre se ter um empreendimento formalizado significa possuir regras e normas estabelecidas, sendo registradas oficialmente, e 53% dos entrevistados responderam que concordam plenamente com a afirmação, porque a formalização é capaz de gerar oportunidades, possibilita a emissão de notas fiscais e favorece a participação nas redes de comercialização, passando credibilidade aos clientes. De acordo com Borinelli (2012, p. 7), “a capacidade de se integrarem ao mercado de consumo formal tem, por consequência, a de avançarem para patamares mais elevados de desenvolvimento”. Já 45% concordam parcialmente, informando que acontece muitas vezes das regras e normas não estarem bem claras. E o restante, 2%, respon-

deram ser indiferente, pois recém estão começando suas atividades na economia solidária. Observa-se uma contradição entre o mundo das empresas que cuida para que seu desenvolvimento e crescimento seja voltado para a obtenção do lucro e o mundo da economia solidária, que é voltado totalmente para o desenvolvimento sustentável.

A seguir, apresentam-se as diversas formas de comercialização dos produtos dos empreendedores de economia solidária. Quando questionados sobre o assunto, eles informaram que exercem outro tipo de atividade remunerada; dos entrevistados, 62% expõem em feiras de economia solidária e em outros tipos de feiras, 30% dos entrevistados vendem sob encomenda e em casa de artesão, outros 4% vendem em casa e o restante, 4%, pela internet. Conforme Maximiano (2011, p. 1), o “empreendedorismo está de fato associado a pessoas realizadoras, que mobilizam recursos e correm riscos para iniciar organizações de negócio”. Pode-se perceber que há um grande número de empreendedores voltado apenas para a venda nas feiras de economia solidária, demonstrando quanto crescem os empreendimentos, fazendo com que sejam geradas cada vez mais oportunidades de renda e proporcionando um ambiente mais sustentável.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a Incubadora de Empreendimentos Solidários do Unilasalle Canoas, e a Prefeitura Municipal de Canoas favorecem e auxiliam para o desenvolvimento das atividades propostas pelos empreendedores, atuando na capacidade técnica, administrativa e política das pessoas envolvidas nos empreendimentos, através dos fóruns e feiras populares de economia solidária. Já o fator que obstaculiza abertura do negócio é a forma de pensar do próprio empreendedor, que mostra resistência ao sucesso da abertura do negócio devido a uma característica pessoal comum de quase todos os entrevistados: ausência de vontade para superar os problemas que aparecem. Observa-se nos empreendedores de economia solidária uma série de dificuldades na percepção de riscos, pois eles relatam que há problemas de gestão para a elaboração de estratégias no processo produtivo e na venda dos seus produtos. O interessante é que o perfil deste empreendedor

estudado é, em sua maioria, mulheres com ensino médio completo que optaram pelo artesanato como sendo a escolha mais apropriada para investir seus esforços na busca por sucesso profissional e por novas experiências. E mais, baseando-se na experiência da pesquisa quantitativa aplicada, observou-se que apenas 40% dos entrevistados demonstraram preocupação com a qualidade do seu produto ofertado e com a criatividade na exposição dos seus produtos, para buscar o crescimento do empreendimento.

Após esta análise dos dados, são apresentadas as considerações finais da pesquisa na seção a seguir, intentando respostas ao objetivo e à questão problema e contribuir com reflexões pertinentes ao campo investigado.

8 Considerações finais

O presente artigo procurou analisar o perfil dos empreendedores de Economia Solidária que participam do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária de Canoas, ficou constatado que tornaram se empreendedores por acaso, devido a fatores externos e sociais que os encorajou a buscar outra alternativa para suprir a necessidade de trabalho ou de apenas complementação de renda, os empreendedores em estudo demonstraram as seguintes características empreendedoras: gostam do que fazem, possuem motivação dentro de si e buscam informações e conhecimento do seu ramo de atividade. São representados por 91% mulheres, metade destas com Ensino Médio completo e a outra metade dividida entre Ensino Fundamental e ensino superior. Também se observou a faixa etária dividida entre 39 a 45 anos e acima de 46 anos. Além disto, a pesquisa mostrou uma atividade quase única entre os empreendedores: o artesanato, obtendo 85% da amostra quantitativa, enquanto o restante apresentou foco no ramo de alimentos.

Tabela 1: Perfil dos Empreendedores

Dados de perfil	Quantidade	Percentual
Feminino	43	91
39 a 45 anos	18	38
Acima de 46 anos	22	47
Ensino Médio	24	51
Ensino Fundamental	10	21
Ensino Superior	5	11
Artesanato	40	85
Alimentação	7	15

Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se observar que existe dificuldade para esses empreendedores persistirem com o seu negócio, muitas vezes pela falta de motivação e de capital próprio. Logo, nota-se que existe uma falta de persistência dos empreendedores nos empreendimentos, devido à divergência de foco entre os integrantes que acabam desistindo de seus objetivos. Isto se dá porque os grupos são formados para trabalhar em conjunto e cooperação uns com os outros e não se leva em consideração o objetivo individual de cada membro. Como não houve alinhamento de ideias para o objetivo principal do empreendimento, diferentes objetivos ficam evidenciados, enfraquecendo a cooperação de ambos. Uma maneira de contornar este problema é utilizar-se da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Unilasalle Canoas, como um tipo de consultoria para a formação de grupos aplicados ao mesmo objetivo do ramo de negócio.

É unânime que a formalização do empreendimento é favorável para que se possa crescer e prosperar com as atividades. Porém, há uma divisão muito clara e com percentual de 50% sobre a importância de não ter o empreendimento registrado devido à quantidade de impostos exigidos pelo governo, a serem pagos pelo pequeno empreendedor. Sendo este considerado o maior vilão contra o crescimento do próprio empreendimento, não podendo receber benefícios através de financiamentos futuros. Uma forma de tornar mais atrativa a formalização do

negócio seria a criação de incentivos fiscais para aumento de crédito e benefícios, tais como descontos ou até subsídios, aplicados ao crescimento do próprio empreendimento através de projetos, previamente documentados.

E, ainda, apesar de a Feira Popular de Economia Solidária de Canoas ser um ambiente de venda patrocinado pela prefeitura da cidade, a qual favorece os negócios concretizados, não deveria ser o único meio a ser utilizado. No entanto, apenas cerca de 40% dos empreendedores vendem por meio de outro canal de oferta. O que pode ser feito para corrigir essa situação é a criação de um plano de ação para criar pequenas tarefas, dentro do campo de operações para cada empreendimento, com metas individuais visando à troca de experiências e informações em grupos de discussão, aumentando as chances de crescimento profissional e financeiro.

Conclui-se que, com relação aos pontos citados acima, os veículos de venda basicamente utilizados hoje são as feiras e, em alguns casos, encomendas. Em consideração a isto, a feira é patrocinada e as encomendas são demandas provenientes de clientes, o que leva a deduzir que são profissionais que pensam e atuam dentro de padrões já preestabelecidos. Falta-lhes, neste caso, a iniciativa de formar parcerias com demais profissionais, empresas, cooperativas, canais de comunicação para aumentar a visibilidade de seus produtos, oportunidade de novos negócios e crescimento pessoal e social. Como sugestão para trabalhos futuros, poderia ser replicada esta pesquisa aplicada em conjunto com outras feiras que ocorrem na cidade, analisando os dados desta pesquisa e traçando um perfil mais completo e diversificado do empreendedor, baseando-se na região e área de negócio de atuação.

Referências

- ANDREASSI, T. **Práticas de empreendedorismo** - casos e planos de negócio. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BORINELLI, B.; GONÇALVES, D. M. & DUTRA, I. S. *et al.* Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, n. 167, 2012. Disponível em <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 7 jun. 2014.
- BULGACOV, S. **Manual de gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L. & GAIGER, L. I. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.
- DMITRUK, H. B. **Caderno metodológico**: diretrizes de trabalho científico. 6. ed. Curitiba: [s/ano].
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- FARAH, O. E.; CAVALCANTI, M. & MARCONDES, L. P. (org.). **Empreendedorismo estratégico**: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- FILION, L. J. & DOLABELA, F. **Boa Idéia! E Agora?**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Rausp**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-28, abril/jun. 1999.
- GAIGER, L. (org.). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 417 p.
- GUÉRIN, I. Sociologia econômica e relações de gênero. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**.

São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do empreendedorismo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

IBQP - INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. **Programa Empreendedorismo GEM**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/gem/>> Acesso em: 11 abr. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Ciência e conhecimento científico. In: **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2012.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

PORTAL ADMINISTRADORES. **Impostos e burocracia lideram queixas de empreendedores**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/impostos-e-burocracia-lideram-queixas-dos-empreendedores/10351/>> Acesso em: 20 jun. 2014.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e Justiça**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/empreendedorismo-social->>> Acesso em: 7 abr. 2014.

ROMÃO NETTO, J. V. & BERNARDES, M. A. **Trabalho economia solidária e desenvolvimento social**. São Paulo: Metodista, 2012.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. 3. ed. New York: Harper and Row, 1945.

SEBRAE. **Empreender é ter vontade e oportunidade**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/A-implementa%C3%A7%C3%A3o-da-Lei-Geral>> Acesso em: 11 abr. 2014.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a auto-gestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SINGER, P. **Estudos Avançados Scielo (USP)** - Entrevista com Paul Singer. Economia Solidária: jan/abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020> Acesso em: 2 jun. 2014.

SOUZA, E. C. L.; SOUZA, C. C. L.; ASSIS, S. A. G. *et al.* **Métodos e técnicas de ensino e recursos didáticos para o ensino do empreendedorismo em IES brasileiras**. Curitiba: Anpad, 2004.

Avaliação de desempenho: um estudo da aplicabilidade da ferramenta para o apoio à gestão da Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio - COOTRE

Matheus Pereira Dias

Robinson Henrique Scholz

1 Introdução

No Brasil, a atividade de coleta de resíduo nas ruas não é nova. O processo de industrialização brasileiro, acelerado a partir dos anos 50, e a crescente concentração da população nas cidades, contribuíram para que muitas pessoas que não conseguiram enquadramento no mercado de trabalho encontrassem como meio de sustento a coleta de resíduos. Assim, carroceiros e ferro velhos fazem parte do cenário das maiores cidades brasileiras (ZANIN; FRANCISCONI, 2011). Por meio do trabalho desses catadores é garantida a eles a renda para o próprio sustento.

Diante de oportunidades de empregos cada vez mais escassas, têm se multiplicado iniciativas coletivas empenhadas em criar atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida (CAMP, 2006). Tais iniciativas dão origem aos empreendimentos de economia solidária formados por grupos de recicladores. Com o rápido crescimento desses empreendimentos, surge a necessidade de se desenvolver a gestão dentro dos grupos de recicladores, pois assim como qualquer empresa em crescimento é importante trabalhar com técnicas de gestão de pessoas para o sucesso do negócio.

Segundo Singer (2002), as cooperativas nasceram destinadas a elevar a condição econômica e social dos trabalhadores, apresentando notável destaque no combate ao desemprego. A partir disso, percebe-se que o trabalho em conjunto traz benefícios para os recicladores. De

acordo com Zanin e Gutierrez (2011), os catadores, organizados em cooperativas ou associações, mesmo quando não avançam para operações de beneficiamento ou valorização de seus produtos, apresentam melhores resultados em termos de renda, vendem os resíduos em maiores quantidades, ofertando produtos em melhores condições de limpeza e classificação, barateando o transporte e prensando as cargas para comercialização.

Diante da expansão desses empreendimentos de economia solidária, esta pesquisa busca explorar a possibilidade do uso de ferramentas de avaliação de desempenho como forma de apoio às decisões gerenciais de uma cooperativa de reciclagem.

Para Lucena (1992), o fator humano constitui a força vital para a realização do empreendimento empresarial e o sucesso da empresa apoia-se fundamental e insubstituivelmente na competência, na capacidade inovadora e no desempenho positivo da sua força de trabalho. O autor afirma que um grande desafio para uma empresa é desenvolver qualificação e o potencial de seus colaboradores para obter em contrapartida alto desempenho, aceitação de maiores responsabilidades e comprometimento com os resultados desejados. Entende o autor que a preocupação permanente com o desempenho humano e como torna-lo mais eficaz na obtenção de resultados são pontos de atenção máxima para o aumento da produtividade, objetivando o retorno rentável e a participação no sucesso no negócio.

Entende-se que a cooperativa estudada também tem seu sucesso dependente da participação e empenho dos membros que a compõem. Portanto, o problema de pesquisa: qual a aplicabilidade da avaliação de desempenho como ferramenta de apoio a gestão da Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio? Deste modo, busca-se como objetivo geral analisar se a avaliação de desempenho é benéfica à cooperativa, no intuito de gerar um maior comprometimento dos cooperados, melhores condições de trabalho, resultado financeiro e qualidade de vida. Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, propõem-se os seguintes objetivos específicos: a) estudar as principais ferramentas de avaliação de

desempenho; b) identificar qual ou quais ferramentas de avaliação são possíveis de serem implantadas na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio; c) identificar oportunidades e ameaças para a implementação de ferramentas de avaliação de desempenho na cooperativa estudada.

Esta pesquisa tem finalidade acadêmica, de acordo com resolução do curso de graduação do acadêmico pesquisador, que requisita um trabalho de pesquisa para a conclusão do curso. Também poderá servir para o meio acadêmico, contribuindo com informações relevantes a possíveis estudos em empreendimentos solidários, em virtude da dificuldade de se encontrar bibliografias a respeito do assunto abordado.

No decorrer deste artigo são apresentados os conceitos de cooperativismo e economia solidária, para a compreensão do modelo de gestão do empreendimento estudado, assim como os principais métodos de avaliação de desempenho diante da visão de diferentes autores. Segue-se pela apresentação método usado para a elaboração e análise dos dados da pesquisa e a apresentação da organização. Por fim, apresenta-se a análise dos resultados, sugerindo-se a utilização de uma ferramenta de avaliação de desempenho que contemple o método por competências e 360 graus.

2 Cooperativismo e economia solidária

Devido o empreendimento tratar-se de uma cooperativa de reciclagem, faz-se necessária a compreensão do tipo de organização que é a estudada, partindo-se do estudo de cooperativismo e economia solidária. Para Büttenbender (2011), uma cooperativa pode ser definida como uma associação de pessoas unidas voluntariamente com a intenção de solucionar suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade coletiva, democraticamente controlada por seus sócios.

A Organização das Cooperativas Brasileiras define o cooperativis-

mo da seguinte forma:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (OCB, 2014, p. 1).

De acordo com Carvalho (2011), não existe empregador em uma cooperativa, ou seja, quem a administra são os próprios associados que nela trabalham. Isto é feito através de assembleias. Sabe-se que muitos dos membros de cooperativas de reciclagem já foram catadores individuais que encontraram no cooperativismo uma forma de obterem uma melhor condição de trabalho, qualidade de vida, renda, entre outros benefícios. Da mesma forma, outras pessoas enxergam no trabalho cooperativo de reciclagem de materiais uma forma sustento para si e, muitas vezes, seu grupo familiar, quando se encontram desempregadas. Ainda sim, através do cooperativismo é possível ter acesso a uma fatia maior do mercado e condições mais favoráveis para o alcance de seus propósitos do que quando empreendedor individual.

Carvalho (2011, p. 20) justifica a importância do sucesso social para o sucesso econômico do empreendimento:

A importância do Cooperativismo advém do fato de a cooperativa ser uma empresa de prestação de serviços, na qual o sócio cooperado representa o dono e também o usuário, que torna seu sucesso econômico dependente de seu sucesso social.

Percebe-se, portanto, que o desempenho do grupo de cooperativizados está diretamente relacionado ao trabalho em conjunto que seus associados exercem, conforme regulamentado em estatuto e assembleia, tendo como finalidade o alcance dos seus objetivos. O sucesso do empreendimento se dá por meio de uma administração eficaz e o impacto gerado pelo trabalho realizado, para os membros da cooperativa e comunidade, se dará por meio do bom desempenho dessa organização.

Segundo Schneider (2010, p. 41), “a cooperativa nasce da solidariedade, funda-se sobre o princípio da subsidiariedade e visa realizar o bem comum”. O autor ainda fala que diferente das outras organizações,

sua peculiaridade consiste em visar à melhoria global e integral das pessoas que a compõem, com o intuito de satisfação de suas “necessidades materiais e humanas básicas, e também a obtenção de um justo excedente”.

De acordo com o Portal do Ministério do Trabalho e Emprego (aceso em 10 de dezembro de 2014, p. 1), “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver.” Trata-se de um tipo de economia que não explora os outros, não quer levar vantagem e não destrói o meio ambiente. A economia solidária tem se apresentado como alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta em favor da inclusão social. Nesse sentido, podem ser compreendidas como economia solidária as atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão (MTE, 2014). O Ministério do Trabalho e Emprego apresenta quatro características possuídas pela economia solidária, são elas:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns. Envolve diversos tipos de organização coletiva, como associações comunitárias, empresas autogestionárias, grupos informais produtivos, entre outras organizações;
- **Autogestão:** os membros das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas dos empreendimentos, entre outras ações;
- **Dimensão Econômica:** uma das bases que motivam a agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;
- **Solidariedade:** a solidariedade nos empreendimentos é expressa na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades de desenvolvimento de capacidades e melhores condições de vida dos membros participantes, nas relações com a comunidade local, etc.

Entende-se, portanto, que um empreendimentos associativo, seja cooperativa ou um empreendimentos econômico solidário, é fundamen-

tado em valores que o diferem de uma empresa que tem como objetivo a geração de riqueza. Tais empreendimentos cooperativistas direcionam seus esforços para desenvolvimento do grupo e comunidade e é através do empenho coletivo que o grupo, por meio de um sistema autogestivo, fortalece o empreendimento e obtém os recursos para o benefício dos membros.

Após a caracterização do empreendimento estudado, a seção a seguir iniciará a abordagem teórica da avaliação de desempenho, cuja pesquisa é embasada.

3 Avaliação de desempenho

Sabe-se que a avaliação de desempenho tem sido usada através dos anos como uma ferramenta de apoio à gestão de pessoas, no sentido de medir o desempenho do funcionário, para a condução de estratégias organizacionais.

De acordo com Chiavenato (2009), avaliar é uma ação praticada em todos os momentos, podendo ser direcionada a pessoas, situações e coisas do cotidiano. O autor, Chiavenato (2009, p. 109), diz que “nas organizações, as práticas de avaliação de desempenho não são novas”. A avaliação de desempenho pode ser encontrada já no século IV, conforme citação do autor:

A história conta que no século IV, na fundação da Companhia de Jesus, Santo Inácio de Loyola já utilizava um sistema combinado de relatórios e notas das atividades e do potencial de cada um de seus jesuítas. O sistema consistia em autoavaliações feitas pelos membros da ordem, com relatório de cada supervisor a respeito das atividades de seus subordinados e relatórios especiais feitos por qualquer jesuíta que acreditasse possuir informações sobre o seu próprio desempenho ou de seus colegas. (KOONTZ; O'DONNELL, 1964 apud CHIAVENATO, 2009, p. 110)

O relato do autor é reproduzido por vários autores em suas obras, que consideram esta uma das primeiras evidências de avaliação de desempenho.

Posteriormente, no século XIX, um sistema de avaliação de desempenho foi implantado pelo Setor Público Federal dos Estados Unidos para a avaliação dos funcionários. Porém, somente depois da Segunda Guerra Mundial é que as organizações tiveram amplo conhecimento do sistema de avaliação de desempenho (CHIAVENATO, 2009).

A avaliação de desempenho se conceitua como um acompanhamento sistemático do desempenho das pessoas no trabalho. Consiste em um instrumento de gestão de pessoas, que teve como objetivo inicial acompanhar o desempenho de uma pessoa, avaliando suas atividades (MARRAS; LIMA; TOSE, 2012).

Para Pontes (2010), a avaliação de desempenho é uma metodologia que busca estabelecer contrato com os funcionários da organização, referente aos resultados almejados pela empresa, acompanhar as propostas de mudanças, corrigir os rumos, se necessário, e avaliar os resultados atingidos. O autor ainda diz que, o processo de avaliação consiste em uma definição dos resultados desejados, baseados nas estratégias da organização, através de um acompanhamento diário do progresso, solução contínua dos problemas e revisão final dos resultados atingidos, para a elaboração de propostas futuras.

De acordo com Chiavenato (2009), a avaliação é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa no cargo que ocupa, assim como de seu potencial de desenvolvimento. Trata-se de um processo dinâmico entre o avaliado e seu gestor, representando uma técnica de direção essencial na atividade administrativa.

Para Chiavenato (2009, p. 112), “o desempenho no cargo é extremamente contingencial.” O autor defende a existência de variáveis condicionadas fortemente ao desempenho no cargo. Conforme o autor, o valor das recompensas e a percepção de que elas dependem do esforço são os fatores determinantes do volume de esforço individual que o indivíduo estará disposto a realizar. Existe aí uma relação de custo/benefício. O esforço individual dependerá das habilidades e competências do indivíduo e sua percepção do papel a ser cumprido.

3.1 Objetivos da Avaliação de Desempenho

Nesta seção são apresentados e analisados os objetivos da avaliação de desempenho, considerando os motivos pelos quais as organizações realizam a avaliação. Segundo Chiavenato (2009), a avaliação de desempenho tem sido vista em inúmeras demonstrações, umas favoráveis e outras extremamente contrárias. Em sua maioria, os gestores de organizações salientam que a avaliação é um sistema importante e essencial para o sucesso do negócio, porém, entretanto, uma prática insatisfatória e precária em suas organizações. O referido autor cita um relato de Meyer, Kay e French Jr. (1973) a respeito de um estudo científico feito pela General Eletric Company para verificar a eficácia de seu programa tradicional de avaliação de desempenho. Identificou-se um aspecto fortemente positivo, já que muitas pessoas possuem uma visão favorável a respeito da avaliação e entendem que todo indivíduo deve saber como está seu desempenho no cargo ocupado, ao lado de um aspecto fortemente negativo, visto que são raros os gestores que empregam o programa de avaliação de desempenho por iniciativa própria, apenas fazendo sob cobrança da organização. Os propósitos principais da avaliação de desempenho na General Eletric eram: a) justificar a revisão salarial; b) procurar uma oportunidade do gestor rever o desempenho do subordinado e discutir sobre melhorias.

Para Pontes (2010), os principais objetivos de um programa formal de avaliação de desempenho são:

- a) Tornar dinâmico o planejamento da empresa;
- b) Conseguir melhorias organizacionais, quanto à produtividade, qualidade e satisfação dos clientes, assim como aos aspectos econômicos e financeiros;
- c) Melhorar as competências individuais e da organização;
- d) Estabelecer os resultados esperados das pessoas;

- e) Obter o comprometimento do funcionário com o resultado esperado pela empresa;
- f) Melhorar a comunicação entre os níveis hierárquicos da organização;
- g) Dar constante orientação sobre o desempenho das pessoas;
- h) Gerar informações;
- i) Tornar claro o pensamento de que os resultados são atingidos mediante a atuação de toda a organização;
- j) Estabelecer um clima de confiança, motivação e cooperação entre os membros da equipe de trabalho;
- k) Servir como instrumento propagador de programas de qualidade;
- l) Servir como instrumento de auxílio em decisões de plano de carreira, salário e participação nos resultados da empresa;
- m) Servir como instrumento para levantamento de necessidades de treinamento e desenvolvimento;
- n) Identificar talentos.

Segundo Chiavenato (2009), os objetivos fundamentais da avaliação de desempenho podem ser apresentados em três facetas:

- Permitir condições de medição do potencial humano, para determinar sua plena aplicação;
- Permitir o tratamento dos recursos humanos, considerando-os objetos de vantagem competitiva da organização e cuja produtividade pode ser desenvolvida;
- Fornecer oportunidades de crescimento e participação a todos os integrantes da organização, baseando-se nos objetivos organizacionais e individuais de cada um.

Entende-se, portanto, que a avaliação de desempenho tem como

objetivos principais o desenvolvimento do indivíduo avaliado, baseando-se no desempenho observado da pessoa, o atingimento de metas, considerando as individuais e as organizacionais e o entendimento das necessidades e desafios da organização, para propostas de melhorias futuras.

3.2 Métodos de Avaliação de Desempenho

Para esta seção são trazidos os métodos mais utilizados pelos autores para a avaliação de desempenho, considerando-se os métodos mais tradicionais e os mais atualizados para a prática moderna pelos autores.

De acordo com Pontes (2010), de forma geral, existem duas maneiras de se verificar o desempenho das pessoas: quantitativa e qualitativa. O autor diz que a forma quantitativa é usada para mensurar resultados em termos de objetivos, ou seja, a avaliação dos resultados atingidos em relação aos objetivos propostos. Na forma qualitativa, são combinados desempenhos esperados em relação às competências, seguida de acompanhamento e avaliação final.

Marras, Lima e Tose (2012) citam que Hipólito e Reis (2002) apresentam quatro focos segundo os quais as organizações avaliam o desempenho das pessoas, são eles:

- Foco na aferição do potencial: identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria do avaliado, além de expectativas que se tem em relação ao desempenho que o avaliado pode alcançar;
- Foco no desenvolvimento profissional: identificar o grau de complexidade do trabalho atribuído ao profissional e as competências necessárias para a sua execução, servindo como base às ações necessárias para o desenvolvimento do profissional considerando carreira, capacitação e remuneração;
- Foco na análise comportamental: identificar os comportamentos observáveis no ambiente de trabalho, ou seja, o que os ou-

tros observam das reações do indivíduo durante a realização de suas atividades no dia a dia;

- Foco na realização de metas e resultados: apreciar os resultados atingidos pelo indivíduo avaliado em relação a metas previamente estabelecidas com a organização.

Chiavenato (2009) cita que os principais métodos tradicionais de avaliação de desempenho são os seguintes:

- Método das escalas gráficas: considera-se o método de desempenho simples, sendo o mais utilizado e divulgado. O método avalia o desempenho do indivíduo através de fatores de avaliação previamente definidos. O método é aplicado utilizando formulários, cujos fatores se encontram previamente selecionados para a definição das qualidades a serem avaliadas de cada pessoa. Cada fator poderá retratar um desempenho ótimo ou excelente;
- Método da escolha forçada: consiste em um método de escolha de frases descritivas de alternativas de tipos de desempenho individual. O avaliador deve escolher em um conjunto de duas, ou mais, frases as que mais se aplicam ao desempenho do empregado avaliado;
- Método de pesquisa de campo: consiste em entrevistas com o superior imediato do avaliado, por onde se avalia o desempenho do subordinado, levantando-se causas, origens e motivos do desempenho apresentado, por meio de análise de fatos e situações. Este método, além de um diagnóstico de desempenho, possibilita um planejamento com o gestor a respeito do desenvolvimento no cargo do avaliado e da organização;
- Método dos incidentes críticos: é um método de avaliação de desempenho simples. Consiste em identificar as características do avaliado capazes de levar a um resultado positivo e a um resultado negativo. As consideradas exceções positivas devem ser

realçadas e mais utilizadas, enquanto as consideradas negativas devem ser corrigidas e eliminadas;

- Métodos mistos: consiste em uma avaliação de desempenho que utiliza diversos métodos. Cada organização desenvolve e utiliza seus sistemas de avaliação de desempenho de acordo com a circunstância, sua história e objetivos.

Leme (2006) traz seu olhar para a avaliação de desempenho. De acordo com o autor, a gestão de pessoas não pode basear-se somente no conceito dos *Conhecimentos, Habilidades e Atitudes – CHA*, pois não é suficiente. O referido autor indica a necessidade de um “upgrade” do método, introduzindo a *Complexidade* das funções, atividades, atribuições e responsabilidades que o trabalhador exerce na organização. Com isso, entende o autor, que a complexidade existente na função de cada colaborador deve ser considerado como um quarto fator na avaliação de desempenho. O autor, divide a avaliação de desempenho com foco em competências em 4 perspectivas: técnica, onde se avaliam os conhecimentos técnicos e as habilidades para o desenvolvimento da atividade; comportamental, onde as atitudes do avaliado são consideradas; resultado, avaliado de acordo com o atingimento das metas propostas; complexidade, como o colaborador desempenha sua função, considerando-se a complexidade que nela existe. Tais perspectivas são avaliadas e quantificadas, tendo como finalidade aferir o índice de desempenho do colaborador e identificar onde deve-se trabalhar para melhorar no futuro. A partir dessa avaliação, o coeficiente de desempenho poderá servir de base para a remuneração do colaborador.

Reis (2003) aborda a técnica de avaliação 360 graus, também conhecida como feedback com múltiplas fontes. Esta abordagem tem como característica a avaliação do colaborador por mais de um sujeito. Nesse método de avaliação participam o gestor, colegas, pares, fornecedores, entre outros *stakeholders* e o próprio colaborador realiza uma autoavaliação. Neste caso, são analisadas as percepções que os sujeitos possuem em relação às competências do avaliado.

Entende-se, portanto, que a avaliação de desempenho pode ser aplicada de forma simples ou mais arrojada, variando de acordo com o tipo de organização e objetivos organizacionais. As organizações devem estar conscientes da importância da avaliação de desempenho como um método de gestão de pessoas, capaz de identificar potenciais a serem desenvolvidos, assim como problemas a serem corrigidos, contribuindo para que tanto o funcionário quanto empresa consigam alcançar seus objetivos e propor estratégias futuras para o desenvolvimento, organizacional e individual.

4 Método

Nesta seção são apresentadas as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados da pesquisa. Por meio de métodos e técnicas é possível explorar de forma mais completa as várias situações problemáticas que são passíveis de serem encontradas nas organizações (ROESCH, 2005). O estudo foi desenvolvido pelo método de pesquisa qualitativa, usada quando se pretende melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos (ROESCH, 2005). A pesquisa é de nível exploratório, pois tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2010).

A técnica utilizada na pesquisa foi o método de estudo de caso, pois de acordo com Gil (2010), estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento. Essa pesquisa tem por finalidade identificar se a avaliação de desempenho pode trazer benefícios para a Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio - COOTRE. Os sujeitos da pesquisa são membros da COOTRE, considerados pelo pesquisador àqueles que tenham mais experiência na cooperativa estudada.

Para a pesquisa, foram necessários dados primários e secundários. Segundo Vergara (2007), dados primários são aqueles adquiridos pelo

pesquisador, considerando-se dados secundários, aqueles obtidos por um terceiro.

A pesquisa, a partir de dados secundários, desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se livros de autores conhecidos na área estudada, artigos acadêmicos e demais documentos que contenham dados da cooperativa estudada.

Ainda se utilizou a observação direta e entrevistas semiestruturadas. De acordo com Cooper e Schindler (2011) a observação direta se dá quando o observador se encontra fisicamente presente, monitorando pessoalmente o que ocorre. Ainda segundo os autores, a entrevista semiestruturada consiste em uma interação entre o pesquisador e o entrevistado, podendo levar de 20 minutos a 2 horas, dependendo dos tópicos de interesse e método de contato usado. Foram realizadas 3 diários de campo, resultados da observação direta e as 5 entrevistas semiestruturadas aplicadas nesta pesquisa foram realizadas presencialmente, com os sujeitos escolhidos pelo entrevistador.

Para as entrevistas usou-se tópico guia que se trata de um instrumento de apoio ao entrevistador e que deve ser elaborado após o pesquisador ter realizado o levantamento dos dados importantes que auxiliarão a condução da entrevista (BAUER; GASKELL, 2002). O instrumento é uma lista de tópicos que poderão ser abordados pelo entrevistador, facilitando a entrevista.

A interpretação dos dados coletados, que é apresentada após a apresentação da organização, aconteceu pelo método de análise de conteúdo. Cooper e Schindler (2011, p. 423) dizem que a “análise de conteúdo mede o conteúdo semântico ou o aspecto o *quê* da mensagem”. A análise de conteúdo trata-se de uma interpretação do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados.

4.1 Caracterização da Cooperativa

A Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio - COOTRE

iniciou seu trabalho como Associação de Recicladores e Catadores de Esteio – ARCA. Foi fundada em 2003 tendo como sede a Associação de Moradores do Bairro Votorantin. No ano de 2005, transferiu-se para o Centro de Triagem da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade de Esteio. A Associação era inicialmente composta por oito associadas que realizavam a coleta seletiva um dia por semana. Entre os anos de 2005 e 2012, a cooperativa buscou formação e capacitação junto ao poder público municipal, fóruns regionais de catadores (CATAFORTE), movimento nacional e parcerias (Unilasalle Canoas, Gerdau, CAMP e outras). Desde 2012 a cooperativa realiza a coleta seletiva de Esteio mediante contrato com a Prefeitura Municipal de Esteio. Os principais produtos comercializados são: vidros, plásticos, metais e papeis.

A COOTRE possui subdivisões de trabalho operacional, sendo elas uma área onde fica a esteira, por onde é triado e separado o material reciclável, baias que são usadas para guardar o material que será prensado e onde ficam as prensas, um local usado para a pré-triagem, onde fazem uma separação mais minuciosa do material coletado e um local para o desmanche de materiais eletrônicos. O espaço utilizado como refeitório e a cozinha são cedidos pela prefeitura de Esteio.

A COOTRE conta atualmente com vinte e seis cooperados, sendo que vinte e três trabalham na produção e seis trabalham na administração, visto que alguns dos cooperados que fazem parte da produção também possuem funções administrativas. A administração da cooperativa é composta por um coordenador, um tesoureiro, um secretário e três fiscais, contando ainda com três suplentes. Estes são eleitos através de assembleias realizadas pelos cooperados.

5 Análise e discussão dos dados

Nesta seção são apresentados os dados obtidos por meio da pesquisa e a interpretação dos mesmos, na intenção de trazer a clareza necessária para as considerações em relação ao problema de pesquisa:

qual a aplicabilidade da avaliação de desempenho como ferramenta de apoio a gestão da Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio?

Para que se tornasse possível encontrar fundamentos para o objetivo geral, neste caso a análise da aplicabilidade da avaliação de desempenho como ferramenta de apoio à gestão da Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio, foram definidos os objetivos específicos que são explicitados no decorrer desta seção, sendo eles: a) estudar as principais ferramentas de avaliação de desempenho; b) identificar qual ou quais ferramentas de avaliação são possíveis de serem implantadas na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio; c) identificar oportunidades e ameaças para a implementação de ferramentas de avaliação de desempenho na cooperativa estudada.

5.1. Estudo das Ferramentas de Avaliação de Desempenho

Os estudos realizados sobre as estratégias de avaliação de desempenho apresentam diversas correntes de construção das ferramentas no campo organizacional. Tendo em vista que esta pesquisa remete a um contexto de cooperativa, faz-se necessária uma leitura apropriada que permita a possibilidade de uma adequação das ferramentas frente à lógica de trabalho da COOTRE.

Dos métodos de avaliação de desempenho pesquisados, tais como escalas gráficas, escolha forçada, pesquisa de campo e incidentes críticos (CHIAVENATO, 2009), entende-se tratarem de instrumentos de aplicação da avaliação de desempenho e que, por si só, não configuram um programa de avaliação que visa o benefício individual e organizacional. Com isto dito, é possível elucidar o que muitas vezes ocorre na prática gerencial de uma organização, onde a avaliação de desempenho traduz-se como a aplicação de um questionário, utilizado por mera formalização de um processo, não gerando um resultado efetivo. Contudo, o método da aplicação de uma avaliação de desempenho tem efetividade quando alinhado a uma ferramenta de avaliação.

Na avaliação de desempenho por competências e avaliação 360 graus identifica-se portarem uma lógica contínua e de maior consistência em relação ao processo de avaliação de pessoal. No contexto da cooperativa estudada, percebe-se que há uma possibilidade da construção de uma ferramenta que articula as compreensões teóricas da avaliação por competências e a avaliação 360 graus. No campo teórico, a avaliação de desempenho por competências sugere que a organização avalie as competências do indivíduo de acordo com o que é considerado pela organização como aquelas que direcionam ao atingimento dos objetivos estratégicos, sendo que a aplicação desse método pode ser usada de várias formas, podendo ser pelo gestor, pelos subordinados, por pares, autoavaliação e 360 graus (MARRAS; LIMA; TOSE, 2012).

A avaliação 360 graus, ou avaliação por múltiplas fontes, considera o envolvimento na avaliação não somente do gestor do avaliado, mas também o próprio colaborador avaliado e outras pessoas da organização que interagem com ele. Considera-se um processo mais confiável, uma vez que são utilizadas diversas fontes de feedback, baseado na percepção dos outros com relação às competências do indivíduo, diminuindo a subjetividade presente em avaliações realizadas por somente uma pessoa (MARRAS; LIMA; TOSE, 2012).

A junção de ambas, valorizando aspectos possíveis de serem aplicados, são analisadas nas seções que seguem. Frente a isso, o objetivo específico é atendido, sinalizando os principais pontos.

5.2. Ferramentas Possíveis de Serem Implantadas na COOTRE

Em um contexto organizacional, verifica-se que a prática de avaliação de desempenho é comum em muitas organizações. Porém, em contraponto, poucas são as empresas que usam a ferramenta de forma efetiva, visto que a aplicação se dá, geralmente, por meio de um questionário onde o gestor e em outros casos o gestor e o colaborador avaliado respondem a um questionário por formalidade do processo, atendendo

a critérios organizacionais, mas que na prática não corrobora a finalidade de um programa de avaliação de desempenho.

O método por competências busca avaliar o quanto as pessoas apresentam das competências consideradas essenciais da organização para o atendimento das ações estratégicas como: trabalho em equipe, foco no cliente, orientação para resultados, entre outras (PONTES, 2010). A aplicação do método na cooperativa é propícia à gestão por competências, uma vez que, por meio da utilização do método avaliativo, o grupo terá a oportunidade de ponderar as competências que consideram adequadas ao desenvolvimento individual e organizacional, direcionando esforços para melhorar o desempenho.

O Entrevistado B traz sua perspectiva em relação às competências individuais: “[...] *se faz, faz bem feito ou deixa outra pessoa fazer, alguém que goste mais [...]*”. Percebe-se, na fala do entrevistado, que existe uma preocupação com que o cooperado execute seu trabalho com eficiência e comprometimento. Torna-se claro que o método por competências pode ser desenvolvido na cooperativa.

A avaliação por competências concebida por Leme (2006) sugere a utilização de um sistema de medição do desempenho do colaborador, baseada na quantificação do desempenho, considerando aquilo que se entende como o nível ideal para determinado item a ser avaliado e aquilo que o avaliador percebe como sendo o desempenho do trabalhador. No caso da avaliação da perspectiva de resultado, considera-se o quanto o colaborador atingiu da meta. No final da avaliação, o resultado é o coeficiente de desempenho do colaborador, que poderá servir para justificar um aumento salarial para aquele colaborador que atingir um resultado satisfatório. O conceito apresentado pelo autor utiliza critérios quantitativos para justificar a análise de dados qualitativos, ocasionando, por conseguinte, uma subjetividade para a avaliação. Entende-se existir uma dificuldade em mensurar um comportamento assim como a complexidade da função do colaborador, visto que o valor atribuído é baseado em uma percepção do avaliador.

O perfil de empreendimento cooperativista da COOTRE, no entanto, possui características organizacionais que divergem, em alguns aspectos, ao propósito de uma aplicação de avaliação por competências. A técnica por competência pode ser a base para justificar a remuneração, assim como um aumento salarial de um colaborador (LEME, 2006), enquanto na cooperativa a remuneração dos membros baseia-se em uma partilha do que os cooperados conquistaram com o seu trabalho no mês.

A avaliação 360 graus, por sua vez, caracteriza-se pela utilização de diversas fontes de feedback, para a avaliação das competências do sujeito avaliado, por meio da percepção daqueles que o rodeiam e uma autoavaliação do colaborador (REIS, 2003). Este método de avaliação é compatível aos princípios do cooperativismo, que visam à participação democrática, solidariedade, independência e autonomia do grupo (OCB, 2014).

A autogestão do empreendimento estudado traz ao grupo a concepção de que, como sócios da cooperativa, há uma necessidade de um feedback coletivo em relação ao desempenho do cooperado. Isso é possível ser percebido na fala do Entrevistado D: “[...] aqui nós somos donos, então um fiscaliza o outro [...]”. Existe aí a compreensão por parte dos cooperados de que, como partes interessadas no benefício da cooperativa, podem fornecer um feedback por meio da percepção que um membro tem do desempenho de outro membro.

Contudo, entende-se que a avaliação por múltiplas fontes tem como propósito fornecer um feedback utilizando-se as percepções de vários sujeitos, mas, para o contexto do empreendimento estudado, não se qualifica como um instrumento de gerenciamento do desempenho. Portanto, a utilização de ambos os métodos de avaliação tornam-se adequados à prática gerencial da cooperativa.

5.3. Oportunidades e ameaças na implementação da avaliação de desempenho

Nesta seção são abordadas as oportunidades e ameaças advindas

da implantação de um programa de avaliação de desempenho por competências em um formato 360 graus na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio.

Para a análise das oportunidades e ameaças é necessário a interpretação dos dados da cooperativa, coletados durante o estudo. Para isso, apresenta-se a seguir trechos das falas dos entrevistados:

Quadro 01: A percepção de feedback dos membros da cooperativa

Entrevistado	Expressões das entrevistas
A	“To sempre pedindo que me avaliem [...] Tem uns que recebem como uma crítica construtiva e tem uns que recebem como uma crítica que tá destruindo, que tá acabando com a vida [...] Geralmente, quem não tem estudo, eles não conseguem receber uma avaliação, eles acham que tu tá derrubando eles, que tu vai acabar com ele, quem tem mais estudo já vê como uma crítica construtiva [...]”.
B	“Acho que de forma positiva [...] Quando tu faz uma coisa, ou tu faz bem feito, ou não faz [...] Se faz, faz bem feito ou deixa outra pessoa fazer, alguém que goste mais”.
C	“Acho que tudo que vem de opiniões de outra pessoa é construtivo, não fico brabo se me disser que tenho que melhorar em alguma questão que não tô bom ainda. Eu gosto que digam isso pra mim [...] Tem uns que não gostam que cuidem [...] aceitam e não aceitam [...] Eu sou muito de cuidar. Quando vejo que não tá trabalhando eu já digo que tem que mexer um pouco mais, aligeirar um pouco mais pra poder render a produção[...]”.
D	“[...] aqui nós somos donos, então um fiscaliza o outro [...] Não tem como tu não querer aceitar, já é tipo uma regra [...] Por um lado é bom, mas as vezes a gente não gosta, mas é bom porque a gente já não comete o mesmo erro [...] São poucos aqui que não gostam de ouvir uma crítica, daí nem fica, acaba indo embora”.
E	“Eu chego na pessoa e digo que é assim ou assim [...] se não adiantar, falo pra coordenadora”.

Fonte: Elaborado pelos autores

Os cooperados como sendo os “donos” da cooperativa, possuem como prática e concepção de que devem avaliar uns aos outros, fornecendo feedbacks positivo daquilo que consideram como um desempenho exemplar e corretivo, daquilo que percebem como um desempenho ruim. Traz-se um trecho da fala do Entrevistado C, onde é elucidada essa

prática: *“Quando vejo que não tá trabalhando eu já digo que tem que mexer um pouco mais, aligeirar um pouco mais pra poder render a produção [...]”*. Percebe-se que existe um feedback de um cooperado, em relação ao desempenho de outro cooperado, avaliando as competências que o outro precisa melhorar, na percepção dele. Embora isso seja feito informalmente na cooperativa, por meio do método de avaliação proposto, o grupo terá a oportunidade de avaliar o desempenho do avaliado utilizando múltiplas fontes de feedback, favorecendo a compreensão do avaliado, tornando-o mais disposto a aceitar a opinião dos outros e acreditar no feedback (PONTES, 2010).

No entanto, a avaliação 360 graus poderá gerar conflito. Em um trecho da fala do Entrevistado C isso é possível ser exemplificado: *“ [...] tem que saber se comunicar, tem que saber chegar na pessoa, conversar com ela, explicar pra ela. Se chegar gritando, berrando, claro que eu não vou gostar também. Já vou virar minhas costas, tchau e vou me embora [...]”*. Quando mal administrado o processo, o clima organizacional tende a ficar mais nebuloso, considerando o fato de que pedir aos colaboradores que digam aquilo que pensam em relação aos colegas exige alto grau de maturidade, algo que na prática é raro de se encontrar (OLIVEIRA, 2004 *apud* PONTES, 2010).

Com a prática da avaliação de desempenho, o grupo terá a oportunidade de identificar se o desempenho de um cooperado está adequado para o desenvolvimento de uma certa função. No caso do grupo chegar a conclusão que o cooperado não possui as qualidades necessárias para exercer determinada função, poderão buscar a troca de função como a solução para a questão, realocando o cooperado em uma função em que terá seu potencial melhor explorado. Cita-se um trecho da fala do Entrevistado A:

[...] a gente faz rotatividade. Se é na pré-triagem, a gente bota na triagem, se é na triagem, a gente põe na prensa, não deu na prensa a gente põe nos caminhões, de coletor, se não deu de coletor, a gente põe a fazer a organização do pátio, a limpeza, varrição do pátio, organizar os bags, daí se não deu isso, a gente faz o desligamento da pessoa [...].

Entende-se que assim como pode acontecer em outra empresa, a cooperativa procura manter sua força de trabalho, realocando o cooperado em outra área, se avaliado que na função atual não se atinge o desempenho esperado. Outro exemplo é citado na fala do Entrevistado E: *“A coordenadora que troca daí. Eu até que fico meio assim com ela por que ela tá tirando da prensa, daí ela fala que não adianta, que precisa, tem que tirar [...]”*. Em contrapartida, percebe-se pela fala do cooperado, que as trocas de funções que acontecem na cooperativa não são feitas em consenso, mas motivadas pela percepção da coordenação da cooperativa, que por possuir uma visão apurada da gestão do empreendimento, realiza as alterações. Novamente, identifica-se que há uma falha no sistema autogestionário do empreendimento, onde tais decisões como alterações de função de um cooperado deveriam ser abertas ao grande grupo.

Da mesma forma, identifica-se pela fala do Entrevistado C, que, com relação ao desligamento de um cooperado, a tomada de decisão é pela coordenação: *“[...] não dá mais, agora é contigo, dá um jeito [...]”*. Nesse trecho, o entrevistado faz referência à coordenação, como sendo responsável pelo desligamento da pessoa. Percebe-se que é atribuída à coordenação essa responsabilidade, que em contexto autogestionário, deveria ser um consenso do grupo. Conforme Carvalho (2011), quem administra a cooperativa são os próprios associados, não existindo um empregador. Neste caso, entende-se haver um conflito, onde certas decisões pelo grupo são tomadas pela coordenação ou por iniciativa individual, por falta de consulta ao grupo, ou porque o grupo atribui à coordenação tais responsabilidades.

Embora seja possível observar a clareza e transparência no modo de gestão da cooperativa, pois é possível visualizar na cooperativa que as prestações de conta e decisões são registradas em documentos da cooperativa, como a ata de reuniões e também expostos em um quadro para a contemplação de todos.

A mensuração do desempenho é um fator que pode ser conside-

rado como uma ameaça para a construção de um programa de avaliação de desempenho para a referida cooperativa. Uma vez que a força de trabalho do empreendimento é voltada à produção, torna-se um método *engessado* a utilização de critérios quantitativos para a medição de um desempenho, conforme proposta de Leme (2006), onde, ao final do processo avaliativo, tem-se como resultado o coeficiente de desempenho do avaliado. Entende-se que, para o ambiente da cooperativa estudada, trata-se de uma técnica muito arrojada, sendo necessárias adaptações para a aplicação na cooperativa, visto que no empreendimento estudado não há uma área de recursos humanos para se apropriar à ferramenta e que é perceptível ao olhar, e o autor dessa pesquisa identifica isso nas visitas à COOTRE, que os membros da cooperativa aplicam seu tempo dando ênfase à produção, já que há o entendimento de que quanto mais se produz, maior será a receita no final do mês.

Com isso, o terceiro objetivo específico é apresentado, onde se buscou identificar quais as oportunidades e ameaças para a implementação de uma ferramenta de avaliação de desempenho na cooperativa. Na próxima seção são apresentadas as considerações finais do estudo, assim como as sugestões.

6 Considerações finais

Para este estudo, foi necessário um aprofundamento a respeito do tema de cooperativismo, pelo motivo de o empreendimento estudado não se caracterizar com uma empresa convencional, que visa o lucro, mas sim uma organização cooperativista, composta por sócios que buscam pelo trabalho em conjunto o benefício do grupo, alinhado aos objetivos individuais, gerando renda pelo empenho coletivo.

Alinhado à prática cooperativista, o modelo autogestionário é encontrado no empreendimento, onde encontra-se em um consenso de todos à tomada de decisão. Os valores cooperativistas orientam o grupo à democracia, solidariedade, independência e autonomia. Valendo-se dessa concepção, buscou-se uma ferramenta de avaliação compatível ao

empreendimento estudado.

Percebe-se que diversas empresas utilizam formulários para a avaliação de desempenho pessoal, buscando o atendimento de critérios institucionais, mas que não contribui para o exercício de um programa de desenvolvimento do colaborador. Sugere-se a utilização da ferramenta de avaliação de desempenho por competências em um formato 360 graus na Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio. Por meio da utilização de um feedback de múltiplas fontes, os cooperados, como *donos* da cooperativa, tem a oportunidade de expressar um feedback aos demais cooperados. Propõe-se que os feedback seja fornecido em reuniões, assim como fazem para a prestação de contas, ou que seja realizada uma dinâmica em grupo para uma avaliação coletiva dos critérios considerados pelo grupo como relevantes de serem avaliados. A partir disso, o cooperado avaliado estará mais disposto a aceitar a opinião dos demais colegas, observando as competências que necessita aprimorar para melhorar o desempenho organizacional e o convívio com os outros.

Primeiramente, sugere-se que haja uma sensibilização dos cooperados para a introdução de um programa de avaliação de desempenho, por meio de palestras e dinâmicas de grupo. Na sequência, propõe-se que os cooperados, em um consenso, identifiquem as competências consideradas como aquelas essenciais, considerando perspectivas comportamentais, técnicas, por resultado e por complexidade, para o desempenho ideal de cada função. A avaliação da perspectiva de resultado, considerando o alcance das metas de produção, pode ser de forma coletiva, de acordo com o trabalho e área de atuação dos cooperados ou metas individuais quando couber. Recomenda-se a identificação de pessoas chave, como os coordenadores de área, para que incentivem o feedback, tornando o processo dinâmico.

Propõe-se que a avaliação ocorra uma vez por mês. A partir daí, será possível que o grupo avalie o desempenho tanto dos membros antigos, como dos membros mais novos da cooperativa, da mesma realizar uma autoavaliação, proporcionando um feedback ao novo cooperado e aos membros mais antigos da cooperativa. No caso da identificação

que um cooperado não se adapta, ou não desenvolve de forma satisfatória uma determinada função, o grupo poderá junto procurar realocá-lo em outra área do empreendimento, ou, se for o caso, realizar o desligamento do membro.

Este estudo poderá servir de base para outros trabalhos e projetos acadêmicos, contribuindo para estudos futuros, visto que o assunto da avaliação de desempenho abordada a uma prática cooperativista possui pouca bibliografia. Recomenda-se que, para a continuidade do estudo, seja aplicada a ferramenta na referida cooperativa e analisado o resultado obtido para registros futuros, podendo servir como um modelo a ser aplicado em outras cooperativas de reciclagem.

Referências

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas**. Ijuí: Unijuí, 2011.
- CARVALHO, Adriano Dias de. **O Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica Global**. São Paulo: Baraúna, 2011.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR (CAMP). **Saiba mais sobre a Economia Solidária**. Disponível em <<http://www.camp.org.br/>>. Acesso em 20 de set. 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2009. 308 p.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEME, Rogério. **Avaliação de desempenho com foco em competência**: a base para remuneração por competências. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 119 p.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Avaliação de desempenho**. São Paulo: Atlas, 1992.

MARRAS, Jean Pierre; TOSE, Marília de Gonzaga Lima e Silva. **Avaliação de desempenho humano**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012. 126 p.

MTE. **O que é economia solidária**. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 11 de dezembro de 2014.

OCB. **Promoção e defesa dos interesses das cooperativas**. Disponível através do site: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

PONTES, B. R. **Avaliação de desempenho**: métodos clássicos e contemporâneos, avaliação por objetivos, competências e equipes. 11. ed. São Paulo: LTR, 2010. 230 p.

REIS, Germano Glufke. **Avaliação 360 graus**: um instrumento de desenvolvimento gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 143 p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SCHNEIDER, José Odelso (Coord.). **Educação e capacitação cooperativa**: os desafios no seu desempenho. São Leopoldo, RS: Ed. da Unisinos, 2010. 131 p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZANIN, Aline; FRANCISCONI, Rafaela (Org.). **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

Projeto criarte: uma experiência de saúde mental e economia solidária em CANOAS (RS)

Tainá Michele Becker

Égon Ferreira de Souza

Tiago Daniel de Melo Cargnin

1 Introdução

Este artigo tem como proposta discorrer sobre a experiência de formação e capacitação vivenciada com usuários do Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas, CAPS AD, de Canoas/RS, e o sentido do trabalho para os sujeitos envolvidos. O projeto, que iniciou por uma demanda de uma graduanda que estava fazendo seu estágio curricular do curso de Psicologia no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas, começou com uma proposta formativa, voltada ao artesanato e com o objetivo de gerar trabalho e renda para os usuários.

A concretização desse grupo é fruto da parceria entre o CAPS AD e o Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas, através do curso de Psicologia e a Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial Unilasalle. O apoio é realizado por uma equipe composta por técnicos e bolsistas que articulam as atividades junto aos usuários.

Após alguns encontros de diagnóstico e de aproximação, foi elaborado um esboço de cronograma que daria início às formações e que seria reordenado e reprojetoado conforme a demanda do grupo. No cronograma estavam previstos, em média, oito (8) encontros, que posteriormente foram alterados para doze (12), conforme avaliação dos envolvidos. O objetivo era estimular e fomentar no grupo a autonomia e a geração de trabalho e renda, elencando um produto que seria trabalhado durante

os encontros, desde sua concepção até a comercialização do mesmo. Sendo assim, as ações seriam desvinculadas das atividades terapêuticas oferecidas pelo CAPS AD, mas em concomitante as mesmas.

Em nosso contexto, é importante destacar que a iniciativa é inovadora na região e este grupo, além de se qualificar para gerar trabalho e renda, visa multiplicar saberes em outros espaços. Logo, o Projeto Criarte ainda não é um empreendimento econômico solidário, mas um grupo com potencial de artesãos que buscam uma forma de se inserir novamente no mercado como sujeitos com potencial transformador, bem como disseminar a proposta em outros espaços.

Desde os primórdios deste projeto, houve envolvimento de todos e participação coletiva na construção da proposta. Sem dúvidas, as experiências individuais, as vivências e os caminhos trilhados resultaram em uma proposta rica e sólida no que tange a mobilização, participação, engajamento e diversidade.

Para este trabalho utilizou-se uma opção teórica epistemológica, com uma abordagem qualitativa, considerando o contexto, as especificidades e limitações do trabalho. Para levantamento de informações, este trabalho baseou-se em relatórios e observações durante o desenvolvimento do projeto. Para embasar esta pesquisa o referencial teórico baseia-se nos autores que tratam do sentido do trabalho, tais como Gaiger (2003), Borges *et al.* (2014), Magro e Coutinho (2008), Coqueiro (2011).

2 Formação na economia solidária

A Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial Unilasalle, desenvolve ações de fomento e articulação de empreendimentos econômicos solidários. O processo de incubação desenrola-se em três etapas: pré-incubação, incubação e pós-incubação. Entretanto, para além de fomentar apenas grupos organizados, ela visa práticas sociais que envolvem a análise, a pesquisa e a formação. Ou seja, articular e promover a organização política e social, que envolve vários saberes

entre os atores da economia solidária e do Unilasalle. Nesse sentido, a Incubadora de Empreendimentos Solidários proporciona uma ampla gama de conhecimentos específicos e técnicos tanto para a comunidade como para a formação acadêmica, oportunizando o desenvolvimento regional.

O objetivo é garantir um processo estruturado e sistêmico de formação para atuação em economia solidária, visando a produção, multiplicação e disseminação de conhecimentos e inovações metodológicas e tecnológicas apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Parte-se das realidades e diferentes contextos para o planejamento de ações formativas eficazes, que baseiam-se nas potencialidades dos sujeitos.

3 Os sentidos do trabalho

O trabalho, como qualquer outra atividade humana, é carregada de significados que impactam diretamente na (re)construção de identidades e na (re)definição de normas de vida.

Em meio à crise econômica, fruto de uma trajetória econômica engendrada dentro de um capitalismo excludente, e ética, que se baseia em um esvaziamento das práticas como a corresponsabilidade e a solidariedade, que o país vive, onde os valores estão perdendo sua significação essencial, isto é, a horizontalização dos direitos por meio da promoção da autonomia, e as pessoas deparam-se com um sistema corrompido e que agora mostra sua face à nação, é preciso adaptar-se. Sem dúvida, tal conjuntura implica grandes riscos, mas também possibilidades. Essa é a intenção do olhar sobre a proliferação de formas associadas no âmbito das relações econômicas, que alimentam o campo teórico e prático da economia solidária.

Nesse sentido, dentro deste outro modo de produção e organização social, destacam-se os valores norteadores desta economia emergente: solidariedade, adesão voluntária e esclarecida, participação democrática coletiva, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção

do desenvolvimento humano, atenção à natureza, atenção à comunidade, produção e consumo éticos.

A economia solidária nasce como alternativa à economia capitalista, principalmente na geração de trabalho e renda para os sujeitos excluídos e muitas vezes marginalizados da população, e uma forma de organização social e cultural das pessoas, tendo no cooperativismo seu principal norte (SINGER, 2002).

É inegável que há uma emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. Estabelece-se então, novas relações de trabalho tornando-se uma oportunidade de se resgatar valores positivos para o trabalho.

Magro e Coutinho (2008, p. 705), apontam duas questões em relação aos sentidos atribuídos ao trabalho: relação de trabalho e sustento proveniente da ação e trabalho como fonte de valorização. No caso do grupo formado por usuários do CAPS AD, o trabalho artesanal realizado por eles tinha sentido terapêutico, como forma de expressão e de exteriorizar anseios e sonhos. A partir disso, projetar em conjunto novas ações e possibilidades futuras.

O Projeto Criarte se aproxima, então, com uma nova proposta, de autonomia, emancipação e geração de trabalho e renda. Os usuários são encaminhados pela instituição que os atende, considerando suas condições emocionais e de locomoção. Sair do espaço terapêutico para outro espaço “desconhecido” requer confiança principalmente no que tange as relações.

Estes sujeitos buscam capacitação para retornarem ao mercado de trabalho, com dignidade, retomando ao controle das próprias vidas. Como as autoras, Magro e Coutinho, afirmam, em primeira instância buscam o trabalho enquanto o mesmo se concretiza em forma de dinheiro, dando retorno financeiro e permitindo maiores investimentos pessoais e em produção.

Contudo, apesar dos recursos financeiros serem grande diferencial, nota-se que cada vela produzida é repleta de sentidos e concretizam uma nova etapa pessoal. O fato de serem procurados, de serem convidados a inserirem-se em meio acadêmico, um espaço, muitas vezes, inacessível para eles, coloca-os em outro patamar: o da valorização.

Em muitas falas, durante os encontros, eles enfatizam como “era” a vida antes, das experiências, dos trabalhos realizados, das viagens, do que viram e sentiram. O encontro não é terapêutico, mas ao mesmo tempo, estas experiências permitem que o produto ganhe forma e sentido. Cada etapa é pensada que o sujeito explore ao máximo suas competências e habilidades, expondo sua criatividade. Ao final, o produto tem a forma, cor, aroma e faz com que tudo ganhe um novo sentido.

Os usuários estão desempregados ou são autônomos sobrevivendo de “bicos”. De forma recorrente colocam as angústias de estarem nesta situação e como se sentem valorizados no processo de capacitação, pois o trabalho é sinal de dignidade e respeito. Nesse sentido, é importante ressaltar que a desvalorização devido à falta de qualificação também se evidencia através da ausência de oportunidades. Ganhar um “certificado” significa que eles foram capazes de concluir o curso, mas que também estão aptos a ingressarem no mercado novamente. Segundo Borges, Scholz e Rosa (2014):

[...] é necessário que o trabalho esteja conectado com as competências do trabalhador, estimule a satisfação das necessidades de crescimento pessoal e de senso de responsabilidade. Enfim, ser um trabalho que tenha desafios, certa autonomia e constante feedback (p. 84).

Singer faz uma afirmação que enfatiza a relação e o sentido atribuído ao trabalho, no que tange a saúde mental e economia solidária.

As lutas contra a exclusão econômica enfrentam obstáculos formidáveis. De um lado, a falta de capital, de qualificação profissional, de mercado, formalização legal, enfim das condições objetivas para o exercício de uma atividade econômica regular. De outro, dificuldades subjetivas: como passar do trabalho protegido ao autônomo, o único e verdadeiramente cooperativo; a loucura tem graus: só os dotados de mais autonomia devem ser

escolhidos para formar cooperativa? E o trabalho é terapêutico por si ou pelo resultado pecuniário que proporciona a quem o exerce? (2005, p. 11).

Nessa direção, o trabalho ganha diversos sentidos, de inclusão social, produtiva, de qualificação. Para além da geração de trabalho e renda, é a oportunidade de assumir a responsabilidade pela própria vida, de forma autogerida.

4 Método

A partir de um cronograma pré-estabelecido, elaborado pela equipe técnica da incubadora, eram desenvolvidos os conteúdos a serem executados nas oficinas. Este cronograma foi se moldando às demandas levantadas pelo grupo, sendo construído coletivamente. Para cada encontro havia uma reunião de equipe de projeto para fazer o planejamento do mesmo. Como havia oficinas em que o conteúdo era extremamente técnico e específico, principalmente nas oficinas práticas, a equipe fazia um estudo sobre o assunto, de modo a adquirir o conhecimento necessário para execução e repassá-lo ao grupo. Assim, a cada encontro novas coisas eram aprendidas e compartilhadas.

Nas oficinas teóricas os conteúdos eram apresentados e discutidos, buscando sempre a horizontalidade do conhecimento. Além dos conteúdos referentes ao artesanato e ao produto escolhido em si, eram desenvolvidas dinâmicas de grupo e rodas de conversa menos formais, tendo sempre como objetivo uma boa relação de trabalho com o grupo e visando o fortalecimento do mesmo. Nas oficinas práticas, algumas atividades eram demonstradas pela equipe, para que na sequência o grupo as executasse, e em todos os momentos a equipe dava as orientações necessárias e o monitoramento adequado.

Na sequência, a equipe fazia uma avaliação do encontro apontando demandas, observações, falas e comportamentos que ganhavam destaque. Esse processo gerava o relatório final do encontro e já deixava o

próximo com algumas questões a serem contempladas, principalmente no que tange a formação de grupo e aspectos mais subjetivos.

4.1 Descrição do público

O grupo que iniciou o Projeto Criarte, era oriundo e referenciado em dois CAPS AD que atendem quadrantes distintos do município. Houve maior aproximação com um dos espaços, devido a origem da proposta inicial e que motivou toda a construção, mas com a propagação da proposta, houve manifestação de interesse por parte deste outro CAPS AD.

Depois da fase de aproximação e diagnóstico, os CAPS AD ficaram, então, responsáveis por, internamente, encaminhar nomes que tivessem interesse em participar do projeto, bem como condições de locomoção para deslocarem-se até a instituição.

Inicialmente, estavam previstos 20 inscritos. No primeiro encontro realizado, estiveram presentes dez pessoas (10) e algumas foram tomando outros rumos até o grupo ficar com quatro integrantes.

Durante o percurso trilhado, fomos nos conhecendo e o grupo foi criando sua identidade. Cada um, com suas subjetividades e perspectivas, foram delineando o perfil do grupo, mas também se permitiram falar sobre si e sobre os momentos vivenciados durante a semana. Pequenas conquistas para alguns, mas grandes avanços para eles. Nesse processo de trocas e aprendizagens, muito foi dito e isso foi aproximando o grupo, permitindo que as relações fossem se estreitando e que metas e sonhos fossem construídos.

Os integrantes do projeto possuem histórias de vidas bem diferentes, mas que os trouxeram até o ponto convergente onde a possibilidade de sustento através da produção conjunta e a possibilidade de serem multiplicadores deste projeto, tornou-se motivacional, bem como grande mobilizador.

Muitas vezes, era dito que esperavam ansiosamente pela quarta-

feira, dia em que eram realizados os encontros, pois era o momento em que eram apenas sujeitos em formação, sem os rótulos do tratamento.

Mesmo com as intercorrências durante o caminho, recaídas, momentos de instabilidade e desentendimentos, o grupo mostrava-se firme na meta de concluir esta etapa, de inicia-la novamente e/ou de levá-la adiante, dividindo os aprendizados com os demais usuários que, naquele momento, não puderam acessar o projeto.

As fragilidades eram propulsoras. Continuar era preciso, não deixando espaço para lacunas que empoderam as fraquezas. Reconhecerem-se neste processo como agentes de transformação do meio, mas principalmente, da própria vida. A cada encontro novas descobertas e a criação de novos vínculos, novas possibilidades e aproximações. Permitir-se estar com o outro, aprendendo, trocando, buscando independência e autonomia através das ações, criando condições para seguir.

5 Sistematização dos processos de formação

Durante doze semanas foram desenvolvidas atividades voltadas para a capacitação e produção de um produto específico junto aos usuários do CAPS AD. Cada etapa de desenvolvimento e acabamento foi realizada a partir de um produto específico selecionado pelo grupo, pois requeria treinamento para aperfeiçoar técnica e atingir como resultado final um produto de qualidade.

Anterior ao processo formativo desenvolvido junto aos usuários foi realizado um processo de aproximação e diagnóstico para que esta proposta ganhasse forma. Foram realizadas visitas, reuniões com as coordenações dos CAPS e da Secretaria Municipal de Saúde.

Cada processo foi previamente organizado em uma ementa que foi apresentada posteriormente aos usuários. Inicialmente eram previstos oito encontros em espaços do Centro Universitário La Salle - Unilasalle, mas no decorrer dos mesmos algumas demandas foram apontadas pelos próprios usuários, principalmente no que tange às questões administrativas.

Frente às informações levantadas, construiu-se um cronograma com ações específicas focadas na capacitação artesanal e na produção.

Quadro 1: Cronograma de oficinas

Oficina	Temas	Metodologia
01	Acolhimento/ apresentação	Cada pessoa se apresenta e conta um pouco de sua historia, retomada da proposta.
02	Nivelamento do grupo: o que conhecemos de artesanato? Diagnóstico dos produtos, sua origem, significado.	Troca de conhecimentos sobre artesanato e breve história do artesanato.
03	Escolha de um produto a ser produzido	O grupo aponta opções e elenca um produto para ser trabalhado: velas aromáticas.
04	Como fazer o produto	Vídeos e material didático explicando os processos de produção.
05	Desenvolvimento do produto	Confecção do produto escolhido: velas - seguindo critérios de qualidade.
06	Desenvolvimento do produto	Confecção do produto escolhido: velas - seguindo critérios de qualidade.
07	Acabamento: a importância da finalização do produto	A importância do acabamento de qualidade. Finalização do produto.
08	Embalagens - possibilidades	Tipos de embalagens – pesquisa: customização, reutilização de materiais.
09	Embalagens - produção	Produção de embalagens para as velas. Acabamento para a venda.
10	Preço e custo	Diferenciação de conceitos. Como se chega ao preço final.
11	Cooperativismo, Associativismo e Atendimento.	Diferenciação de conceitos. Benefícios e possibilidades. Como atender o cliente.
12	Economia Solidária	Apresentação da pesquisadora A.C. sobre economia solidária na realidade brasileira e norte-americana.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As capacitações aconteceram em uma sequência lógica que possibilitou não só uma aprendizagem do processo de produção, mas também a projeção de demandas não inclusas inicialmente.

Cada processo desenvolvido contou com a construção coletiva e de bolsistas que atuam na economia solidária e tem sua formação acadêmica nas áreas. Além disso, cada oficina era planejada e acordada entre todos que acompanhavam e ao final de cada encontro, os usuários podiam contribuir e avaliar a oficina, de modo a também orientar as ações.

6 Resultados e considerações

Este projeto iniciou despretensiosamente, de forma a contribuir tanto na formação acadêmica como na reinserção de usuários de dois CAPS AD da cidade Canoas/RS, reinserção no mercado de trabalho. Entretanto, além dos resultados esperados, o grupo avançou muito além do que havia sido projetado, principalmente em aspectos como autonomia, identidade, profissionalização.

Três pontos podem ser destacadas no que tange os resultados deste artigo: i) a valorização do sujeito; ii) a profissionalização e iii) a geração de trabalho e renda. Os sujeitos desta pesquisa buscaram a reinserção no mercado (formal ou informal) de trabalho, mas a falta de qualificação e o tempo fora do mercado eram empecilhos para um reinício com autonomia e qualidade.

Desta forma, o Projeto Criarte significou muito mais que uma capacitação, mas um meio para a construção e aperfeiçoamento de habilidades e a projeção de novas possibilidades profissionais. Por resultado, ainda temos a produção de velas artesanais que geraram e ainda geram trabalho e renda para quem concluiu o projeto.

A mobilização dos sujeitos ainda vai se estender entre os demais usuários, uma vez que podem agora disseminar o conhecimentos que construíram com os demais. Além disso, destaca-se que é preciso assegurar espaços onde as pessoas em vulnerabilidade social possam estar

e que tenham seus contextos e histórias compreendidos no processo. Resultados efetivos só são obtidos quando são consideradas as nuances e implicações das intervenções na vida dos sujeitos.

O Projeto Criarte foi uma experiência piloto e bem sucedida apesar dos entraves e das dificuldades do caminho. Cada oficina foi pensada minuciosamente para que contemplasse os aspectos mais importantes para o desenvolvimento dos envolvidos, bem como promover a autonomia e independência dos usuários.

A equipe também teve um retorno além das expectativas, pois todo o empenho e dedicação resultaram em uma formação de qualidade e que abrangeu aspectos nem sequer cogitados.

Portanto, o sentido do trabalho atribuído aos sujeitos vai além do que se pode enxergar. É reconhecimento e valorização das vidas e dos caminhos que todos fizeram até ali. É reconhecer capacidades e habilidades que muitas vezes não são reconhecidas, por eles e pela própria família ou sociedade e isso reflete a necessidade de espaços de capacitação profissional e que promovam a reinserção social dos sujeitos.

Referências

BORGES, M. de L.; SCHOLZ, R. H.; ROSA, G. de F. da. Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentido do trabalho para sujeitos recicladores. **Otra Economía**, v. 8, n. 14, p. 83-98, enero-junio 2014.

COQUEIRO, N. F. **Economia Solidária na Saúde Mental e os Sentidos do Trabalho**. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/ECONOMIA_SOLIDARIA_NA_SAUDE_MENTAL_E_OS_SENTIDOS_DO_TRABALHO.pdf Acesso em: 08/08/2015.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

MAGRO, M L P D.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, v.13, n. 4, Maringá Oct./Dec. 2008

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VERONESE, M. V. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2009.

Trajectoria do cooperativismo e a economia solidária

André Gross

Maria de Lourdes Borges

Cleusa Maria Gomes Graebin

1 Introdução

Uma das características do ser humano reside no fato de que ele necessita viver em sociedade, condição *sine qua non* para sua própria existência. Em tempos mais distantes, os grupos humanos só conseguiam sobreviver a partir de “uma cooperação livre entre iguais, como expressão directa de uma necessidade colectiva de sobrevivência e progresso, que assim se revelava como elemento nuclear do tecido social” (NAMORADO, 2007, p. 4). Entre as diferentes formas de cooperação está a associação para o trabalho, uma constante ao longo dos séculos. Noronha afirma que

A história da cooperação percorre uma extensa trajetória na história da própria humanidade e apesar de todas as pesquisas e teorias que têm sido realizadas a respeito da temática, ainda existe muito a ser investigado e compreendido sobre as razões que levam homens e mulheres a se articularem na construção de modalidades associativas (de solidariedade fraterna, cooperação popular organizada, ajuda mútua, cooperação técnica e cultural, cooperação socioeconômica) com características de participação e formação (2004, p. 1).

Uma das maneiras de engajamento voluntário para o trabalho foi o da adesão de indivíduos às cooperativas solidárias que buscavam um benefício à comunidade. Para Singer (2002), a economia solidária surgiu por meio de iniciativas de operários durante o século XIX na Europa, quando o capitalismo ainda estava em expansão. Já naquela época havia carência de empregos, causada pela substituição da mão de obra por equipamentos ou máquinas a vapor. Tal substituição gerou impactos na

sociedade, como uma forma de expansão capitalista, porém com consequências sociais.

Neste artigo, busca-se refletir sobre as memórias do cooperativismo no Brasil e no mundo por meio de um delineamento de sua trajetória. Estudar esse tema se faz importante devido à representatividade que as cooperativas possuem no Brasil. Além disso, o cooperativismo tem um importante papel na economia solidária, uma vez que as características de ambas alinham-se em seus elementos primordiais.

O primeiro empreendimento solidário, do qual se tem notícia, foi criado em 1844, ano de fundação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*, na Inglaterra, “considerada a mãe das cooperativas” (BARRETO; PAULA, 2009, p. 201). Conforme as autoras, estava, inicialmente, pautado no modelo comunista de economia, com o objetivo de suprir todas as necessidades da comunidade, trazendo força financeira ao grupo, por meio da comercialização de seus produtos. Mais tarde, tornaram-se uma cooperativa de produção, expandindo os negócios com um moinho, uma tecelagem e uma fiação (LIMA, 2004; SINGER, 2002).

Esta forma de cooperativa surgida no século XIX, buscava uma contrapartida à Revolução Industrial, quando se começou a buscar uma distribuição de renda mais igualitária, sem a necessidade de exploração do trabalhador (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010). A revolução industrial trouxe desenvolvimento para a sociedade daquela época, mas também acarretou problemas econômicos relacionados à quantidade de pessoas que perderam os seus postos de trabalho e não tinham outra perspectiva de renda para garantir o sustento de sua família. Estes fatores impulsionaram o movimento cooperativista, como forma de readequar a economia, buscando reconduzi-la a um equilíbrio social novamente, pois “o cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p. 16). Conforme Morais et. al (2011) a Itália ingressou nesse novo sistema em 1919, somando-se à Inglaterra e à França, precursoras do movimento cooperativista naquele período.

Conforme Singer (2008), Jose Maria Arizmendiarrreta fundou em 1956 a cooperativa de Mondragón na Espanha, que abrangia um grande

número de iniciativas, sendo considerado como o maior complexo cooperativo do mundo. Esse grupo é auto gestor, e investe internamente os recursos, buscando o aprimoramento da produção. Leite (2009) acrescenta que outro país a aderir aos empreendimentos solidários, foi a Argentina, por meio da recuperação de empresas que estavam em processo falimentar, devido à recessão que afetou o país no final da década de 1980 e início dos anos 1990. A autora cita, ainda, que a Argentina criou no ano de 2001, o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas – MNER e no ano de 2003 criou o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores – MNFRT, uma cisão do MNER. No ano de 1995, foi aprovada a Carta de Princípios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, na cidade de Manchester, Inglaterra (BARRETO; PAULA, 2009).

Azambuja (2009) diz que os empreendimentos solidários começaram a ganhar notoriedade em meados de 1970, influenciados por transformações no mundo, como a queda do sistema de produção fordista-taylorista, queda do bloco soviético, ascensão de projetos neoliberais. “trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários” (PEREIRA, 2007, p. 18).

No Quadro 1, a seguir, é apresentada a trajetória do cooperativismo no mundo, desde a fundação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*.

Quadro 1: Primórdios da trajetória do cooperativismo no mundo

1844	1850	1854	1900	1919	1956
Fundação da <i>Rochdale Society of Equitable Pionner</i>	Expansão da Rochdale com a abertura de um moinho	Expansão da Rochdale com a abertura de uma tecelagem e uma fiação.	Surgimento do cooperativismo em reação a revolução industrial na Inglaterra e França, na tentativa de ajuste da economia.	Surgimento da Itália no cenário da economia solidária junto com Inglaterra e França.	Surgimento da cooperativa de Mondragón, na Espanha, o maior complexo cooperativo do mundo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

2 Trajetória do Cooperativismo no Brasil

A trajetória do cooperativismo no Brasil não foi diferente daquela evidenciada em outros países. O cooperativismo surgiu no Brasil, em consequência de acontecimentos semelhantes ocorridos pelo mundo, como novos modelos de produção que resultaram num período de recessão, levando a população ao desemprego em larga escala, buscando alternativas de renda no trabalho informal. Até os anos de 1980, o cooperativismo estava concentrado na produção rural, depois que se expandiu para outros meios de produção, conforme ressaltado por Leite (2009).

De fato, é no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar desde os anos de 1980, mas especialmente a partir da década seguinte, um conjunto de movimentos empunhados por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade (LEITE, 2009, p. 32).

Em 1980 ocorreu o renascimento do cooperativismo social de maneira esparsa, conforme Leite (2009); Coelho e Godoy (2011); Amorim (2010); Morais et. Al. (2011). Segundo Amorim (2010) duas organizações surgiram como mola propulsora dos empreendimentos solidários como a Caritas Arquidiocesana Brasileira, ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Na década de 1990, a crise se agrava, aumentando consideravelmente o desemprego, sendo necessária uma reorganização da economia, o que vai dar um impulso maior nos empreendimentos emergentes baseados na solidariedade. Conforme Lechat e Barcelos (2008), Amorim (2010) e Dal Ri, (2010) é justamente nesse período que a empresa de calçados Makerly sente os efeitos do descontrole econômico e não consegue manter-se no mercado, ou seja, entra em processo falimentar, mais precisamente em 1991. Neste ano os trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho, assumem a empresa na intenção de restaurá-la. Conforme Lechat e Barcelos (2008) e Amorim (2010), esse processo de

reestruturação da empresa foi apoiado pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em conjunto com sindicatos locais a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Co-gestão- ANTEAG¹.

O ano de 1995 foi importante para o crescimento do cooperativismo brasileiro, pois naquele período, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a primeira incubadora universitária e também o Fórum de Cooperativismo Popular na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, conforme Amorim (2010) e Dal Ri (2010).

Nos anos seguintes, outras entidades e eventos foram surgindo, conforme apresentados pelos autores: Dal Ri (2010), Lechat e Barcelos (2008): a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho da (Unitrabalho) em 1996; a Agência de Desenvolvimento Solidário- ADS em 1998 (registrada oficial em dezembro de 1999); o II simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação, também em 1998; além da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE ITCPs).²

Na virada do século XXI, surgiram a UNISOL, em 2000, “com a finalidade de atuar na busca da melhoria socioeconômica de entidades e empresas coletivas e garantir a geração de trabalho e renda com dignidade” (LEITE, 2009, p. 43); a Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES; e o Conselho Nacional de Economia Solidária- CNES, ambos em 2003.

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo

¹ Em 1994 nasce a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Co-gestão), a partir da iniciativa de um determinado setor sindical, com a finalidade de apoiar experiências já existentes, especialmente em termos de assessoria técnica. (LEITE, 2009, p. 42).

² A Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui três entidades que, conjuntamente fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol) (LEITE, 2009, p. 42).

e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária (MTE, 2008).

Somente no ano de 2010 foi promulgada uma lei, de número 12305/2010, que “[...] instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, sendo o seu processo de construção descrito no decreto nº 7404/2010, que regulamentou a PNRS” (PNRS, 2012).

Na Quadro 2 busca-se apresentar a trajetória do cooperativismo de forma paralela no Brasil e no Mundo.

Quadro 2: Paralelo da trajetória do cooperativismo no Brasil e no mundo.

Ano	Mundo	Brasil
1970	Transformações no trabalho, a partir da década de 1970, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção.	Primeiros passos de empreendimentos de economia social, através de bancos comunitários e associações, em reação a crise.
1980		Agravamento da crise econômica, os empreendimentos solidários ressurgem com a disseminação das ideias políticas neoliberais.
1990		Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, percebe no cooperativismo a possibilidade de viabilizar economicamente a produção em assentamentos já conquistados.
1991		A primeira empresa deve a sua origem com alguns técnicos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconomicos (DIEESE) que, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca/SP, iniciaram, em 1991, um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão na empresa de calçados Makerly.

1994		Fundação oficial da Anteag em maio de 1994.
1995	Congresso em Manchester na Inglaterra, aprovação da carta de princípios da ACI - Aliança Cooperativa Internacional	
1996		Surge a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO)
1998		A Universidade Estadual Paulista (UNESP) realizava o seu II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação. Criação da rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE de ITCP's)
1999		Criação da Agência de Desenvolvimento Social (ADS) em dezembro. Criada também a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT)
2000		Fundação da UNISOL. Criação de redes de autogestão e socioeconomia solidária em junho.
2001	Na Argentina surge o MNER (Movimento Nacional de Fabricas Recuperadas)	I Fórum Social Mundial, de 28 a 29 de janeiro, onde foi organizada a oficina Economia Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda.
2002		I Plenária de Economia Solidária.
2003	Na Argentina surge o MNFRT (Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores), como uma cisão do MNER.	Criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Criado o fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). III Fórum Social Mundial. Em junho, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Em outubro foi constituído um grupo de Trabalho de Mapeamento da Economia Solidária.
2005	Na Argentina o MNER entra em grave crise.	
2006		Institucionalização do SIES pela Portaria Ministerial do nº 30 do MTE em 20 de março.

2010		A Lei 12305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Decreto nº 7404/2010, que regulamentou a PNRS.
------	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A trajetória percorrida pelos empreendimentos solidários foi longa, mas já pode ser percebido o seu avanço desde a primeira cooperativa em 1844. Até o ano de 2015, muito já foi realizado e tantas outras demandas ainda estão sendo planejadas e discutidas. Essa trajetória exemplificou alguns pontos estratégicos nessa caminhada sem aprofundar-se nos conceitos propriamente ditos de economia solidária, tema que será discutido a seguir.

3 Economia Solidária

Para França Filho (2001) existe uma relação entre a economia solidária e a exclusão social. Em função desta, muitas pessoas buscam formas alternativas para obtenção de renda e sustento familiar, o que vai ao encontro do discurso de Veronese (2011). A autora entende que a maneira encontrada pelos trabalhadores, geralmente com baixo poder aquisitivo, para competir com a forma tradicional de trabalho remunerado, se dá através de associações econômicas embasadas na economia solidária. Esse estilo de trabalho, Lima (2010) entende como sendo um “empreendedorismo por necessidade, [o qual] envolve pessoas com negócios de baixo valor agregado e com menor possibilidade de sobrevivência” (LIMA, 2010, p. 174).

O termo *necessidade* traduz de forma clara e concisa os motivos pelos quais os empreendimentos solidários surgem, criando as associações e ou cooperativas. Conforme França Filho (2001), a empresa social está relacionada, também, às atividades privadas, mas de maneira diferente das organizações tradicionais que têm como principal objetivo, o retorno financeiro (estabelecido no seu contrato social). Os empreen-

dimentos solidários buscam satisfazer os anseios da sociedade em que estão inseridos, quer na solução de problemas sociais diversos como o combate à discriminação social, a redução das desigualdades e ainda oferecendo oportunidades de emprego para aquele grupo social menos favorecido. Quando seriamente engajadas nessa proposta, essas pessoas podem, por meio do seu trabalho, receber um “salário” ajudando em seu sustento, suprindo, dessa forma, muitas das necessidades que o sistema socioeconômico não consegue oportunizar, especialmente em épocas de crise.

Vários estudiosos entendem o resultado da economia solidária como um movimento social, de bases ideológicas anticapitalistas (SINGER, 2002; 2008; LECHAT, 2004; VERONESE, 2011), enquanto outros contestam essa ideia, pois entendem que diversos valores ideológicos podem coexistir nos empreendimentos da economia solidária (AZAMBUJA, 2009; FRANÇA FILHO, 2001; LAVILLE, 2001).

De acordo com Gaiger (2009) a gestão da economia solidária se manifesta baseada em questões de ordem política e normativa, atributos que constroem a relação social. Wellen (2008) usou uma definição para economia solidária conforme a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), dando uma nova dimensão (econômica) para o termo: “conjunto de atividades econômicas- de produção, distribuição, consumo e crédito- organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 11). Sabe-se que na prática dos empreendimentos solidários, a ocorrência da autogestão é um processo bastante complexo (VERONESE, 2011). Tal complexidade envolve o contexto do trabalho associado, da autogestão, da cooperação e da sustentabilidade (SILVA, 2011), elementos que por si só não são de gestão e aplicação prosaicas. Por isso torna-se preciso levar em conta as idiosincrasias de cada cooperativa, especialmente por meio da compreensão de sua trajetória e de suas memórias.

O campo de atuação da economia solidária é mais amplo, envolvendo um grande número de variáveis que passam despercebidas, em uma primeira impressão, caracterizando-se como um eixo de estudo in-

terdisciplinar, pois não podemos analisar somente um ponto de vista, quer político, ou econômico, deixando de lado o social, por exemplo. Laville (2001) reporta para o aspecto social ao citar o engajamento dos cidadãos.

Relata-se que a economia solidária tem por finalidade “dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas” (FRANÇA FILHO, 2001, p.248). França Filho (2001) ainda complementa que o contexto da economia solidária na sociedade daquela época, quando os empreendimentos surgiram, estavam envoltos em uma “crise” e desestabilidade econômica e social. Nota-se que o Estado não conseguia mais manter a estabilidade social da população, pois não oportunizava emprego e geração de renda para todas as pessoas, levando à falência os mecanismos de regulação, conforme citado por França Filho (2001).

Sem oportunidades formais de emprego, as pessoas criaram uma nova forma de renda, capaz de suprir as suas necessidades e de suas famílias. Esta outra maneira de administração foi conceituada como sendo: “um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual” (SINGER 2002, p. 10). Dessa maneira, as cooperativas começaram a se proliferar na sociedade, buscando brechas em fatias do mercado que não eram atendidas pelas empresas capitalistas, mas onde a sua produção se fazia necessária, tais como a gestão do mercado formado por resíduos pós-consumo. Por isso, esses empreendimentos de economia solidária “permitiram a diferentes atores de mobilizar, eles mesmos, fundos para atividades que lhes eram necessárias e que eram deixadas de lado pelos investidores”. (LAVILLE, 2001, p.65).

Singer (2001) afirma que a economia solidária está inserida dentro do sistema capitalista como parte desse processo econômico, ou seja, ela não é um processo isolado ou independente, mas precisa do contexto social proposto pelo Estado do qual faz parte. Para que, “uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ele atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acu-

mular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidárias” (SINGER, 2001, p. 109). Dentro desse sistema competitivo, as empresas solidárias, consideradas agentes sociais de um determinado espaço físico/geográfico, precisam adaptar-se a esse meio para conseguir o autosustento conforme Silva (2011).

Em uma análise mais ampla da economia solidária, conforme Silva (2011), o principal objetivo, além de geração de renda para aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, consiste na redução da diferença entre as classes sociais, buscando um ponto de equilíbrio entre os menos favorecidos, calcados pela perspectiva solidária. Quando concedida as condições e oportunidades para que as pessoas menos favorecidas consigam elevar o seu padrão de vida, através de associações de trabalho, cooperativas ou outras formas solidárias, há possibilidade para a ocorrência do equilíbrio social. Esse processo pode tornar o ambiente coletivo mais homogêneo, com menores diferenças entre as pessoas.

O “ideal” para os empreendimentos de economia solidária, seria que todas elas chegassem a um sistema de autogestão. Observe-se que frisamos a palavra ideal, pois a entendemos como algo bastante difícil de efetivar. “A Economia Solidária expressa um modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade” (SILVA, 2011, p.54). A prática da autogestão tem tanta importância que Silva (2011) considera esse item como um diferencial na economia solidária.

A autogestão é outro diferencial de economia solidária, que assume concretude em um conjunto significativo de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos, que são assumidos coletivamente. (SILVA, 2011, p.61).

França Filho (2001) considera que a prática atual dos empreendimentos solidários em funcionamento encontrava-se um pouco tímida, para os moldes de regulação socioeconômico propostos original-

mente no início do novo milênio. Para Azambuja (2009), nem todos os empreendimentos solidários são pautados pelos mesmos valores ideológicos de gestão democrática e igualitária, pregados por Singer (2002; 2003; 2005). Em uma pesquisa com 42 cooperados de duas cooperativas que se diziam autogeridas, ele demonstrou uma variedade de valores ideológicos entre esses trabalhadores, alguns diferentes do entendimento de Singer e colegas. Além disso, Lechat (2004) entendia que eram exceções aqueles empreendimentos que conseguiam colocar em prática, verdadeiramente, a autogestão. Portanto, há que se questionar sobre a sustentação efetiva da economia solidária embasada na autogestão e na solidariedade incondicionais.

Outro aspecto interessante refere-se às relações de parentesco entre os integrantes dos empreendimentos solidários. Locks e Gugliano (2013) fizeram um estudo com coleta de dados e observaram que os empreendimentos de economia solidária, na sua maioria, são compostos por pessoas com relações de localização geográfica e de parentesco entre seus integrantes.

França Filho (2001) considera que existe uma relação entre experiências organizacionais com as novas práticas de solidariedade, atuando como um processo regulatório da economia. Laville (2001) entende que esse novo modelo democratiza a economia e envolve as pessoas. Essa ampliação de oportunidades de trabalho que as empresas solidárias propõem, tornam as pessoas, no entendimento do autor, mais comprometidas com o seu meio social, o que denomina por engajamento de cidadania: “a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos” (LAVILLE, 2001, p.85).

Então, esses empreendimentos solidários trabalhariam na manufatura de produtos ou serviços que normalmente não estão no rol de interesse das grandes empresas, ou seja, adotam um nicho de mercado que não representa um confronto econômico direto com as grandes organizações, trabalhando com produtos diferenciados ou não valorizados, conforme proposto por Wellen (2008).

4 Considerações Finais

Promoveu-se uma reflexão sobre o cooperativismo no Brasil e no mundo por meio de um delineamento de sua trajetória. Os resultados indicam que os empreendimentos cooperativos no Brasil são recentes. Observa-se que no país, os empreendimentos cooperativos já alcançaram um grande progresso, pela criação de órgãos de apoio, legislação e controle. A experiência da cooperativa de *Rochdale* foi primordial para o desenvolvimento do cooperativismo em todo o mundo.

Salienta-se que, conforme resgatado na literatura, o Brasil teve avanços no que se refere ao cooperativismo, pois, muitos empreendimentos que anteriormente viviam na informalidade, agora podem sair dessa condição, tendo a sua situação regularizada pelo governo. A *Markerly* foi a “*Rochdale brasileira*”, tornando-se o marco de autogestão nacional, motivando o processo de recuperação, pelos próprios empregados, de outras empresas em processo falimentar. Também permitiu o restabelecimento dessas empresas no mercado econômico, por meio da autogestão, o que trouxe autonomia para trabalhadores que estavam à beira do desemprego e passaram a ter uma nova oportunidade de colocação. Possibilitou ainda o retorno de pessoas ao mercado de trabalho formal. A trajetória do cooperativismo mostra uma história de desafios e também de sucessos, mostrando que é possível trabalhar de forma cooperada e solidária, mesmo dentro de um sistema capitalista.

Referências

AMORIM, A. **Economia Solidária** – princípios e contradições, Dissertação de mestrado, Vitória, Faculdade de Ciências Jurídicas Econômicas, UFES, 2010.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006, p. 60. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/>

FF8080812C318C92012C3712CFF10CD7/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em 13 ago. 2015.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária, **Sociologias**, ano 11, n. 21, jan/jun, p. 282-317, 2009.

BARRETO, R.; DE PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Jun 2009.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S., De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, mai/jun 2011.

CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil**: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os bichos, 2010.

DAL RI, N M. (org.). **Trabalho associado, Economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú, Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010.

DELLA VECHIA, R.; TILLMAN, R.; NUNES, T.; CRUZ, A. A Rede de IT-CPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, n. 18, Canoas, p. 115-144, jan/jun 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 245-275, Jun/Dez. 2001.

GAIGER, L. I. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p.563-580, 2009.

LAVILLE, J. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Soc. Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, Dez. 2001.

LECHAT, N. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LECHAT, N.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jan/jun 2008.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo. **RBCS**, v. 24, n. 69, fev. 2009.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.158-198, set/dez 2010.

LIMA, J. C. Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 46-62, out. 2004.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 10, Abr. 2013.

MORAIS, E.E.; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil, **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan/mar 2011.

MTE. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes.htm>>. Acesso em 13 ago. 2015.

NAMORADO, R. **Cooperativismo — História e horizontes**. Oficina do CES n. 278. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/278.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2015.

NORONHA, O. Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais. **Revista Educação e Cidadania**, v. 3, p. 11-23, 2004. Disponível em <<http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/pdf/ArtigoOlinda.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2015.

PEREIRA, M. C. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina**. Dissertação de mestrado, Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, 2007.

PNRS 2012. **Plano nacional de resíduos sólidos**. Versão pós audiências e consulta pública para conselhos nacionais, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS_consultaspublicas.pdf>. Acesso em 25 ago. 2015.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, n. 18, Canoas, p. 53-76, 2011.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, Dez. 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERONESE, M. V. A economia solidária e a formação de lideranças democráticas. **Diálogo**, n. 18, p.97-114, Jan/jun, Canoas, 2011.

WELLEN, H. A. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Katálisis**, v. 11, n. 1, Florianópolis, Jun 2008.

Sobre os autores e autoras

Alexandra Carla Seghetto é graduada em Processos Gerenciais e graduanda em Administração, ambos os cursos pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Bolsista CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Ana Claudia Braun é graduada em Psicologia pela Universidade Feevale. Mestra e Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS). Especialista em Psicologia Organizacional (ESADE). Docente e colaboradora do Grupo de Estudos Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Consultora na área de Gestão de Pessoas.

André Gross é graduado em Gestão de Recursos Humanos e mestrando em Memória Social e Bens Culturais, ambos pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas.

Arthur Rogerson Souza dos Santos é graduado em Administração pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e ex-membro da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).

Cleusa Maria Gomes Graebin é Doutora e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Licenciada em História e Especialista em Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário La Salle. É professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e do curso de História do Unilasalle. Coordena o Museu e Arquivo Histórico La Salle e é editora da Mouseion Revista Eletrônica deste Museu. Tem experiência profissional em gestão de equipamentos culturais e pesquisa sobre memória social, patrimônio cultural, história da educação, festas e celebrações, ensino de história e sensibilidades.

Daiana Schwengber é graduada em Ciências Biológicas e possui pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário La Salle (Unilasalle). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Saúde e Desenvolvimento Humano (Unilasalle). Bolsista

CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Égon Ferreira de Souza é graduando em Design de Produto no Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Bolsista CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Fábio Luís da Silva Maia é graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Administração da Produção com ênfase na Qualidade Total pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Atualmente é Professor de Graduação de Administração da FGV/Decision - Base Operacional POA, Professor de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Administração do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Exerce a coordenação da Sinergia Consultoria Júnior do Unilasalle. Professor de Graduação do curso de Administração da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- FADERGS.

Guilherme Garces de Mello é graduado em Logística pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas.

Julio Cesar Walz é graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Psicologia Social e Institucional e Doutor em Medicina: Ciências Médicas, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutor em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no curso de Psicologia e do Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Psicanalista e Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Medicina (INCT-M), junto ao Laboratório de Psiquiatria Molecular do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Katiúce de Jesus Pereira é graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Foi bolsista CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Maria de Lourdes Borges é graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre e doutora em Administração (UNISINOS). Pesquisadora e professora do PPG Memória Social e Bens Culturais do

Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Orientadora de mestrado e doutorado. Líder do Grupo de Pesquisa TESSIDO - Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento com lócus de pesquisa nos processos de incubação e parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Matheus Pereira Dias é graduado em Administração pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e membro da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).

Nathália dos Santos é graduada em Administração pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e ex-membro da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).

Patrícia Silva de Deus é graduada em Administração: Hab. Recursos Humanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas. Bolsista CNPq no Projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários – Unilasalle Canoas.

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier é bacharela em Administração de Empresas pelo Centro Universitário La Salle/Canoas (UNILASALLE). Mestranda em Educação (UNILASALLE). Presidente da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).

Robinson Henrique Scholz é graduado em Administração: Hab. Recursos Humanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS). Doutorando em Ciências Sociais (UNISINOS). Professor dos cursos de Administração e Tecnólogo em Processos Gerenciais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle. Colaborador do Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento, no Unilasalle.

Roseana Benelli Pessy é graduada em Administração pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas.

Simone Ferigolo Venturini é graduanda em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e ex-membro da Sinergia Con-

sultoria Júnior (UNILASALLE).

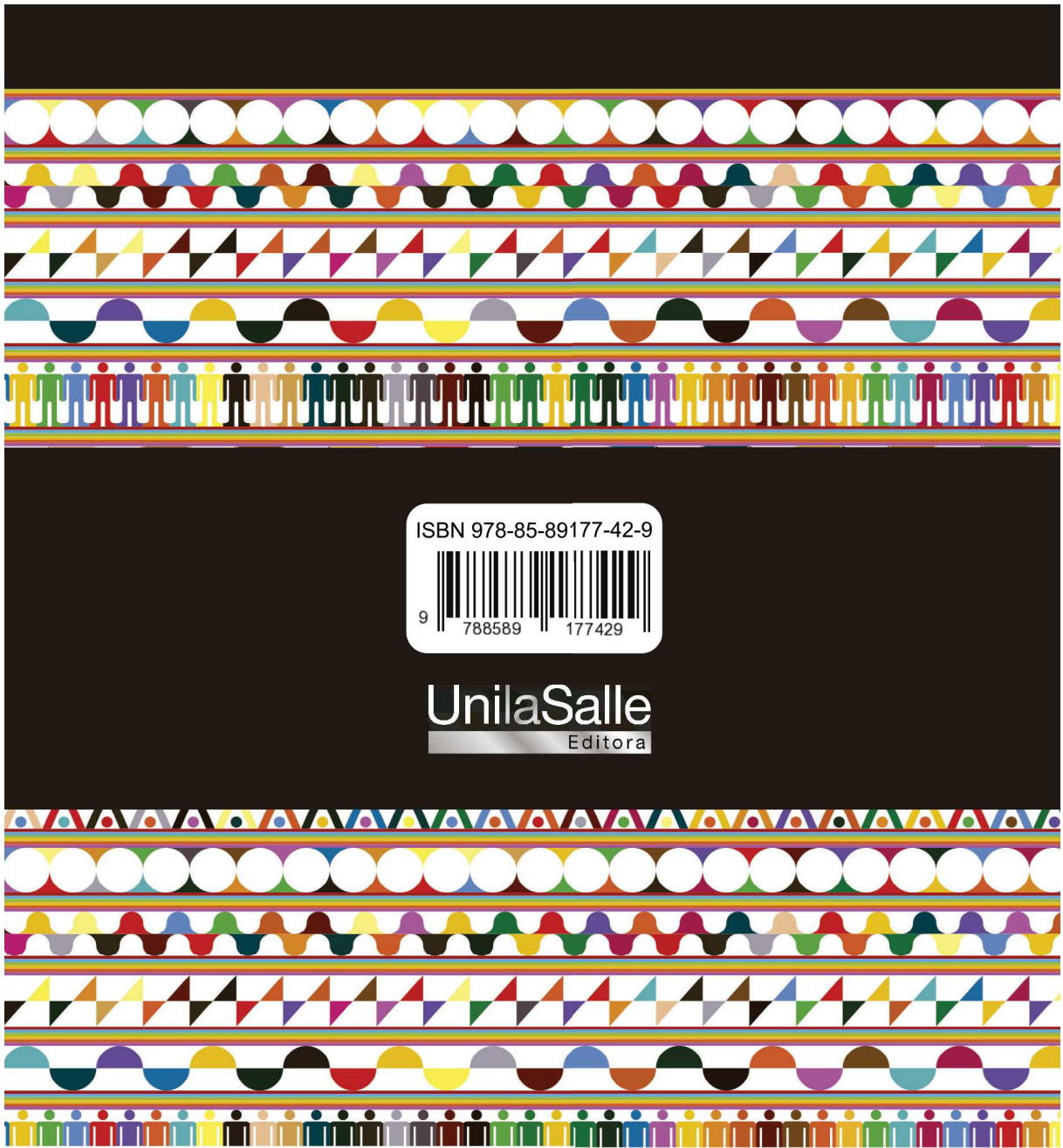
Sueli Cabral é graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Atualmente é professora adjunta da Universidade Feevale e consultora na área de avaliação de resultados e impactos de projetos sociais. Atua em disciplinas da área de Ciências Sociais e desenvolve trabalhos de pesquisa com ênfase em indicadores de impactos socioeconômicos, trabalho, envelhecimento, sociabilidades e inclusão social.

Tainá Michele Becker é graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário La Salle - Unilasalle Canoas. Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Técnica da Incubadora de Empreendimentos Solidários – Tecnosocial Unilasalle.

Taís Oliveira é graduanda em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e ex-membro da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).

Tiago Daniel de Mello Cargin é graduado em Letras/Português pela Universidade Luterana do Brasil (2006), mestre em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia (2007) e é doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS). Atuou como pesquisador em projetos vinculados ao tema reciclagem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência nas áreas de Pesquisa em Educação, Educação Popular e Ambiental e Reciclagem. Atualmente é professor no Centro Universitário La Salle em Canoas/RS.

Vinícius Follmann é graduado em Administração pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle Canoas e ex-membro da Sinergia Consultoria Júnior (UNILASALLE).



ISBN 978-85-89177-42-9



UnilaSalle
Editora



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

